

CAROLINA DE PAULA BARBOSA

As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação:
um diálogo epistemológico e político

Dissertação de Mestrado
Junho de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

CAROLINA DE PAULA BARBOSA

As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo
epistemológico e político

RIO DE JANEIRO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

CAROLINA DE PAULA BARBOSA

As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) /Escola de Comunicação (ECO), como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta

RIO DE JANEIRO

2019

CIP - Catalogação na Publicação

BB238b Barbosa, Carolina de Paula
 As Bibliotecas nacionais na perspectiva do
 Regime de Informação: um diálogo epistemológico e
 político / Carolina de Paula Barbosa. -- Rio de
 Janeiro, 2019.
 xxx f.

 Orientador: Pimenta Ricardo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
 Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
 2019.

 1. Bibliotecas nacionais. 2. Regime de
 Informação. 3. Ciência da Informação. 4.
 Biblioteconomia. I. Ricardo, Pimenta, orient. II.
 Título. |

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

CAROLINA BARBOSA

As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) /Escola de Comunicação (ECO), como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 19 de junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta - Orientador
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire - Examinador Externo
FACC-UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha - Examinador Interno
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Maria Nélide González de Gómez - Examinadora Interna
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

*À minha mãe
que fez da vida uma poesia
de esperança e resistência
e agora navega em mim
mar de palavras*

AGRADECIMENTOS

Aqui está o início, o sorriso da minha mãe: na primeira palavra que escrevi e em tudo que elas inscreveram em mim. As palavras, tão extensas e possíveis, me ligam a ela e ao mundo. Quando no decorrer do mestrado minhas palavras acabaram, minha mãe, enfrentando sua própria luta, me ajudou a reinventá-las, a reescrevê-las. Olhando para o céu, voamos juntas e conciliamos diferenças: ela chegava até Deus. Hoje, eu chego até o mistério e para sempre, ao sorriso dela. Divido essa alegria na memória e nos abraçamos - eternas, fortes, livres.

Agradeço ao meu pai, por me ensinar diariamente como é importante resistir à dor e buscar novos recomeços, novos sonhos.

Agradeço à minha família pelo suporte e acolhimento, em especial às minhas tias Rita de Cássia, Rita Rodrigues, Rosângela Kopp e Amélia Barbosa. Eu simplesmente não teria conseguido sem vocês.

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Pimenta, por ter desbravado as possibilidades desse tema comigo, abrindo espaço para uma dinâmica de confiança, troca e liberdade.

Agradeço ao Gustavo Saldanha e ao Túlio Franco, duas inteligências mineiras que são tão inspiradoras quanto generosas.

Agradeço ao professor Gustavo Freire pelas sugestões fundamentais feitas durante o exame de qualificação desta dissertação.

Agradeço à professora Maria Nélide González de Gómez por aceitar o convite para participar da banca de defesa desta dissertação e pela oportunidade de ouvir suas críticas e sugestões.

Agradeço ao amigo Rafael Mendonça, pela parceria no decorrer do mestrado; entre músicas alegres e tristes, chegamos ao fim, certamente modificados.

Agradeço ao bibliotecário querido, Asy Sanches, pelas conversas e trocas.

Agradeço aos meus amigos, Lais, Luiza e Fernando. À Lais, agradeço pelo amor que se expande na diferença e por essa cumplicidade que me emociona e ampara no mundo. À Luiza, agradeço por me ligar à minha sensibilidade, por ser esse olhar que me incentiva e me reconhece. Ao Fernando, agradeço por ser parte desse sorriso insistente no meu rosto, mesmo em carnavais de saudade.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ), aos seus funcionários e professores, em especial à Janete Dezidério, sempre solicita quando precisei de ajuda. Agradeço também à Comissão Discente pelos esclarecimentos necessários.

Agradeço a todo o corpo de servidores, funcionários, estagiários e colaboradores que fazem parte da história da Biblioteca Nacional do Brasil, que dedicaram e dedicam parte das suas vidas e das suas memórias na construção dessa instituição que resiste. Em especial, agradeço o apoio que recebi dos amigos do Setor de Publicações Seriadas - seja pela escuta e leitura ou pelo abraço e carinho - vocês foram fundamentais: Sheila da Silva, Renata Elias, Bruno Brasil, Maria Ione, Marcela Evangelista, Stéphanie Salgado, Joelma Almeida, Lucrécia, Maria do Sameiro e Valéria. Também faço um agradecimento especial aos bibliotecários que tanto me ensinam: Carla Chianello e Alex da Silveira - o estímulo e o suporte de vocês foram fundamentais para que eu encerrasse esse ciclo.

Agradeço também aos amigos que a Biblioteca Nacional fazem presentes na minha vida: Marcos Berti, Amanda Souza, Fernanda Souza e Raissa Meirelles.

Não será óbvio, então, que apenas uma trama de fios frágeis, de conexões fabricadas, artificiais, identificáveis, consignáveis e surpreendentes constitui a única maneira de encarar qualquer tipo de luta? Com respeito ao Total, não há nada a fazer, exceto ajoelhar-se diante dele ou, pior ainda, imaginar assumir o lugar do poder absoluto. A meu ver, seria muito mais seguro aceitar que a ação se torna possível unicamente num território aberto, plano e derrubado sob medida num espaço onde formatos, estruturas, globalização e totalidades circulem por finos condutos e onde, para cada uma de suas aplicações, precisem recorrer a reservas de potencialidades ocultas. Se isso não for possível, então não existe política. Nenhuma batalha jamais foi ganha sem que se apelasse para combinações novas e táticas surpreendentes. As ações só “fazem diferença” num mundo feito de diferenças (LATOUR, 2012, p. 359).

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas [...] Escrever, fazer rizoma [...] (DELEUZE; GUATARRI, 2000, p. 5;8)

RESUMO

BARBOSA, Carolina de Paula. **As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação**: um diálogo epistemológico e político. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

Diante das narrativas de crise que perpassam as bibliotecas nacionais enquanto ‘categoria institucional’ a partir do pós-Segunda Guerra até o início do século XXI, procura-se investigar as possíveis controvérsias que as atingem e as associam a essas narrativas. Mediante a complexidade apresentada por essas instituições, recorre-se ao conceito de regime de informação para articular as análises de duas formas principais: 1) explorar a ‘categoria bibliotecas nacionais’ como nós de redes de informação que se relacionam com diversos outros nós de redes, como o pensamento biblioteconômico-informacional nos seguintes marcos epistemológicos: paradigma custodial, Documentação e Ciência da Informação (CI); 2) discutir as bibliotecas nacionais a partir das relações entre política, informação e poder que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado; para tanto, utiliza-se as contribuições de Foucault e Deleuze para refletir sobre as mudanças da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. A análise das bibliotecas nacionais tem como referência o estudo geral de Fuentes (2003) e as produções bibliográficas fomentadas pela *International Federation of Library Associations and Institution* (IFLA) nos séculos XX (pós-guerra) e XXI. Em relação à primeira linha de análise proposta, indica-se que as controvérsias que ligam as bibliotecas nacionais a possíveis crises repercutem com problemáticas identificadas por relevantes autores na própria CI, principalmente até o final do século XX: a visão dualista entre pesquisa prática e reflexão epistemológica; o afastamento do debate político, filosófico e a priorização dos aspectos técnicos; deslocamento das questões informacionais do âmbito político-estatal em direção ao âmbito da economia e do mercado. Entretanto, indica-se ainda que a aproximação entre práxis e teoria na CI, que tende a se fortalecer no contexto contemporâneo sob o viés do paradigma social, pode contribuir para explorar com densidade as problemáticas citadas. A pesquisa tem como objetivo não apenas teorizar sobre essa aproximação, mas também realizá-la ao utilizar a abordagem do regime de informação e das redes para destacar a importância das bibliotecas nacionais serem conectadas: entre si, ao pensamento biblioteconômico-informacional, à sociedade contemporânea; assim como, para destacar a importância delas participarem ativamente na construção do social - reagregando e afetando amplamente pessoas, lugares e documentos. Em relação a esse último ponto, identifica-se que a missão patrimonial, mesmo sendo associada aos principais fatores de crise, ainda se sobressai nos discursos contemporâneos como elemento ‘identificador’ das bibliotecas nacionais, dessa forma, dialoga-se com Bernd Frohmann e Bruno Latour - que estimulam uma leitura das práticas sociais documentárias como criadoras e mobilizadoras de afetos - para trazer uma perspectiva da missão patrimonial menos voltada à acumulação dos signos e mais voltada à ligação dos signos aos mundos que os cercam.

Palavras-chave: Bibliotecas nacionais. Regime de Informação. Ciência da Informação. Biblioteconomia.

ABSTRACT

BARBOSA, Carolina de Paula. **As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação**: um diálogo epistemológico e político. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

In the face of the crisis narratives that permeate national libraries as an 'institutional category' from the post-Second World War to the beginning of the twenty-first century, we seek to investigate the possible controversies that reach and associate them with these narratives. Due to the complexity presented by these institutions, the concept of regime of information is used to articulate the analyzes in two main ways: 1) to explore the 'national libraries category' as information network nodes that relate to several other network nodes, as librarian-informational thinking in the following epistemological frameworks: the custodial paradigm, Documentation and Information Science (IS); 2) to discuss national libraries based on the relations between politics, information and power that are established between national states, modern institutions and the market; to do so, the contributions of Foucault and Deleuze are used to reflect on the changes of the disciplinary society to the control society. The analysis of the national libraries has as reference the general and updated study of Fuentes (2003) and the bibliographic productions fomented by the *International Federation of Library Associations and Institution* (IFLA) in the twentieth (postwar) and XXI centuries. Regarding the first line of analysis proposed, it is pointed out that the controversies that link national libraries to possible crises have repercussions with problems identified by relevant authors in the Information Science itself, especially up to the end of the 20th century: the dualist vision between practical research and reflection epistemological; the removal of political, philosophical debate and the prioritization of technical aspects; shifting the informational issues of the political-state scope towards the scope of the economy and the market. However, it is also indicated that the approximation between praxis and theory in IS, which tends to strengthen in the contemporary context under the bias of the social paradigm, can contribute to explore with density the aforementioned problems. The research aims to not only theorize about this approach, but also to carry it out using the regime of information and networks approach to highlight the importance of national libraries being connected: among themselves, to librarian-informational thinking, to contemporary society; as well as to emphasize the importance of participating actively in the construction of the social - re-aggregating and affecting people, places and documents widely. In relation to this last point, it is identified that the patrimonial mission, even being associated with the main crisis factors, still stands out in contemporary discourses as an 'identifier' element of the national libraries, in this way, dialogues with Bernd Frohmann and Bruno Latour - that stimulate a reading of documentary social practices as creators and mobilizers of affections - to bring a perspective of the patrimonial mission less directed to the signs and more directed to the connection of the signs to the worlds that surround them.

Keywords: National libraries. Regime of information. Information science. Library science.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões funcionais das Bibliotecas Nacionais	34
Quadro 2 - Orientação de atuação e as respectivas funções das Bibliotecas Nacionais.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT	Actor-network theory (Teoria ator-rede)
BN	Biblioteca Nacional
C&E	Cultura e Educação
C&T	Ciência e Tecnologia
CI	Ciência da Informação
CDNL	Conference of Directors of National Libraries
FID	International Federation for Information and Documentation
ICA	International Communication Association
ICIE	International Center for Information Ethics
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IIE	Intercultural Information Ethics
ITU	International Telecommunication Union
NLS	National Library Service
SNB	Serviço Nacional de Biblioteca
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1.1.1	Objetivo geral	23
1.1.2	Objetivos específicos.....	23
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
2	BIBLIOTECAS NACIONAIS: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS... 26	
2.1	ARTEFATOS DISCURSIVOS.....	29
3	REGIME DE INFORMAÇÃO: O CONCEITO ARTICULADOR	37
3.1	EM REDE: O PENSAMENTO BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL E AS BIBLIOTECAS NACIONAIS	41
3.1.1	Paradigma custodial.....	45
3.1.2	Documentação.....	48
3.1.3	Ciência da Informação	52
3.1.3.1	Paradigma cognitivo.....	59
3.1.3.2	Paradigma pragmático-social	62
3.2	BIBLIOTECAS NACIONAIS: POLÍTICA, INFORMAÇÃO E PODER	73
3.2.1	Acesso à informação digital: relações de poder entre interesses privados e interesses públicos	86
4	DISPERSÃO-CRISE, REAGREGAÇÃO-RESSIGNIFICAÇÃO	93
4.1	PRÁTICAS SOCIAIS DOCUMENTÁRIAS: CIRCUITOS DE AFETOS	99
4.2	POLÍTICAS DE SELEÇÃO	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A - FUNÇÕES NO SÉCULO XX.....	125
	APÊNDICE B - LEVANTAMENTO STEPHENS (2016).....	126
	APÊNDICE C - LEVANTAMENTO LANDRY (2017).....	129

1 INTRODUÇÃO

Em vez de considerar a biblioteca como uma fortaleza isolada ou como um tigre de papel, pretendo pintá-la como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos. A biblioteca não se ergue como o palácio dos ventos, isolado numa paisagem real, excessivamente real, que lhe serviria de moldura. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente (LATOURE, 2000a, p. 21).

As Bibliotecas Nacionais (BN's), instituições que surgiram e se consolidaram no decorrer da modernidade entre os séculos XVIII e XX, ligadas aos processos de consolidação dos Estados Nacionais, de emancipação política dos países e de ascensão do nacionalismo - perpetuavam metas políticas e socioculturais alinhadas a esse período histórico, como a construção, o fortalecimento e a manutenção identitária dos países, para tanto, cumpriram e cumprem a **missão patrimonial**. Essa missão está vinculada à função depositária, são instituições responsáveis pela preservação cultural dos países e coletam por meio de instrumentos legais como o depósito legal¹, uma extensa coleção de materiais.

Entretanto, de acordo com Fuentes (2003), autor que se dedicou a importantes estudos sobre essas instituições, a partir do **pós-Segunda Guerra**, a formação de coleções tão amplas foi se apresentando cada vez mais difícil, demarcando uma **crise** nesse modelo institucional e a inviabilidade do projeto das bibliotecas nacionais que queriam tudo abarcar, que eram fisicamente a demonstração da força cultural das metrópoles e que possuíam inigualáveis coleções de materiais para uso do público privilegiado, para a erudição do mundo acadêmico e universitário.

Ainda para Fuentes (2005) a crise permanece no século XXI - essas instituições se vêm ao redor do mundo submetidas a tensões capazes de pôr em questão a própria existência das mesmas. Chega a se considerar que as bibliotecas nacionais são instituições estancadas, pertencentes ao passado e limitadas a serem 'arquivos das publicações nacionais', 'museu do livro', instituições de outra época incapazes de reagirem e de fazerem frente às novas necessidades que os avanços nas diversas áreas do conhecimento requerem. Para o autor, é

¹ No decorrer de praticamente cinco séculos, organismos nacionais de distintas partes do mundo têm adquirido, registrado, organizado e colocado à disposição do público o patrimônio cultural e intelectual dos países graças a uma obrigação chamada de "depósito legal". O depósito legal é uma obrigação normalmente estabelecida por lei que determina que toda entidade, comercial ou pública, e toda pessoa física que produza qualquer tipo de documentação em múltiplos exemplares deva depositar um ou mais exemplares dessa produção em uma instituição nacional reconhecida. Ao recolher, registrar e conservar todo o material publicado de um país, o depósito legal garantiria a todos os cidadãos o acesso ao patrimônio publicado da nação, sem que isso envolvesse a formulação de juízos morais, políticos, artísticos ou literários referentes aos valores intrínsecos dessas obras (LARIVIERE, 2000).

urgente que essas instituições repensem sua essência e seus modos de existir se desejam sobreviver na atualidade.

Com uma visão mais confiante em relação às possibilidades contemporâneas, Maurice Line (2001), autor que ocupou o cargo de direção da *British Library* por um longo período e teve uma extensa trajetória de estudos e atuação no cenário das bibliotecas nacionais, aponta que o digital amplia os horizontes e as possibilidades de ação, trazendo novas esperanças e desafios para essas instituições. Line afirmava se sentir, em artigo de 2001, mais otimista em relação às bibliotecas nacionais do que estivera nos anos 70 - elas estariam reconhecendo e confrontando seus problemas de um jeito que não fizeram no passado.

Em geral, tanto diante de perspectivas otimistas, quanto pessimistas, é recorrente a afirmação de que há uma crise em curso no cenário dessas instituições e que uma **ressignificação** é necessária. Além de Fuentes, outros autores² também identificam processos de crise no decorrer dos séculos XX e XXI e se dedicam a analisar esse contexto. Segundo Dodebei e Grings (2015) o Brasil não teria escapado de encarar e pensar essa crise na teoria e na prática, como feito por Edson Nery da Fonseca e Jannice Monte-Mór. Ainda para as autoras, caberia aos bibliotecários atuarem para não permitirem que essa crise se aprofunde a ponto dos papéis dessas instituições tornarem-se inviáveis nas sociedades.

A partir dessas narrativas, a pesquisa tem como objetivo investigar as possíveis **controvérsias** que atingem as bibliotecas nacionais - enquanto **categoria institucional** que foi e é **discursivamente** e **socialmente** produzida - a partir do **pós-Segunda Guerra mundial** até o **início do século XXI**.

Frohmann e González de Gómez afirmam que o conceito de **regime de informação** é útil para pensar a relação entre política e informação, principalmente a partir do pós-Guerra, momento em que essa relação teria se tornado mais evidente com a inclusão da informação na esfera da intervenção do Estado, não apenas sob o aspecto da racionalidade administrativa, mas também, como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico (SILVA, 2007).

A partir disso e destacando a relevância do cenário do pós-Segunda guerra na narrativa de crise das bibliotecas nacionais, justifica-se o uso do conceito de regime de informação para articular as análises da pesquisa de duas formas principais: 1) explorar a 'categoria bibliotecas nacionais' como **nós de redes de informação** que se relacionam com diversos outros nós de redes, como a epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional; 2) discutir as

² Tyulina (1976), Wainwright (1993), Humphreys (1987 *apud* DODEBEI; GRINGS, 2015)

bibliotecas nacionais a partir das relações entre **política, informação e poder** que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado.

Essa última articulação está ligada à indicação de González de Gómez (2012) de que apesar das diferentes acepções, diversos autores têm usado o conceito de regime de informação como uma das ferramentas interpretativas para abordar as relações entre **política, informação e poder**. Ao enfatizar as dinâmicas antes das estruturas, o regime de informação nos permitiria associar questões espaço-temporais e culturais das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diversos domínios de atividades, organizações e agências.

Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturas jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercado-lógicas, que visam a sobredeterminar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56).

Já a primeira articulação proposta está vinculada, mais especificamente, à definição do regime de informação de Frohmann (1995). Para o autor, o regime de informação pode ser definido como qualquer sistema ou **rede** mais ou menos estável nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais - de produtores e estruturas organizacionais determinadas - para consumidores ou usuários específicos. Descrever um regime de informação significa mapear os **processos agonísticos** entre grupos sociais, interesses, discursos e, até mesmo, artefatos científicos e tecnológicos que resultam em **estabilizações** mais ou menos provisórias. Frohmann (1995) estabelece que as bibliotecas são **elementos de um regime de informação específico, nós de redes de informação**, quase-objetos, **artefatos híbridos**: são ao mesmo tempo **reais, sociais e discursivas**.

A partir dessa definição, analisar as bibliotecas nacionais envolve a descrição do **regime de informação**, ou a **rede**, da qual o artefato bibliotecas nacionais é um elemento - o objeto de análise torna-se os **processos** pelos quais esses artefatos e seus relacionamentos são construídos. A maior ou menor **estabilidade** das bibliotecas nacionais deve ser vista como uma função da interação de elementos heterogêneos à medida que esses são moldados e assimilados em uma rede (FROHMANN, 1995).

Identifica-se que Frohmann tem duas fortes influências ao abordar o regime de informação: a noção de **poder** de Foucault, que considera os dispositivos de poder além do Estado e de outras instituições, se concretizando na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos; a segunda influência aplica o regime de informação a

partir da *Actor-Network Theory* (ANT), traduzida na pesquisa como **teoria ator-rede**, de Bruno Latour e Callon, identificando os processos e as práticas informacionais nos artefatos híbridos - atores humanos e não humanos - por meio da mediação que busca ressignificações do social numa linguagem intersubjetiva (BEZERRA, 2016).

A noção de **rede** tem se constituído como um conceito importante para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, ocupando cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas e articulando diferentes campos do saber (PEDRO, 2008). Em Latour, a partir da perspectiva de redes - tecnologia, ciência e sociedade - estão interpenetradas e estabelecem relações heterogêneas e complexas. O autor, ao fazer uma metáfora do sistema circulatório e do fluxo sanguíneo para caracterizar as redes científicas, afirma que a ideia de uma ciência isolada do resto da sociedade se tornará tão absurda quanto à ideia de um sistema arterial desconectado do sistema venoso (idem).

Relevante termo da ANT que aparece na descrição do regime de informação de Frohmann é **estabilidade** - que pode ser mais ilustrativo quando explorado com o de **caixa-preta** e **controvérsia**. Latour (2000) utiliza caixa-preta, um termo da cibernética, para designar um fato ou um artefato que funciona, ou que adquire estabilidade provisória à medida que cessam as controvérsias ao seu redor. Se algo deixa de funcionar, volta-se às controvérsias e a caixa preta precisa ser reaberta, analisada.

Segundo Latour, as **controvérsias** surgem quando coisas, ideias e simplificações que costumavam ser aceitas começam a ser questionadas, discutidas e entram em embate (OLIVEIRA; PORTO, 2016). As controvérsias são pontos de formação de articulações, lugares onde se estabelecem as contradições e, a partir delas, as associações. Dessa forma, a controvérsia pode ser definida como um debate (ou uma polêmica) que tem por “objeto” conhecimentos técnicos ou científicos que ainda não estão completamente consagrados (PEDRO, 2008). Para Rosa Pedro (2008) a análise das controvérsias se volta mais para as situações de incerteza, risco e conflito, do que para os conhecimentos já solidificados. Em nenhuma controvérsia pode-se opor ideias verdadeiras a ideias falsas; a exigência técnica constrói-se, negocia-se, ao mesmo tempo em que se forma a identidade dos atores.

A narrativa de crise que perpassa as bibliotecas nacionais pode indicar que as controvérsias estão aprofundadas no contexto dessas instituições - a interação dos elementos da rede da qual o ‘artefato bibliotecas nacionais’ também é um elemento - geram menor estabilidade. Dessa forma, entende-se que a caixa-preta ‘bibliotecas nacionais’ precisaria ser aberta e suas controvérsias rastreadas.

Se as controvérsias são pontos de formação das associações, rastreá-las pressupõe analisar as articulações e os relacionamentos da rede; nesse sentido, para abordar a ‘crise’ das bibliotecas nacionais, coloca-se a literatura referente a essas ‘instituições enquanto categoria’ em diálogo com a literatura referente à epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional. É possível identificar repercussão e encadeamento entre os nós dessa rede (pensamento biblioteconômico-informacional e as bibliotecas nacionais)? O pensamento biblioteconômico-informacional pode contribuir na reflexão da possível ‘crise’ dessas instituições? A hipótese da pesquisa é que há relevantes repercussões e que o campo teria muito a contribuir nessa reflexão.

Para analisar as bibliotecas nacionais enquanto categoria, a pesquisa tem como bibliografia básica o relevante trabalho de Fuentes (2003) e as produções técnico-científicas fomentadas pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) nos séculos XX (pós-guerra) e XXI. A escolha da literatura fomentada pela IFLA se relaciona com a identificação de Fuentes (2003): no pós-Segunda Guerra, a importância dada às bibliotecas nacionais - que já estava sendo concedida dentro do panorama bibliotecário - cristaliza-se em 1952 com a criação da Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas da IFLA, que passou a se chamar Seção de Bibliotecas Nacionais. O autor levanta a hipótese de que o surgimento de um organismo específico para debater os problemas, que um mundo em constante transformação estava causando a uma instituição pluricentenária como as bibliotecas nacionais, se justifique porque o momento histórico exigia um maior grau de intercomunicação entre os países.

A IFLA (2018) se define como o principal organismo internacional representante dos interesses dos serviços bibliotecários e de informação, assim como, dos usuários desses serviços. A Seção de Bibliotecas Nacionais trabalha em diálogo com a *Conference of Directors of National Libraries* (CDNL), criada em 1974 para discutir políticas e atividades mais eficazes para as BN's (STEPHENS, 2016). A IFLA se destaca por ter fomentado a produção de importantes trabalhos técnico-científicos sobre essas instituições no século XX e XXI, dessa forma, devido à importância que a entidade tem no histórico das bibliotecas nacionais e por seu papel ainda atuante, justifica-se o uso desses trabalhos como referências basilares para a pesquisa.

Para explorar o pensamento biblioteconômico-informacional, a pesquisa destaca os seguintes marcos epistemológicos: o **paradigma custodial**, a partir da leitura de Malheiro da Silva (2013); passa pela **Documentação**, a partir das contribuições de Otlet e La Fontaine; e chega ao estabelecimento da **Ciência da Informação**, momento privilegiado da análise. Na

CI, utiliza-se a tese defendida por Capurro (2003)³ de que o campo tem seu nascimento em meados do século XX baseado em um **paradigma físico**, que por sua vez é questionado por uma abordagem **cognitivo idealista e individualista**, e mais ainda, que posteriormente seria interrogado por um **paradigma pragmático social**⁴. Ou, para fazer referência ao termo de Jesse Shera e Margaret Egan (1961, 1970 *apud* CAPURRO 2003) por uma epistemologia social, mas agora com recorte tecnológico digital.

Capurro (2003) afirma que essa seleção paradigmática pode simplificar de forma extrema a complexidade das proposições, assim como, dar lugar a um mal entendido se considerada como avanço histórico; na verdade, as teorias se entrecruzam com diversas intensidades e em diversos períodos. O sucesso ou o predomínio de um paradigma científico está vinculado às estruturas sociais e aos fatores sinérgicos, incluindo eventos fora do mundo científico, cujo efeito das causas é difícil prever e analisar a posteriori.

Conforme indicado, para Frohmann (1995), as bibliotecas são artefatos híbridos: são ao mesmo tempo reais, sociais e discursivas. Na pesquisa, as abordagens das bibliotecas nacionais enquanto **artefatos discursivos** e **artefatos sociais** se destacam.

Em relação aos aspectos discursivos, relevantes autores no século XX (pós-guerra) e XXI relatam uma crescente dificuldade ou, até mesmo a impossibilidade, de conceituar as bibliotecas nacionais. De acordo com Stephens (2016) não há definição padrão ou prescritiva para essas instituições, elas existem em uma multiplicidade de formas determinadas pelo tamanho, história cultural e econômica dos países a que se vinculam. Ainda assim, mesmo diante da dificuldade em estabelecer uma definição capaz de ‘explicá-las’, a IFLA, por meio da Seção de Bibliotecas Nacionais, continua produzindo trabalhos teóricos que as abordam enquanto uma categoria específica de bibliotecas. Além disso, elas também aparecem, enquanto categoria, vinculadas a narrativas de crise. É a partir da identificação dessa controvérsia inicial, que a pesquisa justifica a opção por analisar as bibliotecas nacionais enquanto ‘categoria institucional discursivamente produzida’.

Enquanto **artefatos sociais**, as bibliotecas nacionais são exploradas, principalmente, a partir das contribuições de Foucault relativas à Sociedade disciplinar e das contribuições de

³ Em 2003, durante o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), Rafael Capurro apresenta esses modelos de estudo. Essa ideia, por diversos motivos, tornou-se referência importante para os pesquisadores brasileiros (ARAÚJO, 2017). Segundo Araújo (2007) a ideia apresentada não era exatamente nova ou totalmente original, antes e depois dele, outros autores apresentaram modelos semelhantes. O próprio Capurro havia apresentado uma em 1991 e, depois disso, autores de proveniências institucionais distintas como Rendón Rojas (México), Saracevic (Estados Unidos), Silva e Ribeiro (Portugal), entre outros apresentaram outras sistematizações (idem).

⁴ A revista *Social Epistemology* (v.16, n. 1, 2002) se dedica a explorar a relação entre epistemologia social e Ciência da Informação - o que aparentemente teria surgido no final desse curto processo histórico, o paradigma social, já se encontrava referenciado nos paradigmas dos predecessores da CI, da biblioteconomia e da documentação (CAPURRO, 2003).

Deleuze relativas à Sociedade de controle. Essa abordagem se vincula à segunda articulação proposta do conceito de regime de informação: discutir as bibliotecas nacionais a partir das relações entre política, informação e poder que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado. Por influência teórica da ANT, o conceito de regime de informação ‘quebra’ a dicotomia entre as perspectivas micro e macro das Ciências Sociais. Dessa forma, analisar as bibliotecas nacionais a partir desse conceito serve, mesmo diante das múltiplas diferenças que elas apresentam entre si, como uma forma de buscar elementos capazes de provocar e estabelecer o diálogo - de **reagréá-las** enquanto categoria com o objetivo de pensá-las.

Sibilia (2016) ao analisar o cenário contemporâneo, assinala que estaríamos diante de uma ruptura, de uma época limítrofe que apontaria um corte na história, uma passagem de certo “regime de poder” para outro projeto político, sociocultural e econômico. Uma transição entre a formação histórica ancorada no capitalismo industrial, vigente entre o final do século XVIII e meados do século XX, e que foi chamado por Michel Foucault de **sociedade disciplinar**, para outro tipo de organização que começou a se configurar nas últimas décadas. Nessa nova conjuntura, algumas características do panorama precedente se intensificam e outras mudam profundamente, transformando as formas de ser e estar no mundo. Ainda para Sibilia (2015), se na sociedade industrial as instituições públicas e governamentais constituíram o principal veículo das estratégias biopolíticas, o mercado assume um importante protagonismo na atualidade. Os novos dispositivos para a modelagem das subjetividades e dos corpos já não apontam exclusivamente para os Estados-nação e seus cidadãos, mas, para os mercados e seus consumidores. Deleuze recorreu à expressão **sociedade de controle** para denominar esse ‘novo regime de poder’.

Capurro traz um alerta importante: os campos do saber, assim como as instituições, estão sujeitos e são sujeitos no tempo em que atuam; dessa forma, considera-se que o pensamento biblioteconômico-informacional também é perpassado pelas movimentações nas relações entre política, informação e poder que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da identificação do problema - as narrativas de crise que perpassam as bibliotecas nacionais enquanto ‘categoria institucional’ - a pesquisa tem como objetivo investigar as possíveis controvérsias que as atingem a partir do pós-Segunda Guerra até o

início do século XXI e as associam a essas narrativas. Considera-se que a discussão proposta tem utilidade teórica e prática, pode estimular debates epistemológicos entre e dentro dessas instituições, assim como, identificar novas perspectivas/tendências de atuação. Nesse sentido, é possível considerar que o tema tem relevância contemporânea, operativa e também humana.

O levantamento bibliográfico sobre as bibliotecas nacionais enquanto categoria institucional parte de um extenso livro produzido no século XXI - *Las bibliotecas nacionales: um estado de la cuestión*, escrito por Juan José Fuentes e publicado em 2003 em língua espanhola. Segundo Fuentes (2003) são numerosos os estudos e trabalhos setoriais sobre as diversas questões que atingem as bibliotecas nacionais, entretanto, por mais surpreendente que possa parecer, **a existência de estudos gerais sobre o tema é escassa**, para não dizer nula. Para o autor isso talvez possa ser explicado pela extensão do tema, pela falta de uma doutrina amplamente aceita ou pela problemática de tentar encontrar traços comuns entre essas instituições que apresentam radicais diferenças entre si.

Dessa forma, a obra de Fuentes - uma bibliografia especializada que elabora um estudo geral e atualizado sobre as bibliotecas nacionais - nos serve, no nível de mestrado, como norteamento bibliográfico. A primeira parte do livro de Fuentes (2003) aborda as definições históricas das bibliotecas nacionais: “*el concepto de biblioteca nacional*”. O enfoque é cronológico e apresenta as ideias e abordagens dos estudiosos e de eventos internacionais mais relevantes sobre essas instituições. O livro faz, a partir de meados do século XX, um agrupamento por décadas e destaca as discussões gerais a respeito das linhas e diretrizes mais representativas de cada período correspondente, nos colocando diante de outras bibliografias especializadas e técnico-científicas.

O recorte temporal da pesquisa tem como foco o pós-Segunda Guerra até o início do século XXI. O início dessa delimitação se justifica porque, conforme indicado, é nesse momento histórico que a literatura demarca uma ‘crise’ e que, segundo Fuentes (2003), se estabelece um grande fórum internacional para debater os problemas e peculiaridades das bibliotecas e, entre eles, aqueles relacionados especificamente às bibliotecas nacionais: a Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) criada em 1952. O fechamento do recorte temporal no início do século XXI se justifica devido ao fato de que, para alguns autores, a ‘crise’ é um processo ainda em curso.

Desde a criação da Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas em 1952 pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), o órgão tem fomentado a produção teórica sobre essas instituições por meio de eventos ou na liderança de

estudos específicos. Durante a segunda metade da década de 80 e 90, a IFLA promoveu importantes trabalhos sobre as bibliotecas nacionais e os lugares que elas ocupavam, os estudos são: o *Guidelines for National Libraries* (SYLVESTRE, 1987), *National library and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries* (LINE, 1989), *The role of national libraries in the new information environment* (CORNISH, 1991) e o *Guidelines for legislation for national library services* (LOR; SONNEKUS, 1997).

No século XXI a IFLA tem trabalhado para atualizar as diretrizes sobre as BN's, nos artigos *Functions, tasks and roles of national libraries in the 21st century* (STEPHENS, 2016) e *National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions* (LANDRY, 2017) há o relato das pesquisas que têm sido desenvolvidas pela entidade. A literatura citada e produzida pela IFLA fica disponível, sobretudo, no site da Unesco ou no site da própria instituição.

Para efetivar a análise a partir do diálogo com o pensamento biblioteconômico-informacional, foram levantados artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) - base cujo objetivo é subsidiar estudos na área de Ciência da Informação e conta com um acervo de diversos periódicos nacionais. Os temas buscados foram principalmente os que abordam a **epistemologia** do campo e os que discutem o conceito de **regime de informação**.

Diversos autores exploram o conceito de regime de informação na CI, entretanto, a pesquisa estabelece maior aproximação com a definição proposta por Bernd Frohmann, justamente pelo diálogo do autor com as obras de Latour, Foucault e Deleuze - outras referências importantes ao trabalho.

Da mesma forma, ao abordar a epistemologia da Ciência da Informação, o trabalho estabelece maior diálogo com outros autores, que assim como Frohmann, são considerados neodocumentalistas, por exemplo, Ronald Day. O movimento intelectual conhecido como neodocumentação procura certa conciliação entre os estudos da informação e a vida social (ARAÚJO, 2017).

A análise **discursiva** da pesquisa se baseia na **análise do discurso de Foucault** (2014). O autor propõe um método de análise do discurso que visa três questões principais: questionar nossa vontade de verdade; suspender a soberania do significante e restituir ao discurso seu caráter de acontecimento. Para tanto, o método tem alguns princípios, os que serão mais relevantes para a pesquisa: 1) **princípio de descontinuidade**: os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, passíveis de se cruzarem, se ignorarem ou se

excluírem; 2) **princípio da especificidade**: o discurso não deve ser encarado como um jogo de significações prévias, não haveria providência pré-discursiva a ser decifrada no mundo, o discurso deve ser entendido como uma violência que fazemos às coisas; 3) **princípio de exterioridade**: não passar do discurso para seu ‘núcleo interior e escondido’, mas a partir do próprio discurso, de sua regularidade e de sua aparição, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que fornece espaço à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras.

Para Foucault (2014) as relações de dominação se estabelecem nas produções discursivas, os discursos são veículos de poder e objetos de desejo; práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. A vontade de verdade vai se tornando mais profunda e incontornável porque quando se considera um discurso verdadeiro, há a exclusão do restante. A teorização do autor sobre as relações de dominação encontradas nas produções discursivas são fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa - entende-se que as definições conceituais (ou até mesmo as não definições) que visam ‘estabelecer’ as características das bibliotecas nacionais para que a diferenciação em relação aos demais tipos de bibliotecas se consolide, são construções que articulam determinadas narrativas de saber e poder.

Aqui, entende-se que a produção de controvérsias discursivas não é um lugar/tempo prévio de uma estabilização discursiva, mas, que essas movimentações acontecem simultaneamente, vinculadas àquelas relações de saber e poder. A maior ou menor **estabilidade** dos objetos técnicos se vincula também à maior ou menor estabilidade discursiva que os produzem; dessa forma, os objetos técnicos atingem maior estabilidade quando as controvérsias discursivas são menos identificadas ao seu redor. No caso das bibliotecas nacionais, são identificadas produções discursivas que procuram estabilizá-las, construir verdades capazes de defini-las, entretanto, o que a preponderância da instabilidade ‘conceitual’ nos indica é que as controvérsias estão aprofundadas no contexto dessas instituições.

A escolha da análise do discurso como metodologia de exame da literatura se relaciona também com a própria justificativa da pesquisa. O tema, a justificativa e a hipótese surgiram vinculadas ao trabalho que exerço na Biblioteca Nacional do Brasil - ao observar discursos que circulam internamente algumas inquietações surgiram e estimularam a busca por uma bibliografia especializada sobre o tema. Em geral, o discurso interno aborda as ‘bibliotecas nacionais’ como uma categoria analítica consolidada, fechada, vinculada prioritariamente a primazia do acervo e não como se essa categoria também fosse fruto de

embates discursivos e algo potencialmente transformável. Nesse sentido, analisar o discurso teórico internacional para talvez, em outra oportunidade, pensar o discurso local parecia um movimento relevante. Conforme aponta Salomon (2014) o problema surge sempre dialeticamente, por meio do contraste entre um corpo de conhecimento disponível que possibilita uma visão geral da realidade e estabelece um suporte teórico de referência para sua abordagem e a própria realidade.

Para a Ciência da Informação, a pertinência da pesquisa se relaciona com a proposição de Capurro e Hjørland (2007) de que seria fundamental que a CI reconhecesse a informação como uma força constitutiva da sociedade e, assim, a natureza teleológica dos sistemas e serviços de informação. A importância também se relaciona com a indicação de Capurro (2003) de que os pressupostos epistemológicos implícitos ou explícitos da Ciência da Informação apresentam consequências consideráveis para a concepção e uso de sistemas de informação e para a própria pesquisa científica.

1.1.1 Objetivo geral

Investigar as possíveis controvérsias que atingem as ‘bibliotecas nacionais’ - enquanto categoria institucional que foi e é **discursivamente** e **socialmente** produzida - a partir do pós-Segunda Guerra até o início do século XXI e as associam às narrativas de crises.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Levantar na literatura selecionada os conceitos atribuídos às bibliotecas nacionais no século XX (pós-Segunda Guerra) e início do século XXI e, a partir disso, analisar as bibliotecas nacionais enquanto artefatos discursivos.
2. Explorar o conceito de regime de informação a partir de sua pertinência para a pesquisa.
3. Analisar a ‘categoria bibliotecas nacionais’ e a epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional como elementos de um regime de informação que estabelecem diversas relações.
4. Discutir as bibliotecas nacionais a partir das relações entre política, informação e poder que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado.

5. Analisar as perspectivas de ressignificação das bibliotecas nacionais diante das narrativas de ‘crise’.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para conectar essa rede e cumprir os objetivos estabelecidos, a pesquisa se estrutura da seguinte forma: aborda no capítulo 2 e na seção 2.1 as bibliotecas nacionais enquanto artefatos discursivos, para tanto, levanta e analisa os conceitos atribuídos a elas no século XX (pós-Segunda Guerra) e XXI, procurando identificar as rupturas e as continuidades nesses discursos. Nesse capítulo, identifica-se que o enquadramento político e social mais clássico das bibliotecas nacionais vinculado ao discurso da cultura nacional - instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais - ao se complexificarem a partir do século XX, perdem força nos discursos como elementos capazes de identificarem e agregarem as bibliotecas nacionais enquanto categoria; o que poderia estar relacionado com a constante definição dessas instituições no século XX (pós-Guerra) e XXI a partir dos seus aspectos funcionais, e não a partir dos seus aspectos políticos. Também indica-se que a multiplicidade funcional das bibliotecas nacionais pode estar relacionada com a dispersão dessas instituições, com a inconsistência e a fragilidade conceitual que apresentam.

No capítulo 3, diante da identificação de instituições conceitualmente dispersas, a pesquisa procura no conceito de regime de informação, um articulador para a discussão e um possível aliado na reagregação dessa categoria. O conceito de regime de informação contribui para destacar que as bibliotecas nacionais não estão isoladas - são produzidas (real, social e discursivamente) a partir dos processos e das relações que estabelecem. Para evidenciar essas relações e processos o capítulo é subdividido em duas seções.

A seção 3.1 explora a ‘categoria bibliotecas nacionais’ como nós de redes de informação que se relacionam com diversos outros nós de redes, como a epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional. A seção é, ainda, dividida em outras subseções, de acordo com os marcos epistemológicos selecionados: 3.1.1 paradigma custodial; 3.1.2 Documentação; 3.1.3 Ciência da Informação; 3.1.3.1 paradigma cognitivo; 3.1.3.2 paradigma pragmático-social. Destaca-se que o estabelecimento dessa divisão serve apenas para exploração teórica; entende-se que esses marcos não estão desvinculados, na verdade, eles estabelecem relações complexas que são identificadas e apontadas ao longo da pesquisa.

A seção 3.2 realiza a segunda articulação do conceito de regime de informação proposta na pesquisa, nesse momento, para vincular as discussões referentes às crises das

bibliotecas nacionais às abordagens que considerem as relações entre política, informação e poder. Para tanto, utiliza como referência a Sociedade Disciplinar de Foucault e a Sociedade de Controle de Deleuze. A seção 3.2.1 analisa, mais detidamente, como as bibliotecas nacionais podem estar sendo afetadas pelo crescimento do poder dos monopólios de comunicação e informação de base econômico-tecnológica; também aborda as relações de poder envolvidas no acesso à informação em ambientes digitais.

O capítulo 4 analisa como a sociedade de controle, marcada por um capitalismo essencialmente dispersivo; em que a aceleração dos circuitos de comodificação provoca decorrentes processos de descartabilidade, fragmentação, flexibilização e mutabilidade - que perpassam as instituições e as construções subjetivas contemporâneas - se relacionam com elementos vinculados a crise das bibliotecas nacionais: acumulação funcional; dispersão e fragilização conceitual; e a dificuldade em executarem a missão patrimonial. Além disso, o capítulo também procura, a partir da identificação da persistente importância da missão patrimonial como elemento identificador das bibliotecas nacionais e considerando as problemáticas de sua execução, pensar sua ressignificação na contemporaneidade. Para tanto, é estabelecido um diálogo entre Latour, Frohmann (seção 4.1) e outros autores que abordam os aspectos éticos da memória e seu vínculo com a ação (seção 4.2).

2 BIBLIOTECAS NACIONAIS: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS

As inscrições não remetem no vazio a outros signos, uma vez que, a cada mudança de nível, elas se carregam de matéria e servem de validação uma à outra. E, no entanto, não se pode percorrer sua cadeia sem encontrar, atrás da matéria anterior, outras marcas, outras instituições que já ‘prepararam o terreno’, a fim de que sua leitura se torne compatível, apesar da mudança de nível, com o mapa que eu seguro na mão. Se desejamos entender como chegamos, às vezes, a dizer a verdade, devemos substituir a antiga distinção entre a linguagem e o mundo por essa mistura de instituições, formas, matérias e inscrições (LATOUR, 2000a, p. 41).

A história das bibliotecas é habitada pelo mito. Babel e Alexandria são dois pólos fundamentais desse imaginário. De um lado [...]: a biblioteca como metáfora do infinito, do tempo imóvel, da imensa sincronia de todas as palavras e pensamentos jamais formulados, exposta ao risco final da perda de sentido e de referência. De outro, o incêndio, a ruína, o esquecimento, a morte: a biblioteca ou o pesadelo da destruição, a obsessão do irremediável, a interrupção brutal da transmissão (JACOB, 2000, p. 11).

Toda biblioteca conserva a lembrança das que a antecederam e que talvez a tenham sonhado (JACOB, 2000): as bibliotecas nacionais conservam em si, entre outras, **Alexandria** e **Babel**. O paradigma da acumulação, os ideais colecionistas e a pretensão de executarem o controle bibliográfico universal permitem que as bibliotecas nacionais sejam associadas, de modo recorrente, a esses importantes mitos da Antiguidade que representaram essas ambições. Há certa atmosfera utópica que liga essas instituições, a grandeza que pretendem é incalculável, semelhante à interminável biblioteca que Borges nos apresenta ao caminhar por hexágonos infinitos, ao nos descrever uma biblioteca tão extensa que se iguala ao tamanho do universo.

Há também outra importante lembrança conservada pelas bibliotecas nacionais: a das **bibliotecas reais**. Segundo Fuentes (2003) é por terem se consolidado e se estabelecido a partir das coleções das bibliotecas reais, exclusivas das monarquias, que as bibliotecas nacionais são normalmente formadas por acervos ricos e de peças raras - um extenso e importante patrimônio cultural composto por livros e manuscritos de incalculável beleza e valor, além das diferentes modalidades de publicações periódicas, fotografias, gravuras, mapas, partituras e de toda classe de documentos, muitos com importância relacionada à raridade ou à curiosidade que despertam.

Por mais que as bibliotecas sejam lugares da **continuidade**, elas são também, continuamente, lugares das **rupturas** de tradições (JACOB, 2000). A história das bibliotecas é também a história do que uma sociedade, as instâncias de poder e um meio intelectual decidem transmitir - elas dissimulam funções que lhe cabem na sociedade de seu tempo, seja por sua arquitetura, pela definição do seu público ou pelas opções tecnológicas

que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos (idem). Assim como Alexandria já demonstrava, as bibliotecas são instrumentos e signos de poder (idem):

Poder espiritual da Igreja. Poder temporal dos monarcas, dos príncipes, da aristocracia, da nação e da república. Poder econômico de quem dispõe de recursos necessários para comprar livros, impressos ou manuscritos, em grande quantidade. Poder enfim intelectual e sobre os intelectuais [...] (JACOB, 2000, p. 14).

Dessa forma, por mais que as bibliotecas nacionais evoquem as bibliotecas citadas, é importante destacar que elas se inscrevem em diferentes contextos históricos e em outros projetos de poder - são, efetivamente, um **projeto da modernidade**. Existe um enquadramento típico do surgimento das bibliotecas nacionais na Europa: é no cenário da ascensão da burguesia, que museus, bibliotecas e arquivos, criados inicialmente como espaços de memória da realeza europeia, se transformam em instituições públicas. Assim, a história das bibliotecas nacionais está ligada ao processo de consolidação dos Estados Nacionais europeus e apresenta importância política e simbólica extensas, pois são trajetórias que se vinculam a diferentes estratégias de conhecimento, a razões de Estado e a visões de mundo (TRIGO, 2004). O caso francês serve como ilustração clássica, juntamente com a crise monárquica no final do século XVIII, a então *Bibliothèque Royale de Francia* passa a ser denominada *Bibliothèque Nationale*.

Em consonância, Wainwright (1993) indica que o crescimento e o desenvolvimento das bibliotecas nacionais em todo o mundo tem sido dependente das forças que afetam o estabelecimento e a queda das próprias nações. Seus **surgimentos refletem o processo de emancipação política e o nacionalismo em ascensão nos países**, foi assim que no século XIX se estabeleceram mais de duas dezenas de bibliotecas nacionais - na América Latina surgiram as bibliotecas da Argentina (1810), Venezuela (1810), Chile (1813) e México (1867); mesmo período em que são criados importantes arquivos, museus e teatros nacionais. Já no século XX, cerca de 30 bibliotecas nacionais foram fundadas, como a de Cuba (1901), Panamá (1942) e Jamaica (1979) (CAMPELLO, 2006). O desenvolvimento da Biblioteca Nacional do Brasil tem uma trajetória longa, que remonta ao início do século XIX e a transferência da sede do império português para o Brasil; foi em 1876 que um decreto imperial a intitulou Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. O prédio que ainda abriga a sede da Biblioteca Nacional do Brasil foi inaugurado em 1910 (idem).

A relação entre as políticas preservacionistas e a formação dos Estados nacionais é um processo complexo e de duas vias. Os processos históricos de solidificação das nações foram fundamentais para a estruturação de políticas culturais e de um aparelho burocrático dedicado à preservação de bens móveis e imóveis que se tornaram patrimônios. Do mesmo modo, as

práticas de salvaguarda também agiram e agem na construção das identidades nacionais, através da determinação de lugares de memória e da materialização de histórias e narrativas nacionais construídas como coleções que arranjam os patrimônios históricos e artísticos de uma nação (AGUIAR, 2015).

Os conceitos de **nação** e **patrimônio** surgem basicamente a partir da crença de que existem indivíduos que partilham uma memória, que pertencem a um mesmo grupo constituído pelas mesmas lembranças e que, a partir disso, devam preservar e compartilhar com as gerações que os sucedem a memória desse passado comum. Entretanto, esses conceitos não são historicamente estáticos, e a solidificação dos Estados nacionais, resultantes especialmente das revoluções Francesa e Industrial foi um marco importante para a modificação da definição tradicional de patrimônio - vinculado originalmente ao pai de família (RODRIGUES, 2015).

Para Stuart Hall (2006) a formação de uma **cultura nacional** contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio principal de comunicação em toda a nação, criou a ideia de uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais. Com a ajuda desse mecanismo, a cultura nacional se tornou um elemento essencial para a industrialização e um dispositivo da modernidade - elas são compostas não apenas por instituições culturais, mas por símbolos e representações. Uma **cultura nacional é um discurso**, um modo de construir sentidos que afeta e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. Dessa forma, as culturas nacionais ao produzirem sentidos sobre a nação, sentidos passíveis de identificação, trabalham construindo **identidades**. Além disso, a cultura nacional pode ser entendida como uma comunidade imaginada que ressoa três conceitos: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança.

Se até o final do século XX, as culturas nacionais em que nascíamos constituíam uma das principais fontes de identificação cultural - e as identidades nacionais tendiam a se sobrepor a outras fontes mais particularistas, um complexo de forças e mudanças que pode ser sintetizada por **globalização** se relaciona fortemente com os deslocamento nesse modelo de construção identitária (HALL, 2006). Para Anthony McGrew (1992 *apud* HALL, 2006) a globalização se refere aos processos que atravessam fronteiras nacionais, integrando, conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado. Há certa concordância que desde os anos 70 o alcance e o ritmo da integração global aumentaram, acelerando os fluxos e os laços entre as nações.

Levando em consideração a afirmação de Mueller (1984) - a instituição biblioteca não é uma entidade independente, capaz de declarar quais e como serão oferecidos seus serviços, ou quais serão seus objetivos de modo isolado, ela depende dos contextos históricos e está sujeita às forças existentes no ambiente onde atua - identifica-se uma questão importante: as bibliotecas nacionais surgem e se consolidam como **instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais**. Enquanto **símbolos nacionais** eram materializações de projetos de nação e projetos de poder, estavam a serviço da construção de uma **memória nacional**. Entretanto, será que com as transformações identificadas, esse papel político mais claro continua a se destacar nos discursos referentes a essas instituições a partir do século XX?

Diante dessa questão e da afirmação de Frohmann (1995) - as bibliotecas são artefatos híbridos: são ao mesmo tempo reais, sociais e discursivas - procura-se explorá-las enquanto **artefatos discursivos** na próxima seção.

2.1 ARTEFATOS DISCURSIVOS

A partir de meados do século XX, a literatura analisada indica, repetidamente, a **dificuldade de uma conceituação** capaz de contemplar as bibliotecas nacionais enquanto categoria. Essa dificuldade, até mesmo impossibilidade, aparece nas obras de: Arundell Esdaile⁵, responsável pela publicação em 1934 de um dos primeiros trabalhos de caráter geral sobre as bibliotecas nacionais no mundo; na revista norte-americana *Library Trends*⁶ que dedicou em 1955 um número sobre essas instituições; é relatada por Pierre Bourgeois⁷ (1958) na ocasião do Colóquio de Viena, Godfrey Burston (1973)⁸ e Cornish (1991)⁹.

⁵ Arundell Esdaile, então diretor da Biblioteca do Museu Britânico, foi o responsável pela publicação em 1934 de um dos primeiros trabalhos de caráter geral sobre as bibliotecas nacionais no mundo. A base da obra de Esdaile está na comparação entre essas numerosas instituições, para ele a *uniformidade entre elas não deveria ser esperada* – as tradições sociais e políticas de um país produziam um serviço bibliotecário distinto de outro, além disso, as variações se relacionavam com o valor que os governos concediam às suas bibliotecas nacionais (FUENTES, 2003).

⁶ A revista fez um estudo comparativo entre vinte e cinco bibliotecas nacionais. Como conclusão, a publicação afirmava a impossibilidade de fornecer uma definição que contemplasse todas as bibliotecas nacionais, os motivos seriam: elas se encontravam em um período de ativa transformação, eram instituições de grande complexidade que escapavam ou declinavam de uma classificação mais rígida, tinham características distintivas que muitas vezes eram motivação de orgulho (BOURGEOIS, 1958).

⁷ Em 1958 no Colóquio de Viena sobre as Bibliotecas Nacionais da Europa, promovido pela UNESCO, Pierre Bourgeois (1958) vai afirmar que ainda não se sabia, até aquele momento, o que era, efetivamente, uma biblioteca nacional (FUENTES, 2003).

⁸ Godfrey Burston (1973), partindo das colocações do Colóquio de Viena (1958), faz um estudo das características e das diversidades que essas instituições apresentavam, alertando que, muitas vezes, os estudos e os profissionais ao se referirem às bibliotecas nacionais, estavam na verdade se referindo a realidades muito distintas (FUENTES, 2003).

⁹ Para Cornish (1991) as bibliotecas nacionais são, por definição, limitadas em número, de modo que essa é a única coisa que se pode dizer sobre elas enquanto 'coletivo'. No mundo todo elas manifestam uma considerável divergência em tamanho, financiamento, estrutura e funções e percebem de maneiras muito distintas o papel que representam, que pode ir de atuações puramente arquivísticas e funções de agente comercial da informação.

Também Sylvestre (1987) inicia o seu *Guidelines for National Libraries* afirmando que:

Com a exceção de certo número de bibliotecas em países desenvolvidos que desempenham as mesmas tarefas mínimas, não existe no mundo industrializado duas bibliotecas nacionais exercendo as mesmas funções, fornecendo os mesmos serviços ou que ocupem o mesmo lugar entre os organismos culturais e científicos do país correspondente. São tantos os aspectos que as diferenciam que seria inútil definir a biblioteca nacional ideal e esperar que essa definição seja aceita universalmente e se traduza em instituições similares (SYLVESTRE, p. 1, tradução nossa).

As produções teóricas mais recentes fomentadas pela IFLA também reafirmam a dificuldade conceitual (STEPHENS, 2016). Aliás, se há algum consenso nessa história toda parece ser exatamente o da impossibilidade de um consenso - não haveria conceito geral capaz de encerrar e dar conta de todas as multiplicidades encontradas entre as bibliotecas nacionais. Diante dessa questão, Maurice Line (2001) recorreu a uma provocativa analogia; afirma que essas instituições são um pouco como os cachorros, eles também apresentam uma enorme variedade, mas ainda assim são reconhecidos e agrupados como tal. Desenvolvendo a provocação, o autor vai dizer que as bibliotecas nacionais variam de mastins ingleses a chihuahuas, de elegantes puros-sangues a mestiços famintos, de cães muito velhos a filhotes, alguns são amigáveis, outros exigem uma aproximação cautelosa, a maioria não gosta de crianças.

Para Fuentes (2003) a dificuldade em conceituar as bibliotecas nacionais é decorrente do fato delas terem se estabelecido em cada país a partir de processos diferenciados - as diversidades observadas entre elas teriam, portanto, raízes históricas, culturais, sociais e políticas. Ainda para o autor, se referir às bibliotecas nacionais seria se referir a um conceito absolutamente variado, polissêmico e multiforme.

Efetivamente, essa multiplicidade pode ser constatada: existem diversas possibilidades de estruturação das bibliotecas nacionais. Por exemplo, bibliotecas especializadas, universitárias ou públicas acabam assumindo em alguns países o papel de biblioteca nacional devido à liderança que exercem (CAMPELLO, 2006).

É conhecido o caso norte americano em que a *Library of Congress*, uma biblioteca parlamentar, desempenha o papel de biblioteca nacional; além da *Library of Congress* os EUA contam também com bibliotecas nacionais que abarcam determinadas especialidades, como o caso da *National Library of Medicine* e da *National Agricultural Library*. Na Finlândia, em Israel e na Dinamarca a biblioteca nacional funciona como biblioteca universitária. Já na Indonésia a biblioteca nacional é formada por quatro órgãos: pela biblioteca do museu nacional; por uma biblioteca especializada em ciências sociais, política e

história; pela biblioteca regional de Dakar e por uma divisão bibliográfica. No Quênia, a função da biblioteca nacional é exercida por uma rede, o *Kenya National Library Service*, essa rede é responsável por integrar as bibliotecas das diversas províncias do país, e está mais voltada para o estímulo à leitura. No Panamá, a *Fundación Biblioteca Nacional* é responsável por administrar a biblioteca nacional e as bibliotecas públicas ligadas ao ministério da educação. Na Alemanha, as bibliotecas nacionais são segmentadas e não incluem a palavra “nacional” em sua nomenclatura, dessa forma, há bibliotecas “nacionais” nas áreas de medicina, ciência e tecnologia, agricultura e ciências sociais. Os casos da Itália e do Canadá são semelhantes, cada país conta com duas bibliotecas distintas - na Itália há uma biblioteca nacional em Roma e outra em Florença, no Canadá há uma em Montreal e outra no Québec (CAMPELLO, 2006).

Humphreys (1987 *apud* DODEBEI; GRINGS, 2015) vincula o problema identitário das bibliotecas nacionais ao histórico da dificuldade em definir o que de fato é uma biblioteca nacional e quais são suas atribuições. Segundo Dodebei e Grings (2015):

Se o fato das bibliotecas nacionais serem organismo constituinte da identidade de uma nação poderia contrapor a falta de identidade das próprias bibliotecas, mantida por um longo período, isto de fato aconteceu e teve consequências críticas. Dainton, no prefácio escrito para Humphreys (1987), afirmava categoricamente: “As bibliotecas nacionais estão em crise por toda a parte” (HUMPHREYS, 1987, p. vii). O autor atribui essa crise a um certo apego ao passado, à herança das bibliotecas reais que eram basicamente pautadas pelo papel de representantes de uma identidade nacional sem, no entanto, possuírem uma missão institucional claramente definida. Com isso, Dainton identifica o declínio dos aportes financeiros que deveriam ser providos pelo Estado, o que torna o objetivo de formar uma coleção extensa e rica praticamente inviável. Além disso, Dainton verifica os problemas decorrentes justamente do tamanho das coleções e das dificuldades de processamento técnico, conservação e armazenamento de materiais que são incessantemente incorporados por força do depósito legal, além dos desafios de incorporar as novas tecnologias ao atendimento dos usuários, cada vez mais exigentes (DODEBEI; GRINGS, 2015, p. 14).

Fuentes (2003) faz uma interessante colocação - diante da multiplicidade de estudos que teorizam as bibliotecas nacionais na década de 70, o autor vai dizer que o fato de algumas bibliotecas requererem a denominação de ‘nacionais’ se vincula mais a uma questão política, em função da variedade de interpretações referentes aos conceitos de nação e estado, do que às questões técnicas ou profissionais. A colocação de Fuentes também se vincula à provocação de Cornish “uma biblioteca nacional é uma biblioteca que chama a si mesma de biblioteca nacional” (1991, p. 1, tradução nossa).

As colocações citadas evidenciam o que é apontado por Foucault (2014): os discursos, longe de serem elementos transparentes e neutros, são lugares em que a política exerce alguns de seus mais temíveis poderes. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou

os sistemas de dominação, mas aquilo, porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Ainda para Foucault (2014), existem vários procedimentos de controle e de delimitação do discurso - em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo selecionada, controlada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam conjurar seus perigos e poderes, dominar sua aleatoriedade e esquivar sua materialidade.

Para Bowker e Star (2000) as classificações são tecnologias poderosas, que devem ser reconhecidas como locais significativos de **trabalho político e ético**; as classificações representam **escolhas técnicas e sociais**, ainda que difusas ou ocultas. Também segundo Capurro e Hjørland (2007) as classificações trabalham com conceitos, e os conceitos são construções planejadas com o intuito de desempenharem papéis, eles podem tanto se vincular às intenções políticas quanto aos contextos sociais e históricos daqueles que os estabelecem.

Nesse sentido, quando são consultadas as referências mais tradicionais de Biblioteconomia ou os guias internacionais que buscam estabelecer as conceituações das bibliotecas nacionais, é importante ter em mente que essas definições não apresentam intenções isentas, são construções e embates discursivos. Como exemplo, Fonseca, em livro reeditado em 2007, estabelece uma separação entre as bibliotecas pelos tipos de usuários que atendem e, para ele, as bibliotecas nacionais não estão à disposição de qualquer tipo de usuário, mas, de uma clientela qualificada, para o atendimento do chamado “público em geral” existiriam as bibliotecas públicas. Identifica-se que a vinculação das bibliotecas nacionais a um ‘público qualificado’ é recorrente até o final do século XX no discurso analisado, entretanto, essa vinculação não é unânime e parece passar por transformações no século XXI.

Com outra abordagem, o plano de atuação da Biblioteca Nacional da França (BnF) para o período de 2017-2021, fixa entre seus objetivos principais renovar o relacionamento com o público, para tanto, afirma que além de fortalecer o acolhimento do que a instituição chama de “seus públicos naturais” (pesquisadores, professores e alunos) e trazê-los em maior número, a BnF pretende também **diversificar seu público**, sejam eles usuários potenciais de serviços locais ou remotos (BNF, 2017).

Apesar das diferenças identificadas entre as bibliotecas nacionais e a consequente dificuldade em conceituá-las, existe um esforço na literatura para estabelecer critérios lógicos capazes de ligarem essas instituições. Os critérios que operam conectando as bibliotecas nacionais entre si são variados - às vezes se relacionam com a posição geográfica, às vezes com o desenvolvimento econômico dos países em que se situam, às vezes com os períodos históricos dos seus surgimentos ou com as funções e serviços oferecidos. Dentre esses

critérios, Alexander Wilson (1983 *apud* FUENTES 2003) vai pontuar aquele se destaca na literatura - o então diretor da Divisão de Referência da *British Library* afirma que devido à dificuldade de conceituar as bibliotecas nacionais, importaria mais os enfoques pragmáticos das **funções** que são essenciais ou específicas dessas instituições; importaria mais o tema do fazer do que o tema do ser.

Cunha e Cavalcanti (2008) definem a **função da biblioteca** como relativa aos objetivos que deverão ser atingidos por essa instituição. Para Maciel e Mendonça (2000) o estudo das funções organizacionais tem como objetivo a construção de estruturas e sistemas equilibrados e eficientes. A função se estabelece como o elemento por meio do qual as organizações concretizam suas metas; o principal objetivo do estudo das funções é o estabelecimento da percepção analítica das atividades fundamentais das partes que compõem um todo, a compatibilização e a coordenação de esforços e a eliminação do que é desnecessário.

A abordagem **funcional** predomina na definição da 16ª Conferência Geral da Unesco (1970), o *Recommendations concerning the international standardization of library statistics* define as bibliotecas nacionais como instituições que normalmente realizavam algumas das seguintes funções: produção da bibliografia nacional; posse e manutenção atualizada de uma ampla e representativa coleção de literatura estrangeira, incluindo livros sobre o país; atua como centro nacional de informação bibliográfica por meio da compilação de catálogos coletivos e publica a bibliografia nacional retrospectiva. O documento ainda sinalizava que as bibliotecas denominadas ‘nacionais’ que não cumprissem essas funções estabelecidas não deveriam ser categorizadas como bibliotecas nacionais. Parte da definição da Unesco (1970) que toca em um aspecto mais identitário é a que afirma que as bibliotecas nacionais são instituições que funcionam como **bibliotecas de depósito** em virtude de disposição sobre depósito legal ou outras exigências legais - responsáveis pela aquisição e conservação de todas as publicações significativas impressas no país.

Também Sylvestre (1987) aponta que para lidar com a multiplicidade entre as bibliotecas nacionais um número de pesquisas e estudos dividem as **funções** entre: essenciais (que são realizadas pela maioria das bibliotecas nacionais e que sem elas uma biblioteca não deve ser nomeada ‘nacional’), desejáveis (realizadas pela maioria das bibliotecas nacionais no mundo industrializado) e aquelas que são opcionais (encontradas em poucas bibliotecas nacionais). Sylvestre (1987) justifica que as várias opções de serviços que podem ser prestados pelas bibliotecas nacionais são dadas para que os países selecionem as que melhor dialogam com suas tradições econômicas, políticas, sociais e culturais. O autor afirmava

esperar que as autoridades responsáveis estivessem fazendo decisões apropriadas, baseadas nos objetivos e aspirações dos países individualmente.

Outra classificação **funcional** bastante referenciada na literatura foi estabelecida por Lor e Sonnekus (1997), ela identifica que as bibliotecas nacionais seguem três dimensões funcionais: função depositária, função de infra-estrutura e função de serviço nacional abrangente.

Quadro 1 - Dimensões funcionais das Bibliotecas Nacionais

Dimensions of the "national library" concept	Developmental stage or context	Primary clients	Strategic emphasis	Type of national library
Heritage	Classic (developed countries)	Learned scholars, researchers	Collections	Conventional or traditional national library
Infrastructure	Modern (developed countries)	Libraries	National leadership	Modern national library
Comprehensive national service	Developing countries	The people	Service delivery (to end-users)	National library service

Fonte: LOR, Peter Johan; SONNEKUS, Elizabeth, A.S. **Guidelines for legislation for national library services**. Paris: Unesco, 1997.

Na atual definição da IFLA (2018) o critério **funcional** se mantém, assim como, o entendimento de que as responsabilidades variam de país para país.

As bibliotecas nacionais possuem responsabilidades especiais, normalmente definidas por lei dentro do sistema de bibliotecas e informações de uma nação. Essas responsabilidades **variam de país para país**, mas normalmente incluem: a **coleta via depósito legal da publicação nacional** (impressa e eletrônica), assim como, sua **catalogação e preservação**; a **prestação de serviços centrais (por exemplo, referência, bibliografia, preservação, empréstimo) aos usuários**, tanto diretamente como através de outras bibliotecas e centros de informação; a **preservação e promoção do patrimônio cultural nacional**; **aquisição de pelo menos uma coleção representativa de publicações estrangeiras**; a **promoção de uma política cultural nacional**; e **liderança em campanhas nacionais de alfabetização**.

As bibliotecas nacionais muitas vezes servem como um **fórum nacional para programas e projetos internacionais**. Elas podem ter um **relacionamento próximo com os governos nacionais**, podem estar envolvidas com o **desenvolvimento de políticas nacionais de informação** e podem atuar como um **canal para as opiniões de outros setores da profissão**. Ocasionalmente elas também atendem diretamente às **necessidades de informação da legislatura** (IFLA, 2018, grifo nosso, tradução nossa).

Fuentes (2003), diante da definição da IFLA de 2000¹⁰, faz uma consideração pertinente sobre as definições funcionalistas - afirma que elas não visam explicar o que é

¹⁰ "Las bibliotecas nacionales tienen responsabilidades, a menudo definidas por ley, dentro del sistema bibliotecario y de información de la nación. Sus responsabilidades varían de país a país, pero generalmente incluyen: - La colección, vía depósito legal, de las publicaciones nacionales (ya se trate de material impreso o electrónico) y su catalogación y preservación. - La provisión de servicios centrales (referencia, bibliografía, preservación, préstamo) a los usuarios, tanto directamente como mediante otros servicios de información. - La preservación y conservación del patrimonio cultural

realmente uma biblioteca nacional, sua essência e características intrínsecas, mas, de modo pragmático assinalam quais são suas funções e as tarefas que executam. Esse tipo de definição mostra a heterogeneidade que o conceito de biblioteca nacional encerra; a multiplicidade de funções pode nos levar a pensar, que ao nos referirmos às bibliotecas nacionais de dois países distintos, estamos nos referindo à mesma realidade e, na verdade, estamos nos referindo a realidades distintas.

Diante do exposto é possível identificar uma importante controvérsia no discurso relativo às bibliotecas nacionais: por um lado, a literatura demarca que o crescimento e o desenvolvimento das bibliotecas nacionais em todo o mundo tem sido dependente das forças que afetam o estabelecimento e a queda das próprias nações - **seus surgimentos refletiriam o processo de emancipação política e o nacionalismo em ascensão nos países** (WAINWRIGHT, 1993). Por outro lado, a literatura especializada também afirma que as bibliotecas nacionais se estabeleceram a partir de **processos históricos muito variados**, o que refletiria na sua difícil conceituação e no fato de exercerem funções muito diferenciadas (FUENTES, 2003).

Associando essa controvérsia com a questão levantada no final da seção anterior¹¹, é possível levantar a hipótese de que o enquadramento político e social mais clássico das bibliotecas nacionais vinculado ao **discurso da cultura nacional** - instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais; símbolos nacionais a serviço da construção de uma memória nacional - ao se complexificarem e se problematizarem a partir do século XX, perdem força nos discursos como elementos capazes de identificarem e agregarem as bibliotecas nacionais enquanto categoria; o que poderia estar relacionado com a constante definição das bibliotecas nacionais no século XX e XXI a partir dos seus aspectos funcionais, e não dos seus aspectos políticos. Ao mesmo tempo, a multiplicidade funcional pode ser relacionada com a dispersão dessas instituições, com a inconsistência e a fragilidade conceitual que apresentam.

A preponderância da conceituação das bibliotecas nacionais a partir dos aspectos funcionais também pode ser relacionada com a colocação de Latour (2000b): a literatura tende

nacional; - La adquisición de, al menos, una colección representativa de publicaciones extranjeras. - La promoción de la política cultural nacional. - El liderazgo en campanas nacionales de alfabetización [...] (FUENTES, 2003, p. 114).

¹¹ Levando em consideração a afirmação de Mueller (1984) - a instituição biblioteca não é uma entidade independente, capaz de declarar quais e como serão oferecidos seus serviços, ou quais serão seus objetivos de modo isolado, ela depende dos contextos históricos e está sujeita às forças existentes no ambiente onde atua - identifica-se uma questão importante: as bibliotecas nacionais surgem e se consolidam como instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais. Enquanto símbolos nacionais eram materializações de projetos de nação e projetos de poder, estavam a serviço da construção de uma memória nacional. Entretanto, será que com as transformações citadas, esse papel político mais claro continua a se destacar nos discursos referentes a essas instituições a partir do século XX?

a se tornar cada vez mais **técnica** quando as **controvérsias** sobre determinado fato ou artefato se inflamam.

Capurro e Hjørland (2007) são críticos quando afirmam que a literatura da Ciência da Informação é marcada pelo caos conceitual, pelo uso acrítico de definições e pela fusão de teoria e prática; os autores ressaltam a importância do campo esclarecer melhor sua identidade e seus objetivos para fortalecer sua continuidade histórica. Diferenças à parte é possível compreender que as colocações de Capurro e Hjørland (2007) são provocativas quando nos remetemos às bibliotecas nacionais.

Diante de instituições conceitualmente dispersas e vinculadas a crises, de que maneira o pensamento biblioteconômico-informacional poderia contribuir para pensá-las? A pesquisa procura no conceito de **regime de informação**, que será explorado no próximo capítulo, um articulador para a discussão e um possível aliado na reagregação dessa categoria.

3 REGIME DE INFORMAÇÃO: O CONCEITO ARTICULADOR

A construção teórico-conceitual de **regime de informação** tem uma forte ligação com as políticas de informação provenientes da sociedade organizada e das instituições governamentais, embora não se restrinjam a estas (BEZERRA, 2016). Bernd Frohmann é quem propõe primeiro e de maneira explícita o conceito de regime de informação (1995), como uma genealogia das políticas de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012):

E quando pensamos nos fluxos de informação que circulam ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Vamos chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos ou usuários, de regime de informação. Radiodifusão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, **bibliotecas**, fluxos transfronteiriços e a infobahn emergente: todos eles são nós de redes de informação, ou elementos de um regime de informação específico (FROHMANN, 1995, p. 5, grifo nosso, tradução nossa).

Posteriormente, o conceito de regime de informação é ampliado por Maria Néida González de Gómez (2002) e outros autores (WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M., 2006):

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um 'regime de informação' constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34)

Haveria ainda um longo trajeto a ser trilhado no que se refere à construção conceitual do regime de informação (BEZERRA, 2016):

[...] é fato que os aspectos conceituais de regime de informação estão em desenvolvimento. Alguns pesquisadores, como Frohmann (1995), González de Gómez (1999, 2012a, 2012b) e Braman (2004) trabalham tais aspectos, já outros, como Freire (2012, 2013), Unger e Freire (2008) e Delaia (2008) aplicam este conceito em laboratórios, comunidades e demais espaços de informação (BEZERRA, 2016, p.61).

Frohmann (1995) estabelece o conceito de regime de informação a partir da crítica às visões reducionistas referentes às políticas de informação, que identifica na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. São vários os reducionismos identificados pelo autor: a não vinculação entre informação e mercadoria; oclusão de questões relativas às relações entre informação e poder; o entendimento das políticas de informação apenas como uma das classes

das políticas governamentais (o que retira de cena determinados atores e os controles que eles exercem sobre os sistemas de informação); restrição dos estudos aos problemas relativos à produção, organização e difusão de informação técnico científica; foco epistemológico estreito das políticas de informação focadas em esclarecer a base conceitual e em envolver as disciplinas certas; fixação nas questões instrumentais, como os estudos para auxiliar a implementação de tecnologias - uma fé comovente que lógica, rigor epistemológico e disciplinar irá corrigir as coisas.

Segundo González de Gómez (2012) - diante da dissolução crítica das possibilidades de construção de um objeto único para os estudos das políticas informacionais - Frohmann faz a contraproposta de um objeto consistente, possível e denso como domínio do que chamará de **práticas informacionais**. Para tanto, o autor estabelece uma releitura das **práticas documentárias** de modo análogo às reformulações que a teoria ator-rede fez com os estudos da ciência (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

A atividade científica em Latour (2004) é uma **prática híbrida**, formada por uma **rede** de atores humanos e não-humanos, com suas competências, relações e agrupamentos. Enquanto fenômeno cultural, a ciência deve ser compreendida em relação aos contextos em que ocorre - o que chamamos de conhecimento científico é um produto socialmente construído, negociado e aplicado; além disso, as investigações sobre a ciência devem levar em conta seus usos sociais, suas práticas, suas formas institucionais e também seu conteúdo. Latour (2004) utiliza a noção de rede para pensar o jogo de relação que se estabelece entre um enunciado científico e outro; a negociação que se coloca entre os cientistas, suas comunidades e a sociedade; a circularidade que entrelaça as condições de produção e as de reconhecimento de um determinado conjunto de textos e os movimentos dinâmicos que caracterizam o campo científico. Araújo (2009) indica que pensar a Ciência da Informação enquanto essa **rede híbrida** poderia abrir possibilidades importantes de investigação na área, como para abordar as apropriações na construção dos seus fatos e artefatos científicos (contexto e conteúdo de produção).

O reconhecimento metodológico da ANT das maneiras pelas quais a **ciência**, a **tecnologia**, as **relações sociais** e os **discursos** são confundidos e como estão mutuamente implicados, apoia análises que vão além daquelas instrumentais preocupadas somente com a eficiência do fluxo de informações. As explicações não podem ser reduzidas ao domínio natural, social ou discursivo, elas ampliam o escopo dos estudos em políticas de informação, porque incluem a montagem de relações de poder agonísticas que constituem um regime de informação (FROHMANN, 1995). Dessa forma, em Frohmann (1995) as **práticas**

informacionais são entendidas como uma **rede de híbridos**: as propriedades atribuídas a elementos **sociais, naturais e discursivos** são produtos de práticas de construção e manutenção de uma **rede**.

Além da influência da ANT no regime de informação de Frohmann, há outra influência fundamental: a noção de **poder** de Foucault. Para o autor, o poder é entendido como multiplicidade de correlações de forças, estratégias móveis, um jogo. Há uma potencialidade criadora no poder, passível de aparecer nas práticas e nas relações humanas. O poder não está estático, centralizado em um ponto, não pertence a alguém, não é uma instância binária, não provém de uma relação entre dominados e dominadores, mas é: **relação de forças**, circulante, uma instância onipresente que se produz a todo o momento, em todos os pontos e em todas as relações (BOFF, 2008). O poder está sujeito a transformações no interior das instituições - o Estado não é o ponto de partida das relações de poder, mas uma das formas terminais da sedimentação entre as forças microfísicas. Na medida em que a teoria jurídico-filosófica do poder parte da unidade do Estado, ele acaba ignorando o caráter produtivo e relacional das forças. O entendimento do poder apenas como limite e proibição o reduziria à negatividade, o tornaria paradoxalmente impotente (CANDIOTTO, 2010).

Segundo Wilke e Jardim (2006) a perspectiva de **poder** em Foucault operou um deslocamento do campo do direito e da constituição da soberania do Estado para as várias e distintas correlações de forças constituintes e constituídas desse Estado e de seu aparato jurídico-legal. Aqui se vincularia o conceito de **dispositivo**.

Portanto, para Foucault, o que podemos observar são múltiplas “formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 2014, p.13), sendo que esses poderes múltiplos e periféricos não são “confiscados e absorvidos pelo aparelho do Estado” (MACHADO, 2014, p.14), ou seja, podem ter vínculo com o Estado ou não. São as práticas e relações desses e entre esses poderes que Foucault chama de microfísica do poder (FERRANDO, Thays Lacerda; DE FREITAS, 2017). Foucault buscou um instrumento de análise para essas relações, desenvolvendo o conceito de Dispositivo (WILKE; JARDIM, 2006, p.2). (FERRANDO; FREITAS, p.5, 2017).

Para Agamben (2005) o termo **dispositivo** se refere à disposição de uma série de práticas, de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos, não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares), de saberes, de medidas e de instituições cujo objetivo é administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido que se julga útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens. A palavra ‘dispositivo’ é um termo técnico decisivo em Foucault, ele o usa com frequência a partir da metade dos anos setenta quando começa a se ocupar

daquilo que chamava de ‘governabilidade’ ou de ‘governo dos homens’ (conceito explorado na seção 3.2).

Em entrevista, Foucault (1999) vai dizer que o dispositivo visa englobar o que é discursivo e o que não é discursivo, ele tem uma natureza estratégica - está sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a mais configurações de saber que dele se originam, mas que também o condicionam. “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1999, p. 139, online). O dispositivo é a rede tecida entre um conjunto ‘decididamente’ heterogêneo de elementos, que engloba: instituições, discursos, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 2000).

Wilke e Jardim (2006) identificam elementos constantes no dispositivo foucaultiano tanto nas discussões do conceito de regime de informação de González de Gómez quanto nas de Frohmann:

[...] de alguns elementos constantes no dispositivo foucaultiano, como as instituições, as organizações arquitetônicas (podemos supor que a estrutura arquitetônica das infovias seria um exemplo dessa estrutura arquitetural), as decisões regulamentares, leis, medidas administrativas (o campo das Políticas Informacionais no âmbito estatal, por exemplo, oferece-nos alguns exemplos dessa dimensão jurídica), e as distintas maneiras de produzir, processar, selecionar e distribuir a informação. Todos esses elementos aglutinam-se na forma de rede, o que faz com que **um regime de informação expresse-se na morfologia da rede**. De acordo com a segunda característica do dispositivo, percebemos que entre os elementos discursivos e não discursivos há uma espécie de jogo, que faz com que haja mudanças de posições e de funções. Esse caráter também é encontrado num regime de informação, que agencia também aqueles elementos discursivos e os não discursivos, entre os quais funções e posições podem se modificar. A terceira característica implica a dimensão estratégica do dispositivo e seu surgimento como uma necessidade da época (WILKE; JARDIM, 2006, p. 4, grifo nosso).

Segundo Bezerra (2006) a abordagem do dispositivo de informação teria possibilitado um deslocamento conceitual da concepção de política de informação por ampliar a compreensão inicial baseada na noção de infraestruturas governamentais para as interfaces, abrangendo as diversas relações entre atores envolvidos nas ações de informação. **Os dispositivos de informação são elementos complexos operantes nos regimes de informação, que se efetivam na multiplicidade simétrica do material e do imaterial em produtos e serviços de informação entre o saber-poder**. Nesse sentido, Frohmann considera os dispositivos de poder além do Estado e de outras instituições, se efetivando na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos.

Para Frohmann e González de Gómez já não seria mais possível o entendimento do ciclo documentário restrito ao âmbito de uma unidade de informação, nem supor que as relações constituintes de documento e de informação possam ser entendidas isoladamente. Também não existiria um ‘interior’ e um ‘exterior’ - isso não se refere a abandonar o ciclo que se dá nas unidades de informação, mas dar conta de sua inclusão em um processo produtivo mais amplo de documentos e informações que a instituição faz parte (FERNANDES, 2011). Também em Latour (2012) os fenômenos não se situam no interior ou no exterior das redes, mas em certa maneira de se **deslocar** que otimiza a manutenção das relações constantes, apesar do transporte e da diversidade dos observadores.

Diante do exposto até o momento, o que interessa ao trazer o conceito de regime de informação para a discussão das bibliotecas nacionais é destacar que essas instituições não estão isoladas - **são produzidas** (real, social e discursivamente) a partir de processos e relações com outros dispositivos da rede, assim como, também **produzem** dispositivos a partir desses processos e relações. Além disso, procura-se fugir dos reducionismos analíticos abordados por Frohmann e considerar as relações de **informação-poder** que envolvem essas instituições. Para tanto, o conceito de regime de informação será utilizado como articulador para desenvolver e justificar duas análises principais apresentadas como seções do presente capítulo.

Seção 3.1:

- 1) Explorar a ‘categoria bibliotecas nacionais’ como nós de redes de informação que se relacionam com diversos outros nós de redes, como a epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional.

Seção 3.2:

- 2) Discutir as relações entre informação, política e poder estabelecidas pelos Estados nacionais na denominada Sociedade Disciplinar e na denominada Sociedade de Controle, assim como, analisar como essas relações podem ter afetado ou possam estar afetando as bibliotecas nacionais enquanto ‘categoria institucional’.

3.1 EM REDE: O PENSAMENTO BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL E AS BIBLIOTECAS NACIONAIS

Nosso meio de transporte é a noção de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas (LATOUR, 1994. p. 9).

A **mediação** é uma noção fundamental para a ANT, ela produz as mudanças na constituição das redes por meio das **traduções** e coloca os atores em articulação (OLIVEIRA; PORTO, 2016). A tradução designa o processo de fazer conexões, estabelecer comunicação, forjar uma passagem entre domínios (PEDRO, 2008). Latour destaca que na tradução, o ato de produzir algo novo ocorre pela produção de novas associações (idem). Tradução significa, então, um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que, por algum motivo, modifica os atores nela envolvidos, conseqüentemente, modifica a rede (idem).

É possível pensar que Frohmann (1995) ao propor a releitura das práticas documentárias de modo análogo às reformulações que a teoria ator-rede, de Latour e Callon, fez com os estudos da ciência, estabelece uma **tradução** importante para os estudos das políticas de informação. As práticas informacionais passam a ser entendidas como uma rede de híbridos: formadas por elementos sociais, naturais e discursivos. A partir desse viés - ciência, tecnologia, relações sociais, discursos - estão mutuamente implicados; o que justificaria a abordagem proposta aqui: analisar as bibliotecas nacionais como **elementos de um regime de informação, nós de redes de informação** que estabelecem diversas relações e processos com outros nós dessa rede. Entre as possíveis relações estabelecidas pelas bibliotecas nacionais, a pesquisa procura rastrear as que elas estabelecem com o pensamento biblioteconômico-informacional. É possível identificar repercussão e encadeamento nessa rede?

Quando uma rede se apresenta como objeto de estudo, é preciso compreendê-la, em primeiro lugar, como produto de um projeto que a antecede, isso significa dizer que a rede deve sua existência a uma série de transações bem sucedidas, surge a partir daí a necessidade de traçar sua gênese, entendendo que a historicidade de cada processo é fabricada com características próprias e diferenciadas (PEDRO, 2008).

Pensar a rede implica também em **pensar com a rede**: é uma configuração dinâmica, com trocas intensas, conexões e diversos atores (PEDRO, 2008). Dessa forma, para articular os nós dessa rede, são rastreadas importantes movimentações das bibliotecas nacionais - identificadas a partir da literatura analisada - e importantes movimentações do pensamento biblioteconômico-informacional: o paradigma custodial, a Documentação e a Ciência da Informação.

O paradigma custodial, analisado a partir da leitura de Malheiro da Silva (2013), desempenha importante papel no desenvolvimento do pensamento biblioteconômico-

informativa. Voltado para o acervo e para a custódia, esse paradigma também é fundamental no histórico e no desenvolvimento das bibliotecas nacionais, sendo possível especular sobre a repercussão do mesmo ainda na contemporaneidade. O paradigma custodial é identificado como o responsável pelas grandes coleções acumuladas pelas bibliotecas nacionais nos países ocidentais.

A Documentação demarcaria, a partir das contribuições de Otlet e La Fontaine, uma movimentação fundamental no pensamento biblioteconômico-informativa, em que ele se voltaria mais para a expansão do significado social e da importância da documentação e da informação. Dessa forma, aborda-se a possível repercussão desse paradigma no cenário das bibliotecas nacionais que, a partir da década de 50, são inseridas em discussões internacionais que questionam seu **papel social**, assim como, questionam as necessidades de cooperação/coordenação das atividades bibliotecárias desenvolvidas por elas.

O pós-Segunda guerra é o marco histórico principal da análise: momento em que a literatura referente às bibliotecas nacionais as vinculam às narrativas de crise, e que a Ciência da Informação se estabelece como campo científico. Para explorar o surgimento da CI e suas movimentações utiliza-se como referência a tese defendida por Capurro (2003) de que o campo tem seu nascimento em meados do século XX baseado em um **paradigma físico**, que por sua vez é questionado por uma abordagem **cognitivo idealista e individualista**, e mais ainda, que posteriormente seria interrogado por um **paradigma pragmático social**.

De acordo com os paradigmas de Capurro (2003), na primeira fase da CI, a informação era compreendida como algo existente em si mesma, independente dos contextos e dos sujeitos, dotada de propriedades e características passíveis de serem explicadas e medidas a partir do estabelecimento de leis - “física”, fenômeno “objetivo”, “sinal”, “dado”, algo no nível “sintático”. Informação está associada a noções como emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, mensagem, probabilidade, revocação, precisão. Essa concepção de informação teria “origem” no evento que é também identificado como originário do campo: *Conferences on Training Science Information Specialists*, que ocorreu no *Georgia Institute of Technology*, em 1961 e 1962 (ARAÚJO, 2017).

A Ciência da informação inicia-se, então, como teoria da *information retrieval* baseada em uma epistemologia fisicista. Esse paradigma está intimamente relacionado com a *information theory* de Claude Shannon e Warren Weaver, e também com a cibernética de Norbert Wiener (1961). Em essência, o paradigma físico estabelece que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Essa teoria, tomada como modelo na Ciência da Informação, se relaciona com uma analogia entre a veiculação física de um sinal e a

transmissão de uma mensagem - os aspectos semânticos e pragmáticos intimamente relacionados ao uso do termo informação são descartados por Shannon (CAPURRO, 2003).

O paradigma cognitivo tem como marco de referência a *The Copenhagen Conference Theory and Application of Information Research* ocorrida em 1977 (ARAÚJO, 2017). Nesse caso, passou-se a considerar a articulação entre os dados (elementos existentes na realidade, mas que são independentes dos sujeitos) e o conhecimento (aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem). A “informação” seria a medida da alteração do estado de conhecimento, produto da interação entre os dados e o conhecimento, no âmbito do indivíduo. Informação se vincula assim ao “cognitivo”, “semântico”, “subjetivo”. A inspiração filosófica dessa abordagem é a teoria do conhecimento objetivo de Popper (idem).

O terceiro paradigma, o pragmático social, aparece em alguns autores como uma tendência em construção - termos como “pragmática”, “intersubjetivo”, “sociocultural” são usados para descrevê-lo. Nesse viés, informação não é mais vinculada a algo objetivo ou subjetivo, mas a algo da ordem do coletivo, uma construção social. “Informação” aparece ligada a termos como “documento”, “saberes”, “ação”, “contexto”, “cultura”, “memória”, “coletivo”, “sociedade”, “histórico” (ARAÚJO, 2017). O marco histórico de referência dessa perspectiva é o I CoLIS - *International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, ocorrido na Finlândia em 1991, considerado uma “virada sociológica” na Ciência da Informação (CRONIN, 2008 apud ARAÚJO, 2017).

Malheiro da Silva (2013) ao fazer uma ponderação crítica da definição de **paradigma científico** de Kuhn, aponta que o paradigma pode ser entendido como um modo de pensar, de formular princípios que regem as teorias e as práticas científicas durante um período de tempo que pode ser longo (mais de uma geração); as mudanças desses paradigmas não ocorreriam necessariamente por revolução ou por ruptura: a existência de um processo de transição paradigmática pode implicar a permanência de elementos do paradigma anterior e a coexistência mais ou menos prolongada desses paradigmas.

Também Capurro (2003), como indicado na introdução, afirma que a seleção paradigmática proposta por ele para explorar a Ciência da Informação - paradigma físico, cognitivo e pragmático social - poderia simplificar a complexidade das análises e dar lugar a um mal entendido se considerada como avanço histórico; na verdade, as teorias se entrecruzam com diversas intensidades e em diversos períodos. A afirmação de Capurro dialoga também com o **princípio de descontinuidade** da análise do discurso de Foucault: os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, passíveis de se cruzarem, se ignorarem ou se excluïrem.

Dessa forma, considera-se que as repercussões e os encadeamentos entre a epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional e as bibliotecas nacionais não podem ser claramente determinadas ou imediatamente vinculadas, elas são especulativas. As ciências e as instituições são perpassadas por diversos elementos que fogem ao ‘corte’ da rede proposta pela pesquisa, e estabelecem movimentações complexas. Mesmo assim, entende-se que analisar as bibliotecas nacionais a partir das relações e dos processos que estabelecem com o pensamento biblioteconômico-informacional poderia trazer relevantes contribuições para essas instituições.

A divisão da presente seção em subseções, a partir dos marcos epistemológicos selecionados, tem como objetivo o desenvolvimento teórico - o norteamento para a exploração dessa rede - e não a desvinculação desses marcos entre si, até porque eles não seriam passíveis de total desvinculação.

3.1.1 Paradigma custodial

Algo importante para o desenvolvimento do pensamento biblioteconômico-informacional desenvolve-se em meados do século XIX no âmbito de instituições como os arquivos e as **bibliotecas nacionais**, assim como, os museus nacionais de arte e de história natural: a consolidação profissional na área da Documentação/Informação, apoiada em uma formação específica. Foi essa situação que gerou a disseminação do modelo francês, com a criação da *École Nationale des Chartes* em 1821 e com a fundação da *École du Louvre* em 1882. Essa formação tinha recorte de ensino superior ou universitário - depois de um acolhimento inicial e específico nas universidades durante o século XIX, expande-se ao longo dos anos noventa pelas universidades públicas e privadas. Apesar desse movimento formativo dirigido para o meio acadêmico, as associações profissionais terão, em países como França, Portugal, Espanha e outros, um peso enorme (SILVA, 2013).

Esse peso pode ser compreendido uma vez que a formação profissional era obtida no quadro das instituições onde os profissionais eram alocados, de acordo com a missão e as atividades que desenvolviam. Nesse contexto, a matriz da formação profissional era histórica erudita e voltada para as questões da **custódia** e da **elaboração de instrumentos de acesso** que apoiassem o trabalho dos historiadores (idem).

O modelo francês, custodial, histórico-positivista e patrimonialista ganhou novos contornos a partir dos finais de oitocentos. Ocorrerá, a partir de então, um aprofundamento da vertente técnica e uma cada vez maior autonomização da arquivística e da biblioteconomia

(ao invés do sucedido com a museologia) em relação à história, afirmando-se como disciplinas de saber individualizado. Nesse **paradigma custodial**, acrescido da dimensão tecnicista, a ausência de investigação é um dos traços dominantes (SILVA, 2013). O paradigma custodial teria se estendido, então, dominante desde finais do século XVIII até meados do século XX:

No tocante ao **paradigma custodial**, historicista, patrimonialista e tecnicista a formação prática recebida no espaço acadêmico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus apontava claramente para a **sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte**; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura “erudita”; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao “conteúdo” (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri Lafontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (SILVA, 2013, p. 2, grifo nosso).

Os arquivos, as bibliotecas e os museus nacionais ficaram amarrados entre si por três conceitos comuns e tutelares: a cultura, o patrimônio e a memória. Esses conceitos teriam funcionado dentro do ‘estado-nação’ para legitimarem e concretizarem a unidade dos povos ao redor de uma identidade clara e forte. Além disso, esses conceitos a serviço da história-ciência integraram o discurso estruturante do objeto científico próprio dessas áreas. Inicialmente, a importância da história e das chamadas “humanísticas” (destaque para a filologia) foram hegemônicas na formação científica dos profissionais desses três lugares, a formação prática ou técnica se fez no local de trabalho (SILVA, 2013).

O paradigma custodial tem implicações epistemológicas. O binômio mentefato-artefato ajuda a compreender essa implicação, o mentefato é a ideia/representação mental e emocional pronta a ser coisificada, o artefato é a coisa idealizada ou derivada da representação emocional e mental. Dentro do paradigma custodial e com o sincretismo inicial em que as disciplinas da Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia surgiram vinculadas entre si, deu-se gradativamente a especialização e a fragmentação dessas disciplinas por meio do foco nas características distintivas do artefato/documento e não do enfoque principal no mentefato/informação - suas relações, organização, reprodução e contexto (SILVA, 2013).

Importante destacar como o paradigma custodial perpassa os discursos referentes às bibliotecas nacionais. A declaração de Antonio Panizzi, então chefe da biblioteca do Museu Britânico, sobre o princípio que regia qualquer biblioteca nacional no início do século XX, é ilustrativa: “a maior amplitude nas aquisições de obras impressas, em todas as áreas do conhecimento, de todas as nações e de todas as línguas” (FUENTES, 2003, p. 40, tradução nossa). Também Paz y Meliá, um dos primeiros estudiosos a apresentar uma monografia

sobre as bibliotecas nacionais - trabalho elaborado a partir da situação da Biblioteca Nacional da Espanha - estabelece em 1911, em complementação com as colocações de Panizzi, que a função essencial de uma biblioteca nacional é a de conservar e transmitir ao futuro seu acervo (FUENTES, 2003). Para Fuentes (2003) este objetivo utópico foi básico, em princípio, para qualquer biblioteca nacional e o responsável, apesar de toda dificuldade de ser colocado em prática, pelas grandes coleções acumuladas nos países ocidentais.

Também na obra, *La cuestión de las bibliotecas nacionales y la difusión de la cultura* (Madrid, 1911), Paz y Meliá demonstra preocupação com o uso do acervo das bibliotecas nacionais por “pessoas comuns”, para ele, essas instituições deveriam se dedicar a atender usuários específicos, criando assim uma diferenciação em relação às bibliotecas públicas; ele entendia que as bibliotecas nacionais eram redutos muito especiais e específicos para eruditos e investigadores (FUENTES, 2003). Esse recorte sinaliza a clara sobrevalorização do acervo.

Com as transformações históricas - a transição da primeira para a segunda industrialização no mundo ocidental - os conceitos de patrimônio, cultura e de memória, como fatores cruciais de identidade, deixaram de se sobrepor às características materiais específicas dos objetos ou dos documentos guardados nos arquivos, museus e bibliotecas (RODRIGUEZ BRAVO, 2002 *apud* SILVA, 2013). Nesse sentido, a especificidade dos artefatos determinou o espaço institucional onde ele seria consultado, conservado ou visto. Esse movimento levou a uma tendência especializadora dessas instituições. A biblioteconomia ligou-se ao documento impresso e elegeu a coleção como a unidade agregadora e significativa do ‘átomo documental’ (SILVA, 2013).

Com a aceleração do tempo e do processo histórico, nomeadamente o arranque e expansão da segunda revolução industrial, as velhas bibliotecas eruditas, recheadas de incunábulo, livros, opúsculos, folhetos e outras publicações editadas até meados de oitocentos, deram lugar a serviços criados no seio de instituições públicas e privadas, com a missão de receberem e de tratarem de forma mais precisa documentos recentes de cariz científico e tecnológico que importava conhecer para que o progresso industrial e técnico em curso prosseguisse e se superasse. **Deu-se, assim a modernização da biblioteconomia através do esforço teorizador de Paul Otlet e Henri La Fontaine em torno da documentação** - o livro antigo e a erudição filosófica, humanística e literária cederam o centro da atenção “bibliotecária” a todos os tipos de documento produzidos não no passado, mas no presente e em nome do desenvolvimento da ciência e indústria (SILVA, 2013, p. 2, grifo nosso).

A partir da demarcação dessa movimentação, a possível repercussão da Documentação de Otlet e La Fontaine nas bibliotecas nacionais é analisada na próxima subsecção.

3.1.2 Documentação

Paul Otlet, advogado belga, propõe por meio do seu Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), constituído na última década do século XIX, um grande projeto de compartilhamento de dados e o estabelecimento geopolítico de redes de colaboração entre instituições voltadas ao conhecimento registrado (SALDANHA, 2017). Otlet desenvolve os saberes bibliológicos para a organização de dados científicos por meio da ampliação e da abertura conceitual de livro e documento (idem). A biblioteca vai ganhando cada vez mais o papel de “biblioteca científica” ou de “guardiã das relações linguístico-materiais da ciência e da tecnologia” (idem). Das visões de Otlet é possível reter a efetivação de ações mundiais de trocas de registros e metarregistros do conhecimento, com a ambição de estabelecer, na primeira metade do século XX, uma rede mundial de compartilhamento de dados (idem). As ideias visionárias de Otlet representariam as primeiras manifestações de caráter resolutivo para um problema de informação contemporâneo (BRASILEIRO, LOUREIRO, FREIRE, 2015).

O Instituto nasceu a partir do desejo de tornar acessível todo o registro do conhecimento produzido pela humanidade sob os ideais da cooperação internacional (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2015). Esses registros formariam o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) e, apesar de parecer utópica, essa ideia era diferente de outras tentativas de reunião do conhecimento humano em um único local, como a Biblioteca de Alexandria, porque não visava reunir a produção documental da humanidade, mas sua representação (idem).

Para Otlet e La Fontaine, ao longo do século XIX, a importância da bibliografia havia crescido, tendo em vista a **maior abertura das bibliotecas ao grande público**, os direitos conquistados pelo autor e a necessidade de mecanismos de busca para a recuperação da informação desejada. Como consumidores de bibliografias, as bibliotecas e seus usuários, ganharam uma posição de destaque - a biblioteca, enquanto local de consulta das mais variadas fontes de informação, era a instituição que captava os esforços de cooperação na construção do RBU, buscando oferecer aos usuários uma espécie de enciclopédia mundial, na figura do repertório. Nesse sentido, os usuários poderiam ter acesso a toda produção intelectual mundial, do passado ou do presente (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2015).

Já os bibliotecários são vistos por Otlet e La Fontaine (1895, p.19) sob dois aspectos: os responsáveis por tornar públicos os “tesouros e preciosidades” presentes nos acervos das bibliotecas, fazendo-os, por meio de catálogos, acessíveis a todos, já que “[...] sem o catálogo a biblioteca é uma caixa fechada cheia de coisas preciosas, mas inacessível e invisível, sem chave” (OTLET; LA FONTAINE, 1895, p.19); por

outro lado, aos bibliotecários é confiada a construção das bibliografias, de modo a enriquecer o RBU (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2015, p. 189).

A construção do RBU dependia da adoção de seu padrão por instituições e estados de diversos continentes - foi assim que Otlet e La Fontaine passam a difundir seus ideais ao redor do mundo (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2015).

A tese de Juvêncio (2016) indica uma forte influência das ideias de Otlet e La Fontaine na Biblioteca Nacional do Brasil. Em 1911, a Biblioteca Nacional brasileira, lança as bases do seu Serviço de Bibliographia e Documentação, estabelecendo relações com o IIB por meio do seu então diretor, Manoel Cícero Peregrino da Silva (FONSECA, 1973 *apud* JUVENCIO; RODRIGUES, 2015). Peregrino da Silva teria justificado a adesão da Biblioteca Nacional ao ideal do IIB declarando em relatório de 1909 que a Bibliografia era o elemento chave na organização do conhecimento humano e serviria de norte para a descrição dos documentos (*idem*).

A Biblioteconomia, que se estabelecia na tradição milenar de reunir e conservar os registros escritos da humanidade - os bibliotecários encarados como os guardiões dos acervos dessas bibliotecas - teria se aliado à Bibliografia, cuja prática remontaria à Antiguidade e visava controlar a produção de determinado registro humano, como os livros (OTLET, 1908; BLANQUET, 2014 *apud* JUVÊNCIO, 2016). O RBU visava disseminar o conteúdo dos acervos de diversas instituições do mundo, facilitando o acesso e dando publicidade a esses (JUVÊNCIO, 2016).

Para Day (2001) é por meio das obras de Paul Otlet e Suzanne Briet, que ocorre a expansão do **significado social** e da importância da documentação e informação. Para Otlet, Briet e seus colegas documentalistas - que repercutiram internacionalmente antes e logo após a Segunda Guerra Mundial - a Documentação tinha objetivos e efeitos políticos definidos, incluindo a formação de um futuro (questão intrínseca aos textos) com maior justiça internacional, paz e união. De acordo com a argumentação dos próprios documentalistas, eles desejavam ser entendidos e julgados mais pelo nível cultural - antes ou além dos seus estatutos profissionais ou dos seus discursos técnicos.

Saldanha (2017) identifica no desenvolvimento epistemológico e institucional das abordagens teóricas e aplicadas no contexto internacional da Bibliologia de Otlet (influenciado pelas ideias de Peignot), juntamente com as abordagens teóricas e aplicadas de Jesse Shera (1973, 1977 *apud* SALDANHA, 2017) um enfoque **sócio histórico** - onde o projeto dos registros do conhecimento, do acesso e do compartilhamento de dados se dá sob o prisma da **sociedade**.

A partir de sua “epistemologia social”, conceito elaborado junto do pensamento de Margaret Egan, nos Anos 1950, Shera (1973, 1977) almeja o estudo dos processos da sociedade em sua procura para a apreensão da relação perceptiva e compreensiva do ambiente em sua totalidade. A epistemologia social sheriana propõe então que o campo bibliológico - em seu discurso, a Bibliografia e, posteriormente, a *Library Science* - investiguem a vivência das formas socialmente constituídas, relacionando linguagem e ação. Da “biblioteca científica”, temos aqui uma “biblioteca sócio científica” (SALDANHA, 2017, p. 10).

Também as ideias de Butler (1933), desenvolvidas no início do século XX nos Estados Unidos, no mesmo período em que as ideias de Otlet (1934) impactavam o campo da Documentação na Europa - estabeleciam uma crítica ao pensamento biblioteconômico-informacional no esforço de questionar a visão pragmática dominante, vinculada à aplicação das práticas, para dar espaço à reflexão científica sobre as **questões sociais** que atingiam o campo (BRASILEIRO, LOUREIRO, FREIRE, 2015).

É possível especular sobre a repercussão dessas questões no cenário das bibliotecas nacionais. A década de 50 é marcada por movimentos importantes e diferenciados: ao mesmo tempo em que assinala um ponto de crise no modelo das bibliotecas nacionais que queriam tudo abarcar e que atendiam um público restrito (FUENTES, 2003), são ampliadas as discussões internacionais relativas ao **papel social** dessas instituições, assim como, a necessidade de cooperação/coordenação das atividades bibliotecárias.

Fuentes (2003) afirma que até os anos 50 da década passada a função primordial de uma biblioteca nacional era sua função de conservação, depois disso, começa a adquirir importância cada vez maior a **difusão do saber** armazenado em suas riquíssimas coleções de materiais. Papel fundamental e de primeira ordem nessa difusão estaria o desempenhado pelas **bibliografias nacionais**. Na revista norte-americana *Library Trends* (1955) havia a indicação de que as bibliotecas nacionais constituíam a principal fonte de informação para a compilação das bibliografias nacionais correntes (FUENTES, 2003).

Esse período, a década de 50, também consolida o início de um enfoque internacional para o debate dessas instituições com a criação da seção das Bibliotecas Nacionais e Científicas da IFLA. A partir da ideia de planificação de sistemas bibliotecários, outros órgãos além da citada IFLA, passam a atuar na busca de soluções, como a UNESCO, a *International Federation for Information and Documentation* (FID) e a *International Communication Association* (ICA). É nesse contexto que ocorreu o congresso da IFLA de 1952 em Copenhague, a Conferência de Viena em 1958 e que a partir dos anos 70 são realizados congressos mundiais em torno do tema (FUENTES, 2005).

Para Fuentes (2005), seria possível apontar um antes e um depois das bibliotecas nacionais no cenário do Colóquio de Viena realizada em 1958¹² no que tange a uma **nova visão** e a uma nova maneira de entender o que configura uma biblioteca nacional. Em geral, a Conferência de Viena trouxe uma perspectiva de **atuação mais aberta e participativa para as bibliotecas nacionais**.

Em consonância, F. C. Francis (1958), então diretor da *British Library*, responsável por um grupo de trabalho no Colóquio de Viena (1958), apontava que a concepção dos serviços que deveriam ser prestados por uma biblioteca nacional havia mudado notavelmente. Francis advertia sobre os perigos de um crescimento excessivo da coleção, que poderia chegar a ter um manejo inoperante e muito difícil - propõe como solução a criação de seções especiais, a instauração de um sistema de cooperação nacional e cita o exemplo dos Estados Unidos, onde a cooperação levou a criação de bibliotecas nacionais de Agricultura e de Medicina. O diretor da *British Library* aconselhava também que países menos ricos recorressem aos recursos de todas as bibliotecas (FUENTES, 2003).

Ainda em 1958, F. C. Francis publica um artigo no *ASLIB Proceedings*, como ponto de partida, assinala uma nova visão que vai se impondo no cenário: “as bibliotecas não são meros depósitos onde se mantém informação para que a gente a encontre, mas são **instrumentos ativos no desenvolvimento do pensamento**” (FUENTES, 2003, p. 50, tradução nossa). Ainda para o autor, as bibliotecas nacionais deveriam seguir o modelo das pequenas bibliotecas especializadas e estabelecer uma divisão interna com a especialização temática de suas grandes coleções em um número de temas separados - cada uma com uma equipe especializada, seu próprio catálogo e sua coleção de obras de referência. Tratava-se de adaptar esses macrocentros às novas condições sociais vigentes (FRANCIS, 1958 *apud* FUENTES, 2003).

Capurro e Hjørland (2007) estabelecem que a partir de 1968, **informação** gradualmente substitui o termo **documentação** como o nome de uma profissão e um campo de estudo. Essa movimentação, central para o pensamento biblioteconômico-informacional, será explorada na próxima subseção que aborda o estabelecimento histórico da Ciência da Informação.

¹² O Colóquio de Viena (1958) sobre as Bibliotecas Nacionais da Europa foi promovido pela Unesco e os apontamentos finais indicam abertura à ideia de cooperação bibliotecária e à descentralização estrutural como forma de solucionar os problemas originários da ‘explosão informacional’. As recomendações e as conclusões do Colóquio foram revistas e estabelecidas anos depois na Conferência Geral da Unesco (1970).

3.1.3 Ciência da Informação

Para Saracevic (1995) os problemas informacionais sempre estiveram mais ou menos presentes na história, mas sua importância real ou a forma como essa importância era percebida havia mudado no pós-Segunda Guerra - seria precisamente essa mudança a responsável pela inauguração daquilo que se denominou Ciência da Informação. Dessa forma, a CI estaria ligada ao imperativo tecnológico e à necessidade de tornar mais acessível um gigantesco estoque de conhecimento, visto que o crescimento exponencial da informação e de seus registros se estabeleciam como questões cada vez mais urgentes (SARACEVIC, 1995).

Capurro e Hjørland (2007) indicam que a gradual substituição do termo **documentação** por **informação**, a partir de 1968, se relaciona com o interesse em aplicações computacionais e de tecnologias da informação, com a influência da teoria da informação e o paradigma do processamento da informação nas Ciências Cognitivas. A mudança também se relaciona com a tentativa de elevar a opinião pública sobre os trabalhos realizados em bibliotecas, entendidos normalmente como ultrapassados. Sendo assim, ampliou-se o uso da palavra **informação** na área e expressões como **recuperação de informação** e **centro de informação** se estabelecem. Há inúmeras tentativas de definir informação como um termo formal, relacionado ao trabalho com documentação e informação, até para defini-la como quantidade mensurável, correspondendo a questões do gênero: “quanta informação foi recuperada pela busca?” (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Capurro e Hjørland (2007) nos lembram que Machlup e Mansfield (1983) sugeriram que em um sentido amplo a Ciência da Informação seria um agrupamento de pedaços coletados em uma variedade de disciplinas que falam de **informação** em um de seus muitos significados. Também para Hjørland (2000 *apud* CAPURRO; HJORLAND, 2007) a tendência crescente do uso do termo informação em instituições de biblioteconomia e documentação se relacionaria com o aumento do interesse em aplicações computacionais, ou de tecnologias da informação; uma influência indireta da teoria da informação de Shannon e Weaver, e o paradigma do processamento da informação nas ciências cognitivas.

Na literatura referente às bibliotecas nacionais a importância do uso do termo ‘informação’ aparece; Line (1989) ressalta o papel das bibliotecas nacionais como **provedoras de informação**, assim como de **livros**: “*Library and information needs are considered together because they are increasingly interwoven and libraries of all types are providing information as well as books*” (LINE, 1989, p.1). Seria parte da função de uma biblioteca nacional antecipar necessidades informacionais. Além disso, o autor identificava

que ‘informação’ era um termo vago, mas sublinhava que usava o termo de modo pragmático, para se referir a pedaços pequenos ou grandes de informações que eram solicitadas.

Para Silva (2003) a Ciência da Informação estabelece um novo paradigma para o pensamento biblioteconômico-informacional, o **pós-custodial**; que surge atrelado ao desenvolvimento de uma Ciência da Informação transdisciplinar, que agrega em si e resulta da junção das disciplinas práticas de Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação. A CI reconstruiu o seu objeto deslocando a centralidade da exploração e do entendimento do artefato para o mentefato, o que teve como consequência o abandono das noções estáticas de fundo e coleção e a adoção do conceito de sistema de informação, por influência da teoria geral dos sistemas (SILVA, 2003).

Borko (1968) consagrou uma definição¹³ clássica para a Ciência da Informação. Brasileiro, Loureiro e Freire (2015) ao analisarem essa definição identificam que ela é marcada pelo pensamento empirista e positivista dominante naquele momento - representava um esforço estadunidense para responder às possíveis questões que poderiam surgir sobre a cientificidade do campo, como sua configuração disciplinar (voltada para a interdisciplinaridade) e a delimitação do seu objeto de estudo (informação). A definição de Borko ao abranger, como características do próprio campo, a criação de serviços e produtos contemplava indiretamente **os interesses capitalistas da indústria de informação do país**.

Para Day (2001) a emergência da Ciência da Informação já seria um sinal da **reificação moderna da informação**, se legitimaria por meio dessa relação mimética e metonímica da ciência que procura representar. Esse abandono histórico da **documentação** teria sido problemático por afastar as análises mais críticas situadas no domínio econômico, político e ideológico.

Nos escritos de Warren Weaver e Norbert Wiener observam-se a aplicação de teorias quantitativas e operacionais da informação à cultura geral e à sociedade. A cultura é assumida apenas como um elemento na transferência de informação - algo estatisticamente mensurável (DAY, 2011). Dessa forma, para Day (2001) a Ciência da Informação definiu-se nesse

¹³ “Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem seu fluxo e os métodos para processá-la, a fim de obter acessibilidade e utilização ótimas. Está interessada num conjunto de conhecimentos relacionados com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Inclui a investigação das representações da informação nos sistemas naturais e artificiais, a utilização de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, o estudo de instrumentos e técnicas de processamento da informação, tais como computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar [...] relacionada com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia de computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, a comunicação, a biblioteconomia, a administração [...] Tem componentes de uma ciência pura, que investiga o assunto sem relação com sua aplicação, e componentes de uma ciência aplicada, que cria serviços e produtos” (BORKO, 1968, p. 3).

período mais por meio de pesquisas quantitativas e métodos formais, cumprindo tanto a nível retórico quanto institucional os desejos dos documentalistas de serem mais científicos de acordo com os entendimentos culturais dominantes das ciências da época. Os métodos quantitativos tornaram-se um paradigma dominante para a ‘ciência’ durante e após os anos de guerra, dessa maneira, a **relevância da cultura na pesquisa tornou-se menor** comparativamente.

Para González de Gómez (1995) a Ciência da Informação se constituía como uma nova demanda de cientificidade e também como um sintoma das alterações em curso que impactavam a direção e a produção do conhecimento no Ocidente. Considera-se que a CI emerge em contextos altamente complexos, conflitivos e segmentados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995). Como consequência, a CI tende a abranger em suas pesquisas e na definição de seu objeto, demandas e traços da sociedade industrial, assim como, acompanhar os processos de reformulação dos paradigmas sociais, econômicos e políticos - desde a mercantilização da informação à sua configuração como indicador de riqueza e bem de capital (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000).

A história dessa nova área do conhecimento institucionalizado, que poderia fazer parte das *nouvelles sciences* - tais como as ciências do conhecimento, as teorias da comunicação, a ciência da computação, entre outras denominações - acompanha em seu último tramo a trajetória epistemológica do ocidente, a mudança de estatuto do conhecimento e as crises das principais concepções da ciência e da verdade. Não é acidental, logo, que sua própria cientificidade seja colocada em questão e que, com relação aos problemas atuais em torno dos princípios de avaliação e legitimação dos conhecimentos, a ciência da informação compareça para alguns como solução, para outros, como sintoma (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995, p. 1).

Para Araújo (2003) a Ciência da Informação se estabelece, no período do pós-guerra, juntamente com as primeiras críticas ao fracasso do projeto da modernidade e ao modelo científico decorrente desse projeto. Mesmo assim, e como essa crise não estava claramente delineada nesse momento, a Ciência da informação se estabelece nos moldes das ciências modernas, principalmente a partir do modelo das ciências exatas, procurando atingir um conhecimento também exato.

Curiosamente, a definição da Conferência Geral da Unesco de 1970 reafirma que a identidade ‘adequada’ às bibliotecas nacionais era a clássica ‘biblioteca depósito’, em oposição aos questionamentos fomentados no Congresso de Viena (1958) que propunham uma posição mais aberta a essas instituições. Além disso, houve recomendação para a padronização internacional das **estatísticas** em bibliotecas; compreendia-se que as estatísticas eram instrumentos essenciais para investigar a influência dos tipos de bibliotecas nos países-

membros, com o objetivo de auxiliar as autoridades responsáveis por comunicarem a UNESCO a situação de suas bibliotecas (DODEBEI; GRINGS, 2015).

Para Mostafa (1985) a novidade maior da Ciência da Informação era que se antes a comunicação começava com a fase da coleta de informações - a biblioteca coletava o material bibliográfico, processava, ordenava, e a transmissão não passava de repertório dos conteúdos coletados via catálogo, agora, o processo de comunicação começava na geração e a transmissão era mais dinâmica. Entretanto, toda essa revitalização do próprio objeto, entendido mais em termos do conteúdo do que da forma (o objeto não é mais o livro, mas a informação), restringiu a informação em Ciência e Tecnologia na sua fase de criação. Em conformidade com Day (2001), para Mostafa (1985) atualizaram-se as formas de transmissão, mas elas vieram, conscientemente, **destituídas do aspecto político**.

Para Saldanha (2013a) a contraposição entre Cultura & Educação (C&E) e a expressão identitária Ciência & Tecnologia (C&T) operaria uma dicotomia entre essa disciplina denominada “ciência da informação” em relação a outras disciplinas das tradições ocidentais também envolvidas com a ordem das coisas e de seus conceitos, como *library science* e *documentation*. A ideia de informação nesse “novo” campo vai se configurando como um elemento abarcável, matéria da quantidade, instância tangível, menos cultural, menos retórica, mais “científica” e mais “fiscalista”; com essas caracterizações ela vai se distinguindo das linhas de pensamento que se ocupavam do campo da organização dos saberes e que tinham como âmbito de atuação: informação x discurso; informação x narrativa; informação x texto; informação x documento; informação x livro.

A separação deste campo mencionado se daria a partir do distanciamento, por vezes aparente, de disciplinas como Biblioteconomia, Bibliologia, Bibliografia e Documentação, cujo espírito igualmente está na organização dos saberes. Esta forma de “dar ordem” ao livro do mundo científico percorria, porém, outros terrenos. É comum, pois, encontrarmos o modelo desta distinção pautado justamente no âmbito político, ou seja, na dicotomia C&T x C&E. Enquanto campos como Biblioteconomia, Bibliologia e Bibliografia tenderiam para as políticas de cultura e educação, a CI voltar-se-ia para as políticas de ciência e tecnologia [...]. A Documentação, por sua vez, estaria em um estado de interseção entre os dois pólos, tendo importantes elementos de C&E, mas orientando-se para a construção de plataformas de C&T (SALDANHA, 2013a, p. 90).

Ainda para Saldanha (2013a) essas distinções não aguentariam um olhar mais crítico. Ao analisar os serviços e produtos da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e das Bibliotecas nacionais - definidas pelo autor como tradicionais dispositivos políticos biblioteconômico-bibliológico-bibliográficos - seria possível identificar atuações dessas instituições também na esfera da Ciência e Tecnologia (C&T); na mesma

lógica, as instituições orientadas para a Ciência & Tecnologia (C&T) também teriam atuações importantes nas esferas da Cultura & Educação (C&E).

As causas do colapso das bibliotecas nacionais identificadas por Natalia Tyulina (1976 *apud* FUENTES, 2013) a partir do pós-guerra, repercutem significativamente com questões vinculadas ao estabelecimento histórico da Ciência da Informação: 1) Causas sociais: o **aumento da produção qualitativa e quantitativa de profissionais no campo das ciências e tecnologia** de um lado e, do outro, a tradição de criar e conservar coleções de caráter mais humanistas das bibliotecas nacionais. 2) Causas de índole bibliotecária: com a chamada explosão informacional, as **bibliotecas especializadas e os centros de documentação**, que apresentavam coleções científicas mais completas e específicas, acabavam se constituindo como vias mais úteis para os pesquisadores. Além disso, forneciam maior rapidez na entrega dos materiais e demonstravam maior preocupação com os serviços de informação e referência. 3) Causas de índole científica: o **crescimento exponencial das publicações científicas** agravou alguns problemas já existentes nessas instituições e criou outros - falta de espaço nos centros de cobrança do depósito legal; complicação na organização das coleções e na manutenção dos catálogos; complicação no percurso dos livros das estantes até as mãos dos usuários; dificuldade em fornecer aos usuários a amplitude das novas publicações nacionais e estrangeiras que constantemente apareciam. 4) Causas vinculadas a cooperação e a difusão da informação: o aumento de bibliotecas no mundo demandaria um trabalho de **cooperação** e criação de **sistemas informacionais conjuntos**, fato que exigiria a centralização e a coordenação de iniciativas. As bibliotecas nacionais, que poderiam crescer nesse cenário, acabavam em geral - pelo que Tyulina chama de **postura elitista** em relação às demais biblioteca - não se afirmando amplamente nesse papel.

Maurice Line (2001) também identifica uma **postura elitista** das bibliotecas nacionais na década de 70, para ele essas instituições eram isoladas, de modo generalizado, de outras bibliotecas e olhavam muito para si mesmas. Frequentemente eram vistas como arrogantes, em muitos países o desaparecimento delas não seria sequer notado - estavam lá para serem consultadas, mas só caso alguém encontrasse um caminho para além das barreiras que estabeleciam. Line (2001) se preocupava com essa interioridade por dois motivos principais: um moral, já que parecia ‘errado’ que essas instituições se consolidassem por coleções tão maravilhosas e tão pouco usadas; o outro motivo era político e social, elas absorviam fundos públicos e, ao mesmo tempo, **deixavam grande parte do público sem acesso**. Além disso, muitas dessas instituições possuíam grandes coleções em Ciência e Tecnologia que eram praticamente inexploradas - a definição de “cultura nacional” parecia se restringir ao campo

das humanidades e, em menor amplitude, às Ciências Sociais. Line (2001) tece uma crítica atroz: parecia que a principal função de algumas dessas instituições era empregar pessoas que, caso contrário, não seriam empregadas.

Para indicar como as perspectivas sobre as bibliotecas nacionais podem ser diferentes, é possível trazer a análise teórica de Stephen A. McCarthy elaborada em 1971 (*apud* FUENTES, 2003) que via nas dificuldades enfrentadas por essas instituições oportunidades de melhoria. O autor afirmava que as bibliotecas nacionais podiam desempenhar um papel de importância crescente na educação ao colocar em marcha imaginação, visão, energia e determinação para fazer frente aos problemas que surgiam, de modo que essas dificuldades poderiam ser convertidas em oportunidades e em melhores serviços prestados aos usuários. Talvez seja condizente identificar na fala de McCarthy outra tendência desse período - o espírito mercadológico liberal que avista oportunidades nas dificuldades. McCarthy, nessa mesma análise, sinaliza os pontos principais do novo cenário profissional e geral que se configurava: aumento da importância da gestão científica das bibliotecas nacionais; aumento da importância dos novos suportes de conhecimento e informação; valorização do novo cenário internacional em que as bibliotecas nacionais precisavam atuar; aumento do valor da normalização; clara visão a respeito do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's); valorização dos programas de formação de pessoal. A questão da cooperação também aparece - o autor defende a cooperação entre bibliotecas, tanto no nível das nacionais, quanto das acadêmicas e públicas (FUENTES, 2003).

A 'interioridade' da década de 70 criticada por Maurice Line é abordada na *Conferencia Intergubernamental sobre Planificación de Infraestructuras Nacionales de Archivos, Bibliotecas y Documentación* organizada pela UNESCO em 1975. O evento, que atuou na mesma linha do Colóquio de Viena (1958), indicava a necessidade das bibliotecas nacionais reorganizarem suas atividades e criarem processos de acesso à informação que fossem mais **democráticos** e **abertos**. Além disso, o evento ressaltava a importância do envolvimento dessas instituições nas seguintes questões: coordenação da aquisição de materiais por meio da cooperação com outras bibliotecas do país; democratização das normas de admissão do público; participação no empréstimo bibliotecário e abertura para a possibilidade de desenvolvimento de outras formas de colaboração (FUENTES, 2003).

Maurice Line (2001) pontua que a mudança do cenário desanimador que ele havia descrito, veio com o que ele chama de "revolução eletrônica" - os serviços bibliográficos teriam sido os primeiros a se alterarem; a *Library of Congress* já havia tentado disponibilizar seu catálogo anteriormente, mas, apenas com a **automação** isso foi efetivamente possível. A

disponibilização dos catálogos também gerava uma possível fonte de renda, porque permitia a combinação de serviços para **mercados** (vinculam-se aqui os apontamentos sobre a tendência de comodificação da informação a partir da década de 70 identificada por Frohmann e outros autores). Entretanto, a chance de obter uma fonte de renda também era perigosa, porque poderia levar os governantes a subtraírem suas subvenções e, caso essa renda declinasse, as bibliotecas estariam diante de outras complicações. Conforme indicado na introdução, Line (2001) passa a ter uma visão mais otimista das bibliotecas nacionais a partir das possibilidades ampliadas do digital.

As dinâmicas envolvidas nas movimentações institucionais e no pensamento científico não são retilíneas, progressivas e simples de entender. A década de 70, assim como a década de 50, ilustra bem essa complexidade no cenário das bibliotecas nacionais: de um lado, práticas custodiais seculares e visões mais tradicionais, como a definição da UNESCO (1970) das bibliotecas nacionais como ‘bibliotecas de depósito’; de outro, autores como Fuentes (2003) indicam que a década de 70 marca a abertura das bibliotecas nacionais para um público mais amplo e heterogêneo, o que teria iniciado um processo de modernização que levaria a **alterações conceituais e funcionais**. Esse público mais amplo não usava, necessariamente, a biblioteca como lugar de trabalho, mas para contemplar uma exposição, assistir a atos culturais ou conferências.

Também Tyulina (*apud* FUENTES, 2003) aponta que a década de 70 marca uma nova forma de entender o papel das BN’s; e cita como exemplo a criação da *British Library* no Reino Unido, a partir da antiga *British Museum Library*. Entre as tendências observadas no início da década de 70, a autora assinala as seguintes: criação de bibliotecas nacionais complexas como resultado da fusão de centros bibliotecários previamente existentes, o que facilitou a adoção de um único sistema nacional de serviços bibliotecários; cooperação entre as bibliotecas nacionais - questão facilitada pela unificação de importantes trabalhos bibliotecários, como o desenvolvimento de regras internacionais para a descrição de materiais e para as entradas bibliográficas, o uso generalizado da CDU, do ISBD, do ISBN e de novas tecnologias de armazenamento, organização e difusão da informação; desenvolvimento de sistemas nacionais comuns de arquivos e bibliotecas - os NATIS¹⁴ (FUENTES, 2003).

¹⁴ É nesse panorama de cooperação que o papel de agência bibliográfica nacional das bibliotecas nacionais é ressaltado - houve parceria entre a Unesco e a IFLA para a criação do projeto Controle Bibliográfico Universal (CBU). O projeto visava fomentar a cooperação internacional para que as bibliografias nacionais e os catálogos se completassem e oferecessem informações exaustivas da produção editorial mundial (DODEBEI; GRINGS, 2015). Segundo o modelo de controle bibliográfico proposto pela UNESCO em 1977, a biblioteca nacional seria a instituição que, independente das outras funções que exercesse, teria a responsabilidade de controlar o depósito legal e de produzir a bibliografia nacional.

Entretanto, toda essa perspectiva de abertura apresentada pelas bibliotecas nacionais na década de 70 até o final da década de 90 é bastante complexa, sendo possível levantar a hipótese de que talvez, essa complexidade, se relacione com a repercussão do **paradigma cognitivo** na CI que será abordado na subseção seguinte.

3.1.3.1 Paradigma cognitivo

No paradigma cognitivo, a informação era considerada como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, isso deixava de lado os condicionamentos sociais e materiais da existência humana (CAPURRO, 2003). Em função disso, Frohmann (2006) considerava o paradigma cognitivo **idealista e associal**:

Essa ideia privilegia os estudos da informação focados nos indivíduos como agentes de atividades e práticas do interesse dos estudos da informação. Mas em geral os indivíduos não são os agentes primários dos processos do interesse dos estudos dos aspectos sociais, públicos, econômicos e culturais da informação (FROHMANN, 2006, p. 21).

Em consonância, para Mostafa (1985) mesmo as indagações de serviços de informações orientados para necessidades/problemas informacionais, em oposição a usuários isolados - teorizados por Wersig - não comprometia a crença da neutralidade científica da biblioteconomia porque **não se tocava nas interações/finalidades dos grupos**, ao contrário, confirmava a regra da biblioteconomia classista. Para a autora, o ideário informacional permaneceria montado na ideia de organização e difusão de informações, o consenso pautado em tornos dos três processos do sistema informacional: coleta, processamento, transmissão/difusão de informações. A Ciência da informação teria se concentrado na **difusão de informações** por meio dos sistemas de disseminação seletiva já que a Biblioteconomia configurava uma fase passiva onde o catálogo era o produto-fim da biblioteca; dessa forma, a Ciência da Informação teria levado a informação até a mesa do pesquisador, onde **perfis pessoais de interesse** eram agora afrontados com bases de dados internacionais, tudo isso para inteirar o pesquisador das ciências e tecnologias dos processos nas variadas áreas do conhecimento.

Ainda para Mostafa (1985), a revisão de Susana Mueller sobre a relação entre biblioteconomia e sociedade abrangendo considerações de cerca de um século (1880-1975)

Nessa visão, a biblioteca nacional desempenharia o papel de agência bibliográfica nacional (ABN), responsável por desenvolver diversas atividades que garantissem o gerenciamento do controle bibliográfico universal (CAMPELLO, 2006). Cabe o parêntesis para informar que o programa do CBU foi encerrado em 2003 e agrupado ao grupo de discussão sobre padrões bibliográficos da IFLA, sendo interrompido realmente em 2011 (DODEBEI; GRINGS, 2015).

bastaria para situar a biblioteconomia nas teorias ‘não críticas’ da relação entre biblioteca e sociedade. A postulação do sistemismo para analisar biblioteconomia e sociedade era visível, o que gerava uma ideia de que a relação entre biblioteca e sociedade era harmoniosa. A sociedade aberta e fraterna seria o pano de fundo dessa biblioteconomia não crítica, que tem como pressuposto a harmonia social: os desvios e contradições são acidentais e não constitutivos da própria sociedade. Ao negar as contradições do processo de produção social, que seria uma contradição real, objetiva e empiricamente visível, vinculada à propriedade privada dos meios de produção, negava-se a exploração dos homens entre si. A insatisfação de muitos seria tomada como desvios acidentais de poucos. A autora provoca: “Por acaso o usuário paradigmático da moderna ciência da informação em conjunto com a psicologia behaviorista seria alguém mais social?” (MOSTAFA, 1985, p. 82).

As críticas de Frohmann e de Mostafa (1985) - sobre a restritividade da Ciência da Informação nesse período que colocava a dialética criação-difusão no âmbito restrito da comunidade científico-acadêmica, e sobre os **programas de pesquisas seguirem interesses restritos de grupos particulares**, individuais e anti-sociais - **encontram ressonância na literatura fomentada pela IFLA no século XX referente às bibliotecas nacionais**. Por um lado, os discursos de Sylvestre (1987), Line (1989) e Cornish (1991) ressaltam a importância das bibliotecas nacionais se dirigirem aos seus usuários e considerarem as necessidades informacionais dos mesmos; por outro lado, as prerrogativas de limitação do acesso a essas instituições são ‘compreendidas’ como estruturais e justificadas pelo fato delas, segundo Sylvestre (1987), terem a missão de reconciliar conservação e disponibilização de acervo.

Sylvestre (1987) afirma que os serviços de informação das bibliotecas nacionais, de modo limitado ou extensivo, devem se desenvolver gradualmente e de acordo com as **prioridades estabelecidas pelas necessidades dos usuários**, que não podem ser determinadas **sem pesquisas bem conduzidas**. Quando os recursos são limitados, a prioridade deve ser dada para os serviços que respondem às necessidades mais urgentes que não são solucionadas por outras fontes, ou pelo menos aquelas que podem ser mais facilmente e economicamente providas. As necessidades informacionais dos usuários devem ser pesquisadas pelas bibliotecas nacionais para que elas criem e desenvolvam seus serviços de modo condizente. Essas pesquisas devem ser periódicas já que as necessidades mudam com o tempo.

Ainda por esse viés, Sylvestre (1987) afirma que bibliotecas nacionais fortes são fundamentais para o desenvolvimento e para a sobrevivência da **democracia**, para a educação dos cidadãos, para a promoção de bolsas de estudos e para a pesquisa. Ainda para o autor, as

bibliotecas nacionais devem ser mais do que o símbolo de ‘independência’ de muitos países - uma biblioteca nacional deve ser ativa, uma organização dinâmica capaz de garantir a satisfação cultural, social e científica de uma nação.

Já por outro viés, Sylvestre (1987) afirma que bibliotecas nacionais não são bibliotecas de primeiro recurso e suas coleções devem ser usadas como coleções de *backup* para bibliotecas locais ou distantes. Usuários devem fazer uso de suas bibliotecas públicas, acadêmicas e especializadas primeiro e usar o material das bibliotecas nacionais apenas quando não estiverem disponíveis por outras bibliotecas. Devido a sua responsabilidade de garantir a preservação do material para o presente e para as futuras gerações, as bibliotecas nacionais podiam legitimamente **impor restrições de acesso aos usuários**, assim como, aos itens disponíveis ao uso. Algumas bibliotecas nacionais concediam **privilégios de leitura a estudiosos e pesquisadores**, outras exigiam uma referência formal de outra biblioteca. Avisos públicos e notificações deveriam especificar os usuários que podiam fazer uso dos serviços, sob quais termos e condições, quando as permissões são requeridas ou não, entre outras explicações de utilização (SYLVESTRE, 1987).

O trabalho de Line (1989) - *National library and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries* - reforça ainda mais a perspectiva do usuário. Line (1989) diferenciava seu trabalho do de Sylvestre (1987) ressaltando a importância de analisar o que as bibliotecas nacionais deveriam fazer e como deveriam fazer tendo como referência as **necessidades informacionais dos usuários**. Talvez seja em decorrência disso que na listagem funcional de Line para as bibliotecas nacionais apareça o termo acesso: acesso às publicações (tanto presencial quanto remoto) e acesso à informação (tanto primária, processada ou guias de informação).

Line (1989) sinalizava que os países desenvolvidos economicamente eram os mais capazes de manterem suas bibliotecas nacionais - a maioria deles já as tinham por razões históricas - entretanto, esses países precisavam menos dessas bibliotecas que os países menos desenvolvidos, que têm dificuldade em bancar e justificar economicamente esse tipo de biblioteca. Uma biblioteca nacional sem recursos seria inútil e dispendiosa, sendo um fracasso como símbolo nacional. Ainda para Line (1989) a função essencial de uma biblioteca nacional se referia à manutenção da coleção nacional, as funções menos importantes seriam as ligadas ao planejamento e à educação. Em análise, parece que Line, ao não abordar as questões políticas e econômicas relacionadas às diferenças entre os países, vincula o próprio modelo de poderio das bibliotecas nacionais aos países desenvolvidos.

Em Cornish (1991) toda essa ‘contradição’ também aparece, para ele, as características que as bibliotecas nacionais têm em comum: são financiadas fundamentalmente por fundos públicos, **estão abertas ao público**, atuam como arquivo principal dos materiais produzidos dentro do país ou da região em questão. Na listagem das funções passíveis de serem desenvolvidas pelas bibliotecas nacionais, Cornish (1991) apontava a participação no desenvolvimento econômico e social a níveis pessoais como nacionais. Ao mesmo tempo, Cornish (1991) indicava que em algumas bibliotecas nacionais a **entrada era restrita àqueles que comprovassem que iriam fazer uso acadêmico e intelectual dos materiais**, alguns centros chegavam a solicitar cartas de recomendação de uma pessoa acreditada ou uma instituição. O discurso era que nos países em que as redes de bibliotecas funcionassem adequadamente não haveria necessidade de permitir a entrada de usuários que desejassem consultar materiais disponíveis nas redes de bibliotecas do país, de modo que não era permitida a consulta às novelas populares, clássicos, literatura e material recreativo (CORNISH, 1991).

Para Brasileiro, Loureiro e Freire (2015) foi necessário esperar longos anos para que o pensamento sobre a CI se aproximasse do que seria a base social para o desenvolvimento do campo. Nos anos 90 a Ciência da Informação passa por importantes movimentações que serão abordadas na próxima subseção.

3.1.3.2 Paradigma pragmático-social

O estadunidense Saracevic (1996) apresenta, no final do século XX, outra acepção clássica para a Ciência da Informação - da mesma forma que conservava os esforços norte-americanos no domínio da recuperação da informação na segunda metade do século, resgatava as abordagens da comunicação do conhecimento registrado para as pessoas no **contexto social**, remetendo as bases das ideias de Butler e Otlet (BRASILEIRO, LOUREIRO E FREIRE, 2015). Segue a definição:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e a prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47 *apud* BRASILEIRO, LOUREIRO E FREIRE, 2015, p. 149).

Conforme sinalizado, antecedentes desse modelo são na CI a **epistemologia social** proposta por Shera (1960).

Cronin (2008), ao fazer uma revisão da abordagem social na Ciência da Informação resgata alguns autores importantes, como por exemplo, o estadunidense Butler (1933) que, ainda antes dos feitos de Bush (1945), no campo da Biblioteconomia, desenvolveu a ideia de uma “ciência da biblioteca” voltada para o estudo dos problemas sociais de intercâmbio de informações e comunicação na sociedade que, por sua vez, influenciou o próprio termo “epistemologia social”, cunhado por seu aluno Shera (1970). Da mesma forma, destaca-se o trabalho de Kling (1990) que defende a informática social como o estudo interdisciplinar do desenho, usos e consequências das tecnologias de informação que leva em conta a sua interação com contextos institucionais e culturais (BRASILEIRO, LOUREIRO E FREIRE, 2015, p. 147-48).

Segundo Araújo (2017) o paradigma pragmático social evidencia uma tendência, um olhar mais cuidadoso à complexidade dos fenômenos informacionais, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões, assim como, aos novos aspectos das realidades empíricas que exigem novos modelos explicativos. O autor inclui a abordagem do regime de informação dentro desse paradigma social e dentro dessa tendência.

Aqui se estabelece uma importante questão à pesquisa: será que é possível identificar repercussão entre o paradigma pragmático social e a literatura fomentada pela IFLA referente às bibliotecas nacionais no final do século XX e início do século XXI?

Conforme visto até o momento, o século XX é marcado por discussões identitárias e funcionais fundamentais para as bibliotecas nacionais, como: abertura/fechamento do acesso; concepção da biblioteca-depósito/biblioteca com papel ativo na sociedade; centralização/descentralização das funções e estruturas; especialização/generalização dos documentos coletados.

O importante trabalho fomentado pela IFLA no final do século XX - Lor e Sonnekus (1997)¹⁵ - parece procurar dar conta de conciliar todas essas visões dicotômicas que estiveram em debate. Devido à importância dessa classificação, o quadro a seguir foi elaborado para contribuir na análise.

¹⁵ A listagem funcional tem como referência a de Line (1989), mas, os autores contribuem ao relacionarem as funções com as orientações de atuações dessas instituições.

Quadro 2 - Orientação de atuação e as respectivas funções das Bibliotecas Nacionais

ORIENTAÇÃO	LINHA DE ATUAÇÃO	FUNÇÕES
Função depositária	Suas atividades voltam-se principalmente para a preservação do acervo. Público-alvo: eruditos e pesquisadores. Países desenvolvidos economicamente. Bibliotecas tradicionais ou clássicas	1/2) aquisição e preservação de uma completa coleção de materiais publicada por/relativa ao país; 3) registros bibliográficos de materiais publicados por/relativos ao país; 4) acesso a documentos; 5) serviços de referência e informação; 6) formação do próprio pessoal; 7) pesquisa relacionada ao próprio acervo, coleções e sistemas; 8) promoção do patrimônio, incluindo exposições, conferências e publicações
Função de infra-estrutura	Foco de atuação está na coordenação, liderança e prestação de serviços às bibliotecas do país; as bibliotecas que seguem essa orientação são geralmente as mais novas Público-alvo: outras bibliotecas do país em que atuam. Países desenvolvidos economicamente. Bibliotecas nacionais modernas	1) funcionar como uma biblioteca de preservação: planejar e coordenar atividades de preservação para outras bibliotecas do país; prestar serviços de restauração em todo o país 2) funcionar como agência bibliográfica nacional; 3) planejar e coordenar aquisições/retenções de materiais das bibliotecas do país; 4) disponibilizar publicações a nível nacional e internacional: planejamento, coordenação e operação de sistemas; 5) serviço de referência e informação nacional; 6) liderança profissional e tecnológica (participação em fóruns nacionais e internacionais); 7) planejamento e coordenação nacional com ênfase em compartilhamento de recursos, normalização; 8) treinamento educacional formal e informal; 9) pesquisa e desenvolvimento comissionado/patrocinado em questões de importância nacional; 10) assistir outras bibliotecas na promoção do patrimônio (ex: projeto de história oral); 11) promoção de competência informacional para ampla população.
Função de serviço nacional abrangente	Direcionam seus serviços para os usuários finais, atendendo às pessoas do país inteiro mediante o sistema de bibliotecas públicas. Público-alvo: Público amplo Países em desenvolvimento econômico. National library service	1) aquisição de materiais para bibliotecas constituintes/afiliadas; 2) reciclagem e doação de materiais para bibliotecas constituintes/afiliadas; 3) processamento técnico de materiais adquiridos de bibliotecas constituintes/afiliadas; 4) apoio central de referência, consulta, empréstimo e entrega de documentos para as bibliotecas constituintes/afiliadas; 5) sistema amplo de liderança profissional e tecnológica; 6) instruções para bibliotecas constituintes/afiliadas; 7) planejamento nacional e coordenação com ênfase na criação de normas; 8) treinamento em serviço do pessoal da sede e das bibliotecas constituintes/afiliadas; 9) investigações e desenvolvimentos relacionados com o desenvolvimento de serviços; 10) programas de competência informacional usando as bibliotecas constituintes/afiliadas.

Fonte: Adaptado de LOR, Peter Johan; SONNEKUS, Elizabeth, A.S. **Guidelines for legislation for national library services**. Paris: Unesco, 1997.

Quando desempenha a **função de depositária** o foco da sua atividade está na preservação da herança cultural do país, representada pela extensa coleção de materiais que abriga; as bibliotecas que seguem essa orientação são geralmente as mais antigas, as clássicas, e suas atividades voltam-se principalmente para a preservação do acervo e têm como público alvo os chamados eruditos e pesquisadores. Quando predomina a **função de infra-estrutura**, o foco de atuação está na coordenação, liderança e prestação de serviços às bibliotecas do

país; as bibliotecas que seguem essa orientação são geralmente as mais novas e têm como público alvo outras bibliotecas do país em que atuam.

Ainda para dar conta das múltiplas diferenças observadas entre as bibliotecas nacionais, Lor e Sonnekus (1997) estabelecem o termo '*National Library Service*' (NLS), traduzido como **Serviço Nacional de Biblioteca** (SNB), que se refere às instituições, financiadas principalmente direta ou indiretamente pelo estado, que são responsáveis por prover serviços de bibliotecas para diversos tipos de comunidades em todo o país por meio de uma rede de filiais ou bibliotecas afiliadas e pontos de serviços. Essas bibliotecas direcionam seus serviços para os usuários finais (público amplo), atendendo às pessoas do país inteiro, esse tipo de orientação é normalmente encontrado em bibliotecas nacionais de **países em desenvolvimento**. Um Serviço Nacional de Bibliotecas pode incluir uma biblioteca nacional como uma de suas bibliotecas ou divisões constituintes. Campello (2006) fornece como exemplo o caso do Quênia em que a função da biblioteca nacional é exercida por um serviço de rede que integra as diversas bibliotecas das províncias do país - o *Kenya National Library Service*.

Relevante notar que, segundo essa classificação, os países mais ricos, que seguem a orientação **depositária**, são aqueles que mantêm mais firmemente a identidade tradicional das bibliotecas nacionais, e têm como foco as funções clássicas de aquisição exaustiva e preservação. Esses países também acumulam menos funções, talvez porque a aquisição exaustiva e mais centralizada demande alto investimento. Os países em desenvolvimento que exercem o Serviço Nacional de Bibliotecas acumulam considerável volume de funções, contudo, parece que esse acúmulo se justificaria ou seria administrável por contarem com os recursos de uma rede de bibliotecas e realizarem aquisições compartilhadas, sem que a exaustividade se estabeleça como pressuposto.

Lor e Sonnekus (1997) estabelecem cinco grupos de fatores que podem impactar diretamente as BN/SNB e que devem ser considerados para que o país determine quais as funções estão mais de acordo com os objetivos da instituição: 1) ambiente social, econômico e cultural, 2) ambiente administrativo e político, 3) ambiente legal, 4) ambiente tecnológico, 5) infra-estrutura nacional para serviços de biblioteca e informação. Há a indicação de que as BN/SNB não devem procurar realizar funções que já estão sendo executadas com sucesso por outras agências ou que requerem uma capacidade tecnológica que está além do seu alcance (por exemplo, a criação de uma bibliografia nacional em rede), mesmo que todas estas funções estejam consagradas nas conhecidas listas funcionais das bibliotecas nacionais. Projetos grandiosos, mas irrealistas e a competição direta com agências que dispõem de

melhores recursos provavelmente levariam ao fracasso, desânimo e uma perda prejudicial de prestígio da biblioteca. As funções devem ser formuladas para contribuírem em áreas de necessidades nacionais não preenchidas e que as BN/SNB poderiam contribuir.

Também Lor e Sonnekus (1997) sinalizam que em alguns países, todos os cidadãos devem ter acesso gratuito às bibliotecas nacionais, em outros, o **acesso pode ser restrito** de acordo com critérios de idade, de credenciais e de qualificações. A restrição de acesso normalmente ocorre em bibliotecas que enfatizam as funções relacionadas ao patrimônio, a fim de proteger as coleções “[...] e para dar prioridade para pesquisadores sérios”¹⁶ (LOR; SONNEKUS, p. 66, 1997, tradução nossa). Há uma passagem interessante:

The board of a NL/NLS should be empowered to require that users comply with certain conditions of access, which are mainly aimed at protecting the collections and ensuring that the **rights and convenience of fellow-users are respected**. The board should be entitled to deny access to users who do not comply with the conditions of access (LOR; SONNEKUS, p. 66, 1997, p. 66, grifo nosso).

O documento ainda afirma que as bibliotecas que desempenham o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNL) - o modelo mais característico de países em desenvolvimento econômico - devem estar abertas para todas as pessoas - “The services of a comprehensive national library service, on the other hand, should by definition be available to all the people” (LOR; SONNEKUS, p. 66, 1997).

Há ainda países em que os usuários podem ser cobrados por determinados serviços; a possibilidade de instituições públicas cobrarem é justificada porque são poucos os países em que as BN/SNB são adequadamente financiadas. Certos serviços incorrem em custos consideráveis, de modo que disponibilizá-los gratuitamente poderia ser inviável. O documento estabelece a possibilidade das bibliotecas determinarem em suas políticas os serviços que serão entregues gratuitamente, os que cobrarão uma base de recuperação de custos totais ou parciais e os serviços que serão cobrados para que uma taxa de lucro seja gerada (LOR; SONNEKUS, 1997).

É possível questionar se as **orientações funcionais** têm realmente correspondência com a **questão econômica dos países** como aparece na divisão de Lor e Sonnekus (1997). Por exemplo, a classificação não parece totalmente adequada para pensar os países em desenvolvimento econômico que possuem estruturas centralizadas, não contam com os recursos de uma rede de bibliotecas e precisam desenvolver outras funções para se inserirem na realidade social em que atuam. É o caso da Biblioteca Nacional do Brasil, que exerce

¹⁶ “and to give priority to serious researchers”

funções mais vinculadas à orientação **depositária**, tem um modelo centralizado e que, ao mesmo tempo, se insere em um contexto econômico, político e sociocultural que exige que sua biblioteca nacional desempenhe outras funções e que se abra para um público diversificado.

A classificação de Goodrum (1979)¹⁷ para as bibliotecas nacionais parece ser mais ressoante com o caso brasileiro. Como critério ela traz questões históricas e identitárias que acabam aproximando bibliotecas nacionais de países com economias bem diversificadas e afastando outras de países com economias similares. A Biblioteca Nacional do Brasil estaria na categoria da segunda geração: se estende desde a etapa pós-napoleão até o fim da Segunda Guerra Mundial; ainda que formatadas segundo o modelo das bibliotecas da primeira geração, problemas históricos combinados com a expansão das bibliotecas públicas e universitárias, levou esse grupo a uma auto-limitação de função e a redução de seu trabalho a poucas atuações nacionais, praticamente a função de acumular a história e o sucesso da nação em formato impresso. Essa categoria estaria dividida em três grupos: grupo latino-americano (dotado de edifícios esplendidos, mas com recursos humanos inadequados); grupo formado pelas bibliotecas nacionais do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que começaram suas atividades como anexos do governo ou como apoio dos parlamentos; grupo formado pelas bibliotecas de Israel, Suíça e Alemanha, caracterizados por sua enorme adaptação para poder competir com outras importantes bibliotecas do país.

Tentando estabelecer um diálogo entre a classificação de Lor e Sonnekus (1997) e o paradigma pragmático social, é possível verificar que o documento, em contraste com os demais fomentados pela IFLA até então - Sylvestre (1987), Line (1989) e Cornish (1991) -

¹⁷ C. A. Goodrum (1979) apresenta na ALA World Encyclopedia of Library and Information Science uma taxonomia evolutiva das bibliotecas nacionais. A taxonomia dividia as bibliotecas nacionais em três categorias (FUENTES, 2003):

- Primeira geração: compreendia as bibliotecas nacionais clássicas – criadas antes ou durante o século XVIII, como a Biblioteca Nacional da Espanha, a Library of Congress, a Biblioteca do Museu Britânico e a Biblioteca Nacional da França. Iniciadas com as coleções que vinham dos fundos das respectivas monarquias ou de grandes bibliotecas privadas, essas instituições desenvolveram através do depósito legal amplas coleções de literatura nacional, confeccionaram bibliografias e catálogos coletivos, colocaram em andamento a normalização bibliográfica nacional.

- Segunda geração: se estende desde a etapa pós-napoleão até o fim da Segunda Guerra Mundial. Ainda que formatadas segundo o modelo das bibliotecas da primeira geração, problemas históricos combinados com a expansão das bibliotecas públicas e universitárias, levou esse grupo a uma auto-limitação de função e a redução de seu trabalho a poucas atuações nacionais, praticamente a função de acumular a história e o sucesso da nação em formato impresso. Essa categoria estaria dividida em três grupos: grupo latino-americano (dotado de edifícios esplendidos, mas com recursos humanos inadequados); grupo formado pelas bibliotecas nacionais do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que começaram suas atividades como anexos do governo ou como apoio dos parlamentos; grupo formado pelas bibliotecas de Israel, Suíça e Alemanha, caracterizados por sua enorme adaptação para poder competir com outras importantes bibliotecas do país.

- Terceira geração: inclui vinte e quatro exemplos de bibliotecas nacionais, todas fundadas depois da Segunda Guerra Mundial. Essas bibliotecas teriam objetivos radicalmente diferentes, mas normalmente atuam na formação de bibliotecários, realizam o empréstimo de livros, mantêm a bibliografia nacional, são responsáveis pelo depósito legal e pelo intercâmbio oficial de publicações e normalmente não exercem as funções tradicionais de investigação. Exemplos dessas bibliotecas estariam na África, Ásia e em alguns países europeus como Islândia, Noruega e Eslováquia.

demonstra uma maior preocupação em abordar a atuação das bibliotecas nacionais de países em desenvolvimento, além disso, explora mais as questões socioculturais, políticas e econômicas passíveis de afetarem essas instituições. Nessa visão, as atuações das bibliotecas nacionais deveriam ser condizentes com as necessidades dos países - as bibliotecas nacionais tanto poderiam ser mais abertas, participativas, descentralizadas e desenvolver seus serviços para um público amplo, atendendo às pessoas do país inteiro mediante o sistema de bibliotecas públicas (modelo mais apropriado para países subdesenvolvidos economicamente), quanto poderiam ser mais fechadas, focadas em atividades de preservação da herança cultural do país (modelo mais apropriado aos países desenvolvidos economicamente).

Essa classificação ‘conciliativa’ pode ser positiva porque compreende a necessidade das bibliotecas nacionais terem atuações diferenciadas, de acordo as particularidades dos países. Entretanto, pensando por uma perspectiva mais crítica, ela pode se mostrar bastante problemática porque não explora discussões políticas fundamentais. As prerrogativas de limitação do acesso a essas instituições continuavam sendo encaradas como ‘estruturais’, justificadas pela importância da preservação do acervo. Nesse viés, as contradições do processo de produção social não são problematizadas e continuam reverberando as críticas feitas por Mostafa (1985) a uma biblioteconomia não crítica.

No cenário atual da IFLA, há o entendimento de que um estudo revisional e comparativo das funções, tarefas e papéis das bibliotecas nacionais é útil e necessário. Dois artigos relevantes relatam estudos em andamento: Stephens (2016) - *Functions, tasks and roles of national libraries in the 21st century* e Landry (2017) - *National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions*.

Stephens (2016) reafirma a visão predominante no decorrer do século XX - conceitualmente não há definição padrão ou prescritiva para as bibliotecas nacionais, elas existem em uma multiplicidade de formas determinadas pelo tamanho, história cultural e econômica dos países a que se vinculam. Dessa forma, o estudo piloto que coleta exemplos/ estudos de casos de 12 bibliotecas nacionais¹⁸, tem dois objetivos principais: fornecer um guia de referência para países que ainda não possuem suas bibliotecas nacionais ou que estão no processo de desenvolvimento/transformação das mesmas; fornecer um *benchmark* ou um

¹⁸ National Library of Australia; Library and Archives Canada; Bibliothèque Nationale de France; Deutsche Nationalbibliothek; National Library of Jamaica; National Library of Korea; National Library of the Netherlands (KB); National Library of New Zealand; National Library of Romania; National Library of Singapore; Swiss National Library and The British Library.

padrão objetivo para os sistemas nacionais existentes, como referência para discutir as funções, tarefas e papéis, principalmente com seus órgãos de financiamento ou governos (STEPHENS, 2016).

Landry (2017) também relata uma pesquisa empírica sobre as **funções** das bibliotecas nacionais no cenário contemporâneo. Foi distribuído um *survey* por meio da lista de discussão da *Conference of Directors of National Libraries* (CDNL) e foram recebidas 46 respostas de 45 estados soberanos (a maioria das respostas obtidas foram de países europeus e poucas respostas foram recebidas da África e da América do Sul)¹⁹. O estudo analisa a situação e a tendência das bibliotecas nacionais diante das seguintes funções: desenvolvimento de coleções; gerenciamento de coleções/ metadados; preservação e conservação; acesso às coleções; divulgação (eventos); cooperação e colaboração; funções especiais.

Tanto Stephens (2016) quanto Landry (2017) identificam uma multiplicidade de funções que são passíveis de serem desempenhadas pelas bibliotecas nacionais na contemporaneidade (listadas no anexo B e C).

Para Stephens (2016) no nível macro, os estudos de casos sinalizam que as bibliotecas nacionais apresentam as seguintes tendências: estão respondendo ao desenvolvimento das tecnologias digitais; exploram cada vez mais as mídias sociais; desempenham um papel crescente de liderança nacional ao apoiarem outras bibliotecas e outras instituições; colocam maior foco em exposições, eventos e atividades culturais onde o usuário é o público em geral, e não o acadêmico/leitor; colocam maior foco em atividades educacionais e atividades para jovens; colocam maior foco no desenvolvimento de atividades comerciais.

Em Landry (2017) uma quantidade relevante de bibliotecas nacionais (60,8%) responderam estar envolvidas com atividades de promoção da leitura e competência em informação (*information literacy*). A última pergunta da pesquisa questiona quais outras atividades serão importantes para as bibliotecas nacionais nos próximos cinco anos. Vinte bibliotecas responderam a essa questão (43,4%) com duas categorias de respostas:

- Algumas estarão integrando as tendências existentes: digitalização, preservação / centro de conservação, acesso aberto, dados abertos vinculados, preservação digital.
- Outras se engajarão em: defesa de coleções digitais, aquisição / arquivamento de material eletrônico e impresso autopublicado, rede nacional de bibliotecas virtuais, competências de equipe / desenvolvimento de capital humano, corpo docente de pesquisa para *big data*, mineração de texto e dados e curadoria (LANDRY, 2017, p. 7, tradução nossa).

¹⁹ - Europa - 27 respostas (58%); Ásia / Oceania - 9 respostas (20%); América do Sul / América Central e Caribe – 4 respostas (9%); África - 4 respostas (9%); América do Norte - 2 respostas (4%).

Ainda de acordo com o estudo, as bibliotecas respondem favoravelmente, mesmo que de modo desigual, às mudanças dos ambientes digitais e parecem bastante engajadas em acompanhá-las, são elas: integração de documentos eletrônicos na coleção de patrimônios, disponibilidade de metadados para reutilização gratuita e o impulso para a preservação digital. Como funções emergentes na área do ambiente digital, principalmente nas grandes bibliotecas nacionais dos países europeus aparecem: colaboração com universidades no campo das Humanidades Digitais (47,8%) e o fornecimento de serviços digitais para bibliotecas públicas (45,6%) (LANDRY, 2017).

Landry (2017) relata que, assim como todas as pesquisas internacionais, deve-se determinar se as respostas obtidas são representativas de todas as bibliotecas nacionais. O documento recomenda discussões contínuas para obter informações referentes às funções e aos objetivos dessas instituições. Além disso, recomenda que o Comitê Permanente da IFLA considere a atualização das diretrizes de Lor e Sonnekus (1997) com exemplos, mostrando como as bibliotecas nacionais asseguram sua continuidade, mas também adaptam suas funções ao novo ambiente tecnológico (por exemplo, depósito eletrônico).

Conforme indica Stephens (2016), o Comitê permanente da IFLA concorda que é inadequado procurar desenvolver diretrizes atualizadas ou padrões para as bibliotecas nacionais que sejam prescritivas, ao invés disso, o Comitê busca adotar uma abordagem empírica, capaz de fornecer uma vasta gama de exemplos e estudos de casos práticos das bibliotecas nacionais, o que poderia proporcionar à comunidade um *toolkit* útil. Dessa forma, no recorte literário contemporâneo analisado da IFLA, a linha pragmática e técnica parece preponderar e ser uma tendência para abordar as bibliotecas nacionais, assim como, a aposta no engajamento digital.

Frohmann aponta que o aumento de estudos de caráter técnico e instrumental que priorizam a otimização do acesso a documentos governamentais e a implementação de tecnologias nos espaços do governo, aproxima as questões **mais da gestão do que da política** (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Também, conforme sinalizado, para Frohmann (1995) o **afastamento de uma abordagem política** se vincularia à tendência de comodificação identificada no cenário informacional - o foco em problemas instrumentais desviaria a atenção de questões sobre como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como a dominação da informação é alcançada e mantida por grupos específicos.

Para Saldanha (2017) a corrida bélico-tecnológica e o neoliberalismo pressionaram o desenvolvimento de uma **ciência de mercado** - a epistemologia social deu lugar às abordagens teóricas orientadas para o mecanismo informacional, para a crença de que a

automação das bibliotecas geraria, quase de modo automático, as transformações externas desejadas por outros projetos biblioteconômicos-informacionais. Ainda para o autor, a ‘dessocialização’ desse discurso dedicado ao universo das bibliotecas afastou as possibilidades de **transformação dessas instituições**, da construção de bibliotecas como **locais de transformação** e da demarcação dos modos inovadores de transformação social a partir do pensamento proveniente dos saberes biblioteconômico-informacionais aplicados. Entre os anos 80 e 90 eclodiu nesta episteme, como é o caso de Mostafa (1985), conjuntos de críticas indicando que o cientificismo neoliberal não nos dera uma “ciência”, assim como não nos efetivara como “verdadeira” ciência social (SALDANHA, 2017).

Segundo González de Gómez (2000) enquanto a CI instala seu objeto, de forma não crítica na episteme moderna, seus procedimentos, produtos e modelos, muitas vezes reforçam, ao invés de corrigir, os problemas decorrentes das formas vigentes de geração e transmissão dos conhecimentos.

Para Capurro (2003) os pressupostos epistemológicos implícitos ou explícitos da Ciência da Informação **apresentam consequências consideráveis para a concepção e uso de sistemas de informação e para a própria pesquisa científica**. O dualismo entre teoria e práxis seria produto de um argumento implícito que o impediria de ver sua própria falha - uma das grandes lições da discussão epistemológica do século XX. Ainda para o autor, a Ciência da Informação não tem desempenhado papel importante na discussão filosófica, o que poderia ser interpretado como um sinal da alienação mútua entre o discurso filosófico e essa disciplina, bem como do processo tecnológico.

Foram abordadas as possíveis causas das crises das bibliotecas nacionais no contexto do pós-guerra apontadas por Tyulina (1976); para fins de análise, será abordado o trabalho de Wainwright (1993)²⁰ que aponta os possíveis motivos da crise em meados dos anos 90. Wainwright traz **questões mais políticas e densas** que as identificadas anteriormente: as

²⁰ 1) Estado-nação: algumas bibliotecas nacionais enfrentavam situações reais de fragmentação, nesse sentido, o autor ressaltava a importância de todas as bibliotecas nacionais refletirem a completa variedade de culturas existentes dentro dos países em que atuavam. 2) Desenvolvimento econômico dos países: o aumento da riqueza econômica dos países se relaciona com o aumento do número de publicações - a ampla produção de publicações impossibilitava o crescimento adequado da coleção, além disso, o valor da informação como recurso econômico gerava um debate sobre a acessibilidade das coleções. A questão da propriedade intelectual obrigava as bibliotecas nacionais a considerarem de que maneira elas poderiam seguir mantendo seu papel histórico no aumento das coleções e na preservação dos materiais para uso público. 3) Mudanças tecnológicas: afetavam as bibliotecas nacionais no que se referia às atividades de processamento técnico (aquisições, catalogações, controle de série), mas também mudavam a própria natureza básica das bibliotecas, dentre esses novos desenvolvimentos tecnológicos, Wainwright cita: o armazenamento de grandes quantidades de texto e imagens em formato eletrônico; as redes nacionais e globais de comunicação; os sistemas de autopublicação. O texto eletrônico supõe uma série de características específicas e as redes nacionais e globais de comunicação afetavam largamente as bibliotecas nacionais, mudando a forma como os usuários buscavam informações que eram, cada vez mais, acessadas diretamente na rede. 4) Igualdade social e justiça: necessidade de incluir questões que se referem ao trato adequado das bibliotecas nacionais com as minorias étnicas e aos usuários com algum tipo de deficiência.

reconfigurações dos Estados nacionais e a amplificação das identificações culturais; a comodificação da informação e sua ampla produção; os conflitos entre interesses mercadológicos (propriedade intelectual) e interesses coletivos; os impactos das tecnologias de informação e comunicação; a necessidade de incluir questões que se referem ao trato adequado das bibliotecas nacionais com as minorias étnicas e aos usuários com algum tipo de deficiência.

Diante do exposto, quando dirigimos nosso olhar às bibliotecas nacionais, a partir do diálogo com os recortes epistemológicos selecionados do pensamento biblioteconômico-informacional, é possível considerar que as controvérsias que ligam essas instituições a possíveis crises repercutem com problemáticas identificadas no próprio campo por relevantes autores, principalmente até o final do século XX: a visão dualista entre pesquisa prática e reflexão epistemológica; o afastamento do debate político, filosófico e a priorização dos aspectos técnicos; deslocamento das questões informacionais do âmbito político-estatal em direção ao âmbito da economia e do mercado.

Entretanto, conforme indicado, o campo tem se movimentado - Brasileiro, Loureiro e Freire (2015) entendem que, sob o viés da **perspectiva social**, a tendência teórica da CI passa a dar **ênfase aos aspectos sociais e culturais da informação na sociedade contemporânea**²¹, além disso, a relação entre a pesquisa prática e a reflexão epistemológica no campo da CI, circunstancialmente rompida durante a Segunda Guerra Mundial, devem se fortalecer no contexto contemporâneo - discutindo questões informacionais que se atualizam com o avanço das tecnologias digitais, expandindo as perspectivas do conhecimento científico da informação, assim como, solucionando problemas pragmáticos de informação.

O paradigma pragmático social ao chamar atenção para os aspectos políticos, econômicos e socioculturais, pode contribuir para explorar, por exemplo, com criticidade e densidade questões complexas vinculadas aos motivos da crise das bibliotecas nacionais, como as identificadas por Wainwright (1993). Diante disso, reafirma-se a relevância de discutir essas instituições sob o viés do regime de informação e explorar as relações entre poder, política e informação estabelecidas pelos Estados nacionais na transição da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de controle, assim como, analisar como essas relações podem ter

²¹ A abordagem social esteve presente no cenário informacional, ainda que em segundo plano por um longo período, ou até mesmo em destaque como no caso da epistemologia social proposta por Shera (1970) – baseada no escopo das ciências sociais, considera a produção da informação e do conhecimento como provenientes dos contextos sociais e culturais que recebem interferência dos processos da comunicação humana (BRASILEIRO, LOUREIRO E FREIRE, 2015).

afetado ou possam estar afetando as bibliotecas nacionais enquanto ‘categoria institucional’ - objetivo da próxima seção.

3.2 BIBLIOTECAS NACIONAIS: POLÍTICA, INFORMAÇÃO E PODER

O que agora se ressalta muito mais vividamente são as conexões, fios, meios de transporte e veículos que ligam lugares. Esta é sua força, mas também, como veremos, sua fraqueza. Se você isolar uma estrutura subjacente de sua aplicação local, nada acontecerá: ela continuará ali, em seu empíreo misterioso; mas se desligar um lugar formador de estruturas de sua conexão, ele **não mais** formará estrutura alguma (LATOUREL, 2012, p. 256)

A seção tem como objetivo, à luz do regime de informação e dos apontamentos de Wainwright (1993) (abordados no final da última subseção), vincular as discussões referentes às crises das bibliotecas nacionais às abordagens que considerem as complexas relações entre **política, informação e poder**. Para tanto, utiliza como referência a Sociedade Disciplinar de Foucault e a Sociedade de Controle de Deleuze.

Conforme sinalizado, os contextos históricos que demarcam os surgimentos das bibliotecas nacionais em diversos países entre os séculos XVIII, XIX e XX, se vinculam à consolidação dos Estados nacionais, à emancipação política dos países e ao fortalecimento do nacionalismo. Esse mesmo período, que data entre o final do século XVIII até meados do século XX, é largamente analisado por Michel Foucault. O autor denomina de **sociedades disciplinares** a configuração histórica ocidental marcada pelos grandes meios de confinamento, pelos métodos de vigilância e de categorização dos corpos e das práticas.

Para Foucault (1999) em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, obrigações ou proibições. Os métodos que permitem o controle do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e estabelecem uma relação de docilidade-utilidade, podem ser chamadas de “disciplinas”. Na sociedade disciplinar as instituições atuam na normalização dos corpos - criam uma série de códigos e regras que devem ser internalizadas e consideradas “normais”.

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar (FOUCAULT, 1999, p. 192, online).

Foucault (1999) afirma que seu objetivo não é fazer a história das diversas instituições disciplinares, no que cada uma pode ter de singular. Entretanto, seria possível localizar em uma série de exemplos algumas técnicas essenciais que se generalizaram mais facilmente. A disciplina resulta em primeiro lugar da distribuição dos indivíduos no espaço, ela exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Trabalha-se também o princípio da localização imediata ou do **quadriculamento** - cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar um indivíduo, evitando-se assim as distribuições por grupos. Importa estabelecer as presenças e as ausências, localizar os indivíduos, estabelecer as comunicações úteis, vigiar a cada instante o comportamento de cada indivíduo, contemplá-lo, sancioná-lo, medir as suas qualidades. São procedimentos que visam conhecer, dominar e utilizar. O espaço das disciplinas é mais que compartimentado, ele é celular - envolve uma solidão necessária do corpo e da alma, uma espécie de ascetismo (FOUCAULT, 1999).

Apesar de Foucault não listar as bibliotecas dentre as instituições disciplinares, é possível nos remetermos a elas nessa conjuntura histórica, na medida em que, para o autor, as instituições disciplinares estão envolvidas na normalização do comportamento e se vinculam a produção de desejos, necessidades, indivíduos e identidades. As instituições disciplinares definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma “microfísica” do poder, que não parou desde o século XVII de ganhar campos vastos, como se tendessem a cobrir o **corpo social inteiro**. A constituição de “quadros” no século XVIII é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber, um processo que tratava de organizar o múltiplo, de obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo, operações de distribuição, análise, controle e inteligibilidade que visavam impor uma “ordem” (idem).

Entende-se também que a não inclusão das bibliotecas dentre as instituições disciplinares não inviabiliza a análise pretendida aqui, o que interessa principalmente é explorar as dinâmicas que o Estado nacional estabelecia nesse período, como participava do projeto de construção da sociedade e dos sujeitos.

As instituições modernas podem ser pensadas como **dispositivos** que exigem dos sujeitos a manutenção de certos traços e a execução de determinadas operações. Além da produção da subjetividade dos cidadãos, na prática desse conjunto de atos e gestos, o dispositivo se consolidava em sua ação. De acordo com os quatro pilares pedagógicos de Kant, os indivíduos já convenientemente disciplinados, instruídos, civilizados e moralizados, podiam adentrar em cada uma das instituições modernas providos dos princípios que os guiavam. Compreendiam os códigos e os colocavam em prática mesmo diante das peculiaridades ou novidades encontradas em cada caso, além também, das singularidades

individuais e da capacidade de resistência que se revelariam essenciais para movimentarem a aparelhagem. Ao se remeterem a cada nova instância, os traços deviam ser avigorados no cidadão, realizando-se configurações subjetivas cada vez mais compatíveis com esses estilos de vida (SIBILIA, 2012).

Inculcar o gosto pela disciplina e a ordem não foi tarefa simples, mas revelou-se fundamental para que todo projeto da modernidade pudesse se colocar em andamento. Essa grande transformação, que afetou os processos de aprendizagem e começou a alterar suas bases naquele período histórico, está longe de ser um fato isolado: algo semelhante aconteceu com todos os demais ramos da atividade humana. A irrupção dos tempos modernos significou um cataclismo de enorme envergadura na história ocidental e acabou fundando um estilo de vida sincronizado em escala planetária. Milhões de corpos se mobilizaram ao compasso dos ritmos urbanos e industriais, tutelados pelos vigorosos credos da ciência, da democracia e do capitalismo, rumo a uma meta então considerada indiscutível: o progresso universal (SIBILIA, 2012, p. 42).

Para o historiador e filósofo argentino Ignacio Lewkowicz (apud SIBILIA 2012) o Estado-nação incumbia a seus dispositivos institucionais a produção e a reprodução do cidadão - seu suporte subjetivo. O modo “cidadão” de ser e estar no mundo ia se formando desde o nascimento do indivíduo e o “capacitava” para transitar entre todas as outras instituições emparelhadas por fins, linguagens e causas afins (idem).

A educação do soberano é feita por meio da construção de uma “consciência nacional”, algo possível pela criação de relatos referentes a um passado comum a todos os cidadãos de uma mesma nação, capazes de se associarem a certa identidade ligada à ideia de povo. No século XIX, o “sujeito da consciência” torna-se o “sujeito da consciência nacional”, como uma necessidade da sofisticação do aparato jurídico moderno. A partir da investidura desse estado sólido, instituído e instituidor construía-se um tipo de subjetividade que alguns autores denominam de “estatal” ou “pedagógica” (SIBILIA, 2012).

Para Natasha Gerolami (2009) as bibliotecas públicas modernas se configuravam como instituições disciplinares - alguns pontos de sua análise servem também para pensar algumas dinâmicas encontradas nas bibliotecas nacionais. Ao abordar o desenvolvimento das bibliotecas públicas, a autora afirma que a presunção de que o foco dos bibliotecários era a divulgação de informações para fins de reflexão e crescimento crítico é facilmente desafiada pelo claro paternalismo dos bibliotecários de estimularem cidadãos de acordo com um determinado conjunto de valores. Existiriam indicações claras de que apoiadores das bibliotecas estavam de fato esperançosos que essas instituições atuassem no controle e na civilização de qualquer parte indisciplinada da sociedade a fim de manter a estabilidade do estado e do capital, por exemplo: Larned (1902 apud GEROLAMI) vincula o papel das bibliotecas à erradicação das agitações sociais; Andrew Carnegie, grande filantropo de

bibliotecas e capitalista industrial, justificava as despesas das bibliotecas pela disposição dessas instituições em assegurarem a estabilidade do governo; para Kite (1877 apud GEROLAMI) a biblioteca tinha um grande potencial de garantir que a classe trabalhadora entendesse sua “posição” na sociedade.

Também Gerolami (2009) demarca que os mobiliários das bibliotecas públicas eram pensados para garantirem a vigilância dos usuários, assim como, certos tipos de literatura capazes de “corromperem” a juventude tinham seu acesso limitado. Para Foucault (1999) o sucesso do poder disciplinar se deve, exatamente, ao uso de instrumentos simples como a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. Impossível não nos remetermos à recorrente construção das bibliotecas como lugares em que os olhares hierárquicos exigem o silêncio, controlam o comportamento e o acesso. Além disso, são instituições normalmente vinculadas ao excesso de normas, usadas para justificarem a manutenção dessa inteligibilidade e dessa ordem.

Ainda segundo Gerolami (2009), as bibliotecas operam segmentando o espaço e o conhecimento - existe o espaço da leitura, do trabalho e do acervo; e o conhecimento é segmentado por categorias - disciplina, autoridade ou propriedade. Para Foucault (1999) as disciplinas, na medida em que organizam as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos, que são ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. Espaços que permitem, concomitantemente, a fixação e a circulação, que recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias, marcam lugares e indicam valores, garantem a obediência e a economia do tempo e dos gestos.

São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 1999, p.174).

O confinamento se estabelece como um recurso disciplinar fundamental em todas as instituições que forneceram subsídios a industrialização do mundo - do lar familiar aos reformatórios, dos hospitais à prisão e à universidade, da fábrica aos quartéis (seria possível incluir aqui as bibliotecas nacionais?). Seu funcionamento se baseia em encerrar os indivíduos em um espaço delimitado por paredes, grades e fechaduras, com o interior calculado para atender aos fins específicos de cada instituição, em intervalos regulares de tempo que também possuem limites igualmente estritos (SIBILIA, 2012).

Para Foucault (1979) existe uma relação histórica entre três movimentos que constituíram a partir do século XVIII um conjunto de relações profundas - governo,

população e economia política. O autor trabalha essa questão ao abordar o conceito de **governamentalidade**:

O que gostaria de mostrar é a relação histórica profunda entre: o movimento que abala a constante da soberania colocando o problema, que se tornou central, do *governo*; o movimento que faz aparecer a *população* como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo; e o movimento que isola a economia como setor específico da realidade e a *economia política* como ciência e como técnica de intervenção do governo neste campo da realidade (FOUCAULT, 1979, p. 171, online, grifo nosso).

O termo governamentalidade tem um sentido eminentemente político em Foucault, serve para mostrar que no Ocidente não foi a sociedade que passou a ser progressivamente estatizada, mas que o Estado tornou-se cada vez mais governamentalizado - são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é público e o que é privado, o que é estático e o que é não-estático (CANDIOTTO, 2010).

A introdução da **economia** no exercício político foi o papel essencial daquilo que entendemos como **governo**. Governar um Estado passa a significar estabelecer a economia ao nível geral do Estado - ter em relação às riquezas, aos habitantes, aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância, um controle tão atento quanto àquele que havia sido desempenhado pelo pai de família. Quesnay no século XVIII utiliza uma expressão que caracterizaria bem tudo isso, ele associa um bom governo a um “governo econômico”. A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; já no século XVIII ela começa a adquirir seu sentido moderno e designa um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos. A passagem, então, de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime que era até então dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, como consequência, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 1979).

O problema da soberania e da disciplina não são eliminados com a emergência da ciência política, ao contrário, essas questões ficam mais aguçadas. A disciplina nunca foi tão importante e valorizada quanto a partir do momento em que ela procurou gerir a população (FOUCAULT, 1979).

E gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de

governo. Trata-se de um triângulo: soberania–disciplina–gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 1979, p.171, online).

Conforme estabelecido, a sociedade **governamentalizada** não substitui a sociedade disciplinar, mas a disciplina é reposicionada. Para Wermuth e Santos (2016), a partir dessa reflexão, Foucault move-se para outra ideia fundamental do seu pensamento: a concepção de **biopolítica**. Um paralelo entre a disciplina e a biopolítica é estabelecido na medida em que Foucault salienta que desde o final do século XVIII é possível identificar não mais apenas uma, mas duas tecnologias de poder que se estabelecem com certa diferença cronológica e que estão, muitas vezes, sobrepostas. Em ambos os casos tratam-se de tecnologias do corpo, mas, a disciplina estabelece uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades; na biopolítica os corpos são recolocados nos processos biológicos de **conjunto** (WERMUTH, SANTOS, 2016). A biopolítica se relaciona com o conceito de governamentalidade, porque designa justamente o meio pelo qual o poder se encaminha a uma forma de governo que não visa mais os indivíduos singularmente considerados, mas o **conjunto de seres que compõem a população**.

Para Foucault, o capitalismo que se desenvolvia no final do século XVIII e no início do século XIX foi o responsável pela socialização do corpo como força de produção, de trabalho. Nesse sentido, instrumentalizar o saber sobre a vida é indispensável, uma vez que isso possibilitaria tanto o controle quanto a inclusão das pessoas nos processos de produção. Os fenômenos naturais, como o nascimento, a reprodução e a morte, são ajustados aos processos econômicos, dessa forma, os fenômenos naturais são ajustados para significarem ganhos econômicos. A ligação entre biopolítica e capitalismo fica assim evidenciada - por meio de controles diversos sobre a vida (higiene pública, demografia, projetos de urbanismo) transformam-se os indivíduos em população, em um produtivo “corpo mecânico” (WERMUTH, SANTOS, 2016).

Para González de Gómez (2002), no cenário do pós-guerra, a **política de informação** emerge como domínio e tema relativamente autônomo, em nível internacional e nacional, associada às políticas de ciência e tecnologia. A vinculação entre informação e política seria estabelecida por sua inclusão na esfera de intervenção do estado, agora não apenas como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Interessante relacionar a noção de governamentalidade e biopolítica com as políticas de informação exercidas pelos estados nacionais nesse contexto:

As vinculações políticas da informação e suas inscrições documentais tecnológicas poderiam remeter-se, de fato, à própria constituição do modelo moderno de soberania, conforme o qual o Estado age como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações, gerando um “duplo” representacional de seus domínios de intervenção territorial, social e simbólica. Tal seria a função e finalidade da estatística, da cartografia, das escritas oficiais formalizadoras, das bibliografias nacionais e de outros instrumentos de representação documentais e arquivísticos. Tendo essa competência de sobre-codificar e acumular excedentes de conhecimento e informação, um capital informacional (junto ao capital de força física e capital econômico) compõe o “metacapital” do Estado, que assegura seu poder sobre todos os outros campos de atividade e suas formações de capital social, bem como todos os outros capitais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 27).

A reconstrução da forma moderna de soberania não se esgotaria nessa imagem **estadocêntrica** agindo sobre a construção das nações modernas. De modo paradoxal, provocaria princípios de integração social que têm como garantia as perspectivas e os dispositivos jurídicos de um regime de Direito. Dessa forma, os contratos sociais, deveriam incluir a circulação de informações entre todos os atores sociais - seja como condição de constituição dos “coletivos das pessoas privadas” que deverão encarar papéis programados nos planos institucionais de ação, seja pela demanda de publicidade dos atos de governo, como responsabilidade dos representantes diante dos representados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

A modernização cultural exigia a multiplicação das instituições pedagógicas e informacionais (escolas, universidades, bibliotecas, museus). Entretanto, as premissas de legitimação e interação deliberativa de uma “constituição comunicacional e informacional” não alcançariam uma plena realização, ainda mais nos países pós-coloniais sujeitos a uma modernização subalterna e conservadora (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Dessa forma, a relação entre **informação e política**, no âmbito e abrangência do paradigma moderno de soberania, ficaria estabelecida por uma dupla referência ao Estado e a uma “constituição comunicacional” de realização flexibilizada e desigual (idem).

A partir da década de 50, essa relação começaria a ser explicitada em termos de programas de governo e de políticas públicas. Entre alguns dos principais fatos que sinalizam a constituição de um campo prático-discursivo diferenciado e relativamente autônomo das políticas de informação, destacam-se as agendas internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). É justamente na década de 50 que se identifica **a participação da IFLA e da UNESCO nas discussões referentes às bibliotecas nacionais**.

[...] as intervenções da Unesco dirigiam-se a estabelecer um programa intergovernamental e cooperativo para promover e otimizar o acesso e uso da informação, buscando superar as brechas científico-informacionais entre países

centrais e periféricos e tendo estes últimos como alvo principal (Jardim, 1995, p.19 e ss.). Organizando o campo definicional da política de informação, teríamos agora o Estado como agente privilegiado de sua elaboração e implantação, e a ciência e a tecnologia, como domínio de seu exercício (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 28).

Entretanto, diferentes leituras indicam um deslocamento das formas preferenciais de controle e acesso à informação na sociedade contemporânea: trata-se da passagem da gestão institucional da informação, com um papel forte do Estado, a novas formas de **geração e circulação de informações reguladas pelos mecanismos de um mercado monopólico ou organizado** (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995). As atividades de informação passarão, após as primeiras décadas do século XX, de função secundária ou instrumental de outras atividades-fim, à função primária, ganhando autonomia e estabelecendo um novo vetor institucional. A partir da década de 60, as chamadas sociedades pós-industriais, que já haviam passado por um acelerado processo de terceirização, investem na “mercadorização” do conhecimento e nas novas indústrias do conhecimento e da informação (idem).

Frohmann (1984 *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) também aponta a **tendência de comodificação que atinge o cenário informacional**: a partir de meados da década de 70, surgiram evidências da crescente equiparação da informação aos bens de consumo (*commodities*). Com o deslocamento das questões informacionais para as esferas da economia e do mercado, as informações que poderiam ser consideradas mais relevantes, ficariam fora do alcance e da jurisdição do Estado e de suas agências. Nesse cenário, os grandes sistemas de informação não seriam mais objeto e competência do planejamento estatal, mas, regidos pelos mercados e sujeitos às condições privadas de produção e acesso, por isso as abordagens referentes às políticas de informação passam a ser ineficientes. Ao Estado caberia o papel de facilitador dos processos de acumulação capitalista.

Se nas configurações contemporâneas o Estado é pouco mais que um facilitador da acumulação privada de capital, e se a política de informação é do âmbito governamental, a ausência de políticas de informação apropriadas não gera surpresa (idem). As realidades políticas do papel do Estado na troca de mercadorias relegam para meras fantasias as reflexões sobre a relevância da pesquisa sólida no desenvolvimento e implementação de políticas (idem).

Dado o progressivo deslocamento das questões informacionais às esferas da economia e do mercado, as informações que estariam entre as mais relevantes, ficariam fora do alcance e jurisdição direta do Estado e suas agências. Nesse quadro, mesmo os grandes sistemas de informação não poderiam ser objeto e competência do planejamento estatal, se estivessem regidos pelos mercados, sujeitos a condições privadas de produção e acesso. Nesse caso, só caberia ao Estado o papel de facilitador dos processos de acumulação capitalista. Frohmann enfatiza em sua

análise o caráter contingencial do Estado na circulação das informações enquanto *commodities*, o que a seu ver converteria em ilusória a pretensão de uma disciplina acadêmica que tivera como assunto questões informacionais e políticas. De fato, se a política de informação era de preferência política de Estado e de Governo, se o Estado deixa de ter um papel decisório no domínio dos fenômenos, recursos e serviços de informação, deixaria de existir o campo de manifestação das políticas de informação, e ficaria esvaziada a possibilidade de um conhecimento que tivesse a figura dos saberes do Estado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.50-51).

Também Ronald E. Day (2001) aponta que se olharmos o termo ‘informação’ no *Oxford English Dictionary* ficaremos impressionados com o fato de que o uso do termo como substantivo, como sinônimo de fato ou de conhecimento é relativamente novo. Até recentemente, informação se vinculava a transmitir conhecimento (dizer algo a alguém) ou dar conhecimento sensorial (nossos sentidos nos informam de algum evento). Na contemporaneidade, informação tornou-se uma coisa, uma coisa economicamente valiosa.

Conforme identificado na seção 3.1, para Day (2001) e outros autores, a própria emergência da Ciência da Informação já seria um reflexo da reificação moderna da informação.

Esse contexto - em que diversos autores apontam o deslocamento das questões informacionais do âmbito político-estatal em direção ao âmbito da economia e do mercado - pode ser associado a outras movimentações mais amplas identificadas por Deleuze (1992). O autor aponta que as **disciplinas começam a entrar em crise** no pós-Segunda Guerra em favor de novas forças que entram em atuação. Os meios de confinamento, como a prisão, o hospital, a fábrica, a escola e a família entram em colapso. Para o autor, a cada sociedade correspondem certos tipos de maquinarias - as máquinas exprimem as formas sociais que lhes dão nascimento e uso. As sociedades disciplinares tinham por equipamento máquinas energéticas e enfrentavam o perigo da entropia e da sabotagem; as sociedades de controle operam máquinas de informática e computadores, cujo perigo é a interferência, a pirataria e a introdução de “vírus”. Tudo isso demarca uma mutação do capitalismo, daquele de concentração do século XIX para um essencialmente dispersivo. A família, a escola, o exército e a fábrica não são mais espaços analógicos diferenciados que convergem para um proprietário, para o Estado ou uma potência privada, mas, figuras cifráveis, deformáveis e transformáveis de uma mesma empresa que só tem gerentes.

Deleuze recorreu à expressão **sociedade de controle** para denominar esse novo regime baseado nas tecnologias eletrônicas e digitais - um contexto capaz de engrossar o capitalismo mais devorador da atualidade, baseado na superprodução e no consumo exagerado, onde prevalecem os serviços e os fluxos de finanças globais. Um sistema enunciado pelo marketing

e pela publicidade, pela criatividade excitada e normalmente recompensada em termos monetários, onde o espírito empresarial provoca todas as instituições e perpassa os corpos e as subjetividades (SIBILIA, 2016).

Para Deleuze (1992) não cabe o questionamento de qual sistema é o mais duro ou o mais tolerável, em cada um deles se enfrentam liberações e sujeições - “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 220). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto deformante capaz de mudar sucessivamente. Na sociedade de controle a empresa substitui a fábrica, e essa empresa perde a rigidez, ela é uma alma, um gás. O dinheiro talvez seja a melhor distinção entre essas duas sociedades: na disciplina temos moedas cunhadas em ouro que fornecem uma medida padrão, no controle o dinheiro se remete a trocas flutuantes, modulações.

Sibilia (2012) questiona qual a entidade que assume o poder diante do declínio da aptidão dos estados nacionais de coordenarem simbolicamente as instituições que estavam ligadas ao seu poderio.

Uma possível resposta é quase evidente: o mercado, ou melhor, certa “ética empresarial” conjugada com o “espírito do consumismo”. Portanto, já não seria a lei - universal e idêntica para todos - o critério que organiza a contemporaneidade, e sim algo distribuído de modo desigual por excelência: o dinheiro. Ou, então, uma entidade ainda mais volátil: o poder aquisitivo, que também se quantifica em função do posicionamento individual nas cotações globais sob a roupagem da informação (SIBILIA, 2012, p.93).

Se na modernidade o Estado encarnava a solidez do instituído e do instituidor, nas últimas décadas essas bases parecem se dissolver em contato com as lógicas de consumo e dos meios de comunicação (SIBILIA, 2012), dessa forma, a sociedade de controle é caracterizada pela diminuição do poder estatal diante do poder de um crescente mercado e pela dissolução das instituições. Os mecanismos de disciplina continuam a existir, assim como as instituições que as suportam, entretanto, **há um desmantelamento das barreiras das instituições e das identidades que a acompanham - existe maior mobilidade e anonimato**. A sociedade de controle teria surgido com o fortalecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com a questão da globalização e a desintegração da importância da sociedade civil como mediadora. Diminuem-se as fronteiras restritas entre trabalho e lazer, assim como, os limites institucionais (GEROLAMI, 2009).

Também como afirma Mostafa (2012):

Estamos vivendo em sociedades diferentes das do século XVIII ou XIX. Aquelas que eram chamadas por Michel Foucault de sociedades disciplinares, caracterizadas pelo confinamento. Pessoas juntas na escola, na prisão, no hospital, na biblioteca

[...] E os bibliotecários há algum tempo não veem mais os seus usuários como outrora. Acessamos a biblioteca sem precisar ir à biblioteca. E os pesquisadores acessam as bases de dados que não são controladas diretamente pelas bibliotecas (MOSTAFA, 2012, p. 114).

Essas movimentações podem estar relacionadas com uma das grandes tragédias culturais assistidas pelo Brasil em 2018: o incêndio no Museu Histórico Nacional. Remeter a esse incêndio parece relevante porque, conforme identificado em Silva (2013), os museus nacionais têm surgimentos e formatações históricas muito semelhantes às bibliotecas nacionais.

Também é importante abordar esse acontecimento para problematizar a paradoxal colocação de Maurice Line (2001): para o autor, a existência das bibliotecas nacionais como símbolos nacionais não seriam mais suficientes, mas, seria exatamente o estado nacional que contornaria essa crise funcional e de status, continuando a suportar essas instituições pela mesma motivação nacionalista que estimulou a criação de muitas bibliotecas nacionais latino-americanas no século XIX e em outros países recém-independentes no século XX. Ainda para o autor, essa motivação nacionalista explicaria também os novos prédios que foram construídos na década de 90.

O Museu Histórico Nacional vivenciou descasos de sucessivos governos com a instituição, aliás, são inúmeros os aparatos culturais brasileiros que convivem com cortes orçamentários justificados por crises econômicas (ALESSI; ROSSI, 2018). Entretanto, as notícias mostram que para além das crises, existem as prioridades: o orçamento para lavar os carros dos deputados era quase três vezes maior que o orçamento destinado ao Museu (BENITES, 2018).

No desenrolar do caso, uma batalha por culpados ficou evidente. De acordo com a matéria do Correio Braziliense (NUNES, 2018): “Banqueiros exigem demissão de reitor da UFRJ para dar dinheiro a museu”, os banqueiros pediam que a administração do Museu Nacional fosse entregue a uma Organização Social (OS); ainda de acordo com a notícia, o comando da UFRJ repudia essa alternativa porque entende que é um modelo disfarçado de **privatização**. Na reunião estavam presentes, além do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, os dirigentes do Banco do Brasil, do Bradesco, do Itaú Unibanco, da Caixa Econômica Federal, do Santander, do BTG Pactual e do Safra.

Interessante sinalizar a presença do Banco do Brasil na reunião, porque ele também era, juntamente com o Museu Nacional, um dos **instrumentos civilizatórios** do Império. Junto com eles estavam: a **Biblioteca Nacional**, o Jardim Botânico do Rio, a Imprensa Régia

(atual Imprensa Nacional), a Casa de Suplicação (que mais tarde se tornaria o Supremo Tribunal Federal), a Academia Real da Marinha e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofício (atual Escola de Belas Artes), além da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (mais conhecida como Junta do Comércio) (SÁ, 2018, online).

Fábio Sá (2018) afirma que não é necessário conhecimento histórico para saber quais dessas instituições cresceram e prosperaram, e quais ficaram relegadas ao esquecimento. “Quantas pessoas conhecem o STF ou o Banco do Brasil e quantas sabiam até o incêndio que existia um Museu Nacional no Rio? Qual você consideraria mais importante?” (SÁ, 2018, ONLINE).

Na manifestação, no dia posterior ao incêndio do Museu Nacional, havia um cartaz que dizia: o capitalismo mata a memória. Para além da simplicidade, o cartaz diz muito - as relações que se estabelecem nas conformações do capitalismo atual entre mercado e estado-nação parecem indicar que a existência de instituições como meros símbolos nacionais não justificam/atraem mais os investimentos dos estados nacionais como chegaram a fazer na configuração da sociedade disciplinar. Ou então, pode ser mais adequado afirmar, como aponta Sibilia (2012), que os estados nacionais, diante dos avanços da globalização e de certa ética neoliberal, **perderam a aptidão de coordenarem simbolicamente as instituições que estavam ligadas ao seu poderio** e, como resultado disso, apagaram as condições que estimularam a produção da subjetividade moderna - estatal, cidadã, pedagógica, institucional, disciplinar e intodirigida.

Em complementação, para Lipovetsky (2004) - em uma análise que não parece valorativa - é evidente que a sociedade hipermoderna, ao exacerbar o individualismo e dar cada vez menos importância aos discursos tradicionais, manifesta **indiferença para com o bem público**, privilegia os interesses corporativistas e os particularismos, desagrega o sentido de dever ou de dívida para com a coletividade.

Importante destacar que as bibliotecas nacionais não saem imunes aos deslocamentos das questões informacionais para as esferas da economia e do mercado. A questão da cobrança por determinados serviços, a criação de produtos que geram rendas ou a abertura para o mercado vão se estabelecendo a partir do século XX nos discursos relativos a essas instituições. O Colóquio de Viena (1958) propõe que as bibliotecas nacionais não dependam exclusivamente do aporte governamental e que solicitem doações externas diante de recursos públicos cada vez mais escassos; Maurice Line (2001) via na disponibilização do catálogo uma possível fonte de renda, porque permitiria a combinação de serviços para mercados; Cornish (1991) identificava que apesar das bibliotecas nacionais se financiarem com fundos

públicos, havia uma tendência crescente de diminuição da dependência desses centros em relação aos seus governos mediante a realização de atividades que geravam rendimento. Ainda para Cornish (1991), este tipo de mudança poderia ser contemplada com a introdução de novas filosofias em que instituições “benignas” vão se tornando **organizações comerciais agressivas**, o que supõe importantes mudanças de longo prazo a respeito da relação entre as bibliotecas nacionais, os editores, os agentes comerciais de informação, entre outros.

Também como exemplo da influência do discurso mercadológico no cenário das bibliotecas, destaca-se o trabalho da Dra. Hannelore Vogt, diretora da Biblioteca Pública Municipal de Colônia na Alemanha. “Bibliotecas como fator de imagem!” é o slogan da diretora que aborda a importância da imagem e a construção de uma marca para essas instituições “*Branding* - a biblioteca, uma marca poderosa” (BARROS, 2010). Para Vogt as bibliotecas devem se fortalecer através de suas ofertas, para tanto um trabalho de *lobby* deve ser realizado (idem). Em *workshop* realizado no Brasil em 2010, a bibliotecária ressaltou a necessidade de oferecer estatísticas e números para os investidores, indicando que estes profissionais não estão verdadeiramente preocupados com as qualidades culturais da biblioteca. O uso de dados contextualizados, como comparações com outras instituições promoveria a biblioteca perante possíveis investidores por chamar atenção de uma forma mais mercadológica (P., FERNANDO, 2011).

Além do impacto do **discurso mercadológico** que incide diretamente sobre as bibliotecas nacionais, provocando a reprodução dos mesmos por elas; é possível indicar que elas são afetadas de outra forma: a partir das **relações de poder** que estabelecem com empresas, às vezes poderosos monopólios, que têm a ‘informação’ como ativos econômicos. De um lado, o *lobby* e a força dessas empresas, de outro, as restrições orçamentárias a que as instituições públicas são, constantemente, submetidas. Esse contexto nos permite entender porque, segundo Furtado (2015), a biblioteca, juntamente com o museu e o arquivo não se estabelecem mais como espaços exclusivos ou preferenciais da memória coletiva, conforme estabelecido pelos Estados nacionais inspirados no paradigma alexandrino. A internet, acessível de qualquer parte em que o suporte eletrônico a conecte, é uma grande acumuladora de documentos virtuais e gigantes como o *Google* investem cada vez mais na digitalização de acervos.

Efetivamente, a ampliação do digital aprofunda a relação das bibliotecas com as forças do mercado (GEROLAMI, 2009); dessa forma, a próxima subseção procura dar continuidade à discussão analisando, especificamente, as relações de poder envolvidas no acesso à

informação em ambientes digitais, assim como, os possíveis impactos dessas questões para as bibliotecas nacionais.

3.2.1 Acesso à informação digital: relações de poder entre interesses privados e interesses públicos

Para Gerolami (2009) as invasões das forças do mercado nas bibliotecas, nos séculos XX e XXI, teriam sido facilitadas com a **ampliação do digital**, da comodificação da informação e dos conglomerados de editoras e de distribuidoras. A partir disso e levando em consideração que nas pesquisas mais recentes da IFLA - por meio dos estudos de Stephens (2016) e Landry (2017) - as tecnologias digitais aparecem como uma aposta central de ressignificação para as bibliotecas nacionais na contemporaneidade, a presente subseção procura inserir as bibliotecas nacionais nas discussões relativas aos impactos do crescimento do poder do mercado e dos monopólios informacionais no ambiente digital, assim como, as relações de poder envolvidas no acesso à informação nesses ambientes.

Em complementação à Gerolami (2009), González de Gómez (1995) também aponta que as centralidades hegemônicas, desenhadas desde o Estado e através das jurisdições institucionais, refazem suas alianças e conflitos à luz dos **monopólios da comunicação e da informação de base econômico-tecnológica**. As **novas tecnologias** vão operar sobre a lógica mercadológica das cadeias de transferência de informação, **redefinindo as formas de acesso e transmissão dos saberes culturalmente disponíveis**: os processos institucionais de acesso ou de interdição, “papéis” e “funções” organizados pelos regulamentos das instituições, vão sendo trocados por procedimentos, códigos e normas definidos por critérios econômicos e de mercado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995).

No caso das bibliotecas nacionais, o depósito legal eletrônico é uma questão que evidencia as complexas relações de poder entre o mercado e essas instituições. Lariviere (2000) em documento produzido para a Unesco sob o título “*Legislación sobre depósito legal: directrices*” recomenda que os organismos nacionais de depósito legal lutem contra a tentação de deixar que os produtores de informação arquivem seu próprio material eletrônico para as gerações futuras. A legislação deve balancear os interesses entre os direitos dos titulares dos direitos dos materiais e os direitos dos cidadãos em ter acesso à informação. **A conservação do patrimônio nacional cultural e intelectual é vista como uma questão de interesse público e uma responsabilidade do estado** (LARIVIERE, 2000).

Em abril de 2017, a Biblioteca Nacional do Brasil se viu submergida em um caso elucidativo. Na ocasião, o então ministro da Cultura, Roberto Freire, recebeu em Brasília representantes da *Amazon*, a gigante norte-americana, para discutir a criação de um grupo de trabalho cujo objetivo seria o de debater mudanças referentes ao depósito legal no Brasil. A possibilidade de participação da *Amazon* nesse debate de interesse especificamente público provocou uma insatisfação na instituição e houve forte manifestação de seus funcionários (PAULA, 2017).

As relações de poder envolvidas no acesso à informação em ambiente digital parecem ter colocado os bibliotecários em uma posição de enfrentamento/envolvimento maior com as demandas que se relacionam com o capital e o mercado da informação. Existem alguns profissionais que parecem convencidos de que a resposta é nos tornarmos empresários da informação, cobrar por serviços ou terceirizar, já outros estão mais engajados em proteger a informação e estão ativamente envolvidos nas lutas contra a expansão das propriedades intelectuais e na formação de consórcios para terem mais poder ao barganharem licenças de bases de dados; estão usando e desenvolvendo *softwares open sources* e atentos para a construção de repositórios eletrônicos que facilitem a distribuição de artigos sem que haja a necessidade de editoras (GEROLAMI, 2009).

Robert Darnton (2010) ilustra esse cenário ao contar os meandros do caso *Google Book Search*, projeto no qual o *Google*, multinacional sediada nos Estados Unidos, vem digitalizando milhões de livros que pertencem aos acervos das principais bibliotecas de pesquisa - incluindo muitos livros protegidos por *copyright*, e disponibilizando os textos para buscas *on-line*. O projeto desencadeou uma ação judicial em que autores e editores negociavam seus direitos, mas, para além da problemática do *copyright* há muitas outras questões envolvidas. Para Darnton (2010) quando empresas como o *Google* se interessam por bibliotecas, não enxergam meros templos do saber, mas **ativos econômicos em potencial**, conteúdos prontos para serem explorados; aí se estabelece a contradição: empresas existem para gerar lucros para seus acionistas, bibliotecas existem, pelo menos na teoria, para promoverem o acesso aberto.

Digitalizar acervos e vender seus produtos de maneira que não consigam garantir amplo acesso seria como transformar a internet em um instrumento de privatização de um conhecimento que em tese pertence à esfera pública. O projeto do *google* é realmente grandioso e promissor, poderia resultar na maior biblioteca do mundo, por isso consegue suscitar, ao mesmo tempo, entusiasmo utópico e lamurias que ressaltam o perigo da concentração de poder no acesso à informação (DARNTON, 2010).

Como consequência inesperada, o *Google* agora desfrutará do que só pode ser chamado de **monopólio** - um novo tipo de monopólio, não de ferrovias ou aço, mas de acesso à informação. Ele não tem concorrentes dignos de nota [...] Apenas o *google* tem os fundos necessários para digitalizar numa escala maciça. E, após o acordo com autores e editores, poderá explorar seu poder financeiro protegido por uma barreira legal, pois a ação coletiva engloba a classe de autores e editores por inteiro. Nenhum novo empreendedor, mesmo que tenha recursos, conseguirá digitalizar livros dentro desse território cercado, uma vez que teria de lutar novamente pelos *copyrights* (DARNTON, 2010, online, posição 814, grifo nosso).

Desde o século XVIII os filósofos compreendiam o **monopólio** como um dos principais obstáculos à difusão do conhecimento, não apenas monopólios em geral, que reprimiam o comércio na visão dos fisiocratas e de Adam Smith, mas também, os monopólios específicos como a *Stationers' Company* londrina e a guilda dos livreiros de Paris, que em suas atuações sufocavam o livre comércio de livros (DARNTON, 2010).

Ao longo do tempo, para Harvey (2005) o antigo capitalismo competitivo se tornou amplamente **monopolizado**, um dos motivos dessa mudança está no fato de que, à medida que as barreiras espaciais diminuía seguindo a lógica da anulação do espaço pelo tempo, muitas indústrias e serviços locais perdiam suas proteções e seus privilégios monopolistas. O surto de globalização diminuiu a proteção monopolista conferida historicamente pelos altos custos de transporte e comunicação, também a redução das barreiras protecionistas diminuíram as rendas monopolistas. Entretanto, o capitalismo não pode existir sem poderes monopolistas. Nesse sentido, o dilema está em reunir esses poderes em um cenário em que foram muito reduzidas as proteções proporcionadas pelos chamados monopólios naturais do espaço e da localização. A resposta a esse dilema estaria na **centralização do capital em megaempresas** ou no estabelecimento de diferenças mais amplas para dominar o mercado, ou ainda, no estabelecimento de direitos monopolistas de propriedade privada mediante leis internacionais que regulam todo o comércio global (HARVEY, 2005).

Para Darnton (2010), nesse cenário, é ingênuo identificar a internet com o Iluminismo - ela tem sim um extenso potencial de difundir conhecimento, entretanto, os interesses comerciais participam de sua construção, eles querem controlar o jogo, dominá-lo, tomá-lo para si. As empresas competem entre si e a vitória delas poderia significar uma derrota para o bem público. Darnton (2010) afirma a necessidade do **engajamento público**, é preciso digitalizar, mas é preciso também **democratizar o acesso** - subordinar interesses privados ao bem público.

A indústria criativa da informática, protegida pela teoria da obsolescência, apresentou-se ao mundo financeiro como a nova potência capitalista. O universo 'imaterial' explorado por estas indústrias adquiriu força e está representado pelo grande volume de capital gerado

através das fusões corporativas que o dominam. *Apple, Microsoft, Google, Dell, Intel e Facebook* são algumas das empresas que acumulam rendimentos bilionários (SATURNINO, 2011). O lucro de algumas dessas empresas, que em certas circunstâncias supera o valor do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países, reafirma a força assumida pelo mercado no cenário informacional. Em três meses, entre julho e setembro de 2016, a receita do *Facebook*, segundo a própria empresa, foi de mais de US\$ 7 bilhões (R\$ 22 bilhões) - de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o valor superou o Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 40 países (LUCRO..., 2017).

No histórico do desenvolvimento das empresas de telecomunicações, o caso norte-americano é bastante sintomático. A partir de meados da década de 50, ocorre a crescente adoção de políticas neoliberais na criação de leis e de infraestruturas no âmbito das teles, o que deixou consequências irreversíveis para o tecido social do mundo. Sem ignorar o valor social da tecnologia enquanto artefato cultural qualificado para o lucro e para o agenciamento social, o curso desta história revela o poderio econômico que emergiu da sua utilização nas mais diversas formas (SATURNINO, 2011).

Para Capurro (2010), a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornou-se óbvia para a economia com o estouro da bolha da internet em 2000, acontecimento que configurou um dos principais fatores que levaram à crise financeira e econômica mundial recente. Além da responsabilidade individual de políticos, banqueiros e gestores, existe uma questão sistêmica relacionada com a digitalização dos sistemas de comunicação e informação das áreas financeiras e econômicas. O “capitalismo digital” tem ignorado leis, instituições nacionais e internacionais de controle, códigos de boas práticas e de boa governança, nos levando, muitas vezes, a uma crise de confiança dentro do sistema e de tudo que a ele é relativo.

Para Schiller (2000 apud SATURNINO, 2011) é necessário refletir sobre a contribuição da ideia hegemônica de globalização que se tornaram parceiras ativistas deste novo modo de mundialização da economia capitalista. O processo de reapropriação privada estaria reiterando as intensas disputas que se travaram para estimular a rentabilidade capitalista e a desigualdade ao acesso aos bens de conhecimento, reforçando assim a tecnologia como instrumento de domínio econômico e político.

Em relação ao acesso à informação em ambientes digitais, Capurro (2011) também chama atenção para o fato de que dentro da cultura global, a cultura digital não afeta a todos da mesma forma - existem dinâmicas que criam diferenças entre as formas como os sujeitos são impactados. Os nomes para identificar essas dinâmicas são variados na literatura, entre

eles, *apartheid digital*, *tecnoapartheid*, abismo tecnológico e *digital divide* (CAZELOTO, 2007).

A brecha digital se refere à desigualdade no acesso à informação, ao conhecimento e à educação mediante as TICs. Essas desigualdades se dão tanto no plano individual, quanto social e podem somar-se à falta de familiaridade dos próprios usuários na utilização das TICs. A brecha não se relaciona com aspectos exclusivamente tecnológicos, mas é também reflexo da combinação de fatores socioeconômicos, especialmente aos referentes às limitações de infraestrutura, telecomunicações e informática (CASTAÑO, 2009).

A brecha digital consta entre os tópicos de discussão propostos pelo *International Center for Information Ethics* (ICIE)²², e dialoga tanto com questões que envolvem direitos e princípios universais, como também, com questões referentes às singularidades históricas e geográficas de todos os países (CAPURRO, 2001). O campo da pesquisa ética sobre esse tema é chamado de *Intercultural Information Ethics* (IIE), ou no português, **Ética Intercultural da Informação**.

Capurro (2001) estabelece três tipos de barreiras que podem impedir usuários de terem acesso ao digital: barreiras tecnológicas, econômicas e culturais. As barreiras tecnológicas se referem ao acesso à energia, telefone, servidores, *hardwares* e *softwares*; as barreiras econômicas se referem aos custos de aquisição, uso e atualização de sistemas; e as barreiras culturais, são relativas à competência em informação, aos preconceitos sociais e à predominância da língua inglesa neste cenário.

A *International Telecommunication Union* (ITU), agência especializada em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) das Nações Unidas, fundada em 1957, publicou em 2016 o relatório *ICT facts and figures* que informa que **mais da metade da população mundial está fora da internet** - cerca de 3,9 milhões de habitantes. Os *offlines* são em porcentagens: 75% da população africana, 33.4% da Comunidade dos Estados Independentes, 58.1% da Ásia e do Pacífico, 20.9% da Europa, 35% do continente americano e 58.4% dos países árabes (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION, 2016).

De Mattos e Santos (2009) abordam a recorrente vinculação da ideia de inclusão digital com a ideia de inclusão social na literatura. Para determinada corrente teórica, a sociedade estaria visivelmente dividida entre os “digitalmente incluídos” - detentores das tecnologias dominantes - e os “digitalmente excluídos” - indivíduos que não possuem acesso

²² Comunidade acadêmica formada com o objetivo de explorar e fomentar a troca de ideias e informações sobre ensino e pesquisa no campo da ética da informação. Administrada por Rafael Capurro e Jared Bielby.

a essas tecnologias. Nesse sentido, a inclusão digital seria um projeto estratégico, com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a disseminação dos recursos tecnológicos em diversos setores com o objetivo final de gerar melhorias significativas para todos. Com uma abordagem mais crítica, Garnham (2000, *apud* DE MATTOS, SANTOS, 2009) denuncia que essas análises geram certo “determinismo tecnológico”, e não contribuem para esclarecer a complexidade do tema da distribuição de renda e da geração de oportunidades nas sociedades capitalistas.

Em certa medida, o cenário parece dominado ora por abordagens tecnofóbicas, ora por abordagens tecnoutópicas. Para os críticos do maquinismo, tem ocorrido o agenciamento de coletivos e a formatação das subjetividades com o objetivo de alienar as massas; para os entusiastas das mudanças tecnológicas, as realizações humanas são naturais e sempre positivas. De certa forma, as práticas culturais apresentam facetas que escapam a essas duas análises determinísticas e a própria fluidez dos espaços virtuais coloca em suspeita essas duas orientações que se pretendem hegemônicas (TONUS, Mirna; GURÃO, Bruno Fonseca; DA SILVEIRA, 2017).

Também nesse contexto, segundo Capurro (2001), é importante entender que as tecnologias informáticas não são neutras, estão carregadas de valores socioculturais. Em um mundo considerado multicultural, seria importante reconhecer que, frequentemente, existirão sistemas de valores conflitantes e, o que é planejado para uma determinada parte do mundo pode se tornar completamente diferente em outra - os significados e os valores de uma tecnologia se manifestam de diversas formas.

Para Capurro (2001) a busca de princípios comuns no ambiente informacional não deve perder de vista a complexidade e a variedade das culturas - e estas devem ser conscientes da interdependência que permite a transformação de suas características. O essencial é aquilo que está entre as culturas. Os fenômenos violentos de exclusão cultural são uma indicação de que um *ethos* cultural perdeu contato com a fonte comum, fechando a si mesmo, incapaz de redefinir suas fronteiras inserindo novos elementos estrangeiros com base em processos comunicacionais e informacionais abertos. É fácil perceber que a união que supõe certa abertura e variedade pedida por diversas culturas está em permanente flutuação. **A Ética Intercultural da Informação** tem como objetivo primordial fazer com que essa flutuação seja sustentável tanto na teoria como na prática (CAPURRO, 2001).

A reflexão ética não seria capaz de definir, em um único movimento do pensamento, o que consiste o bem comum, ou qual a identidade moral capaz de enunciar normas obrigatórias a serem aplicadas em todas as culturas e sistemas. Para Capurro, a ética é um **espaço de**

reflexão permanente, onde todos os envolvidos em debates morais assumiriam o papel de participantes, de modo que todas as tradições morais e sistemas de categorizações conceituais teriam voz participativa. Entretanto, para que essas vozes ressoassem seria necessária a criação de um arcabouço político e jurídico que facilitasse a equalização do direito à voz de diferentes tradições e suavizasse os embates colonizadores expansionistas de poderes historicamente constituídos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009). Uma declaração universal da ética para a sociedade da informação que aspire a ter um impacto real sobre a vida das pessoas necessita, de forma imprescindível, de uma **análise intercultural ético informacional crítica e sustentável** (CAPURRO, 2011).

Conforme indicado, nas pesquisas mais recentes da IFLA, por meio dos estudos de Stephens (2016) e Landry (2017), identifica-se que as tecnologias digitais são apostas centrais das bibliotecas nacionais para se ressignificarem na contemporaneidade. As adaptações tecnológicas são obviamente necessárias e promissoras, entretanto, o cenário chama atenção para a necessidade de ir além das abordagens técnicas - que predominam na literatura analisada - e discutir questões políticas relativas aos impactos do crescimento do poder dos monopólios de comunicação e informação de base econômico-tecnológica, assim como, as relações de poder envolvidas no acesso à informação em ambientes digitais. A tecnologia que promete ressignificar muitas bibliotecas nacionais de países economicamente desenvolvidos pode ser também a responsável por aumentar ainda mais as disparidades funcionais e de poderio entre essas instituições. Dessa forma, é importante que as bibliotecas nacionais discutam os valores socioculturais das tecnologias informáticas a partir, conforme Capurro (2011), de análises interculturais éticos informacionais críticas e sustentáveis. Além disso, também é necessário que essas instituições, ao estabelecerem suas políticas de informação, considerem as barreiras, identificadas por Capurro (2001), envolvidas no acesso ao digital. É preciso digitalizar, mas é preciso também discutir democratização de acesso em um contexto político e econômico em que interesses privados e públicos estão, em múltiplas relações de poder, sendo constantemente negociados. Como ressalta Foucault (GONÇALVES, 2012) é preciso esclarecer as estratégias e os efeitos da dominação provenientes das relações de poder, só assim teríamos instituições governadas menos pela inércia e mais por sua própria participação na construção das relações entre poder e ética.

4 DISPERSÃO-CRISE, REAGREGAÇÃO-RESSIGNIFICAÇÃO

Dispersão, destruição e desconstrução não são objetivos a atingir e sim obstáculos a superar. Bem mais importante é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social (LATOURET, 2012, p. 30)

A análise teórica da pesquisa (seção 3.2) indica que a sociedade de controle é marcada por um capitalismo essencialmente **dispersivo**; a **aceleração** dos circuitos de **comodificação** geram decorrentes processos de **descartabilidade**, **fragmentação**, **flexibilização** e **mutabilidade** que perpassam as instituições e as construções subjetivas contemporâneas. O capítulo procura analisar como esses processos, aprofundados a partir dos avanços da globalização e da ética neoliberal, se relacionam com elementos vinculados a crise das bibliotecas nacionais: 1) acumulação funcional; 2) dispersão e fragilização conceitual da categoria; 3) dificuldade em executarem a missão patrimonial. Além disso, o capítulo também propõe, a partir da identificação da persistente importância da missão patrimonial como elemento identificador das bibliotecas nacionais, abordá-la nas seções 4.1 e 4.2 por meio de uma perspectiva política mais contemporânea e multicultural.

Para Lipovetsky (2004) a ascendência crescente do mercado e do capitalismo financeiro coloca em questionamento as **visões estatais de longo prazo** em favor da performance a curto prazo, da circulação acelerada dos capitais em escala global, das transações econômicas em ciclos cada vez mais rápidos, funciona segundo a lógica da reciclagem permanente do passado, ela é integradora, não visa destruir o passado, mas reformulá-lo segundo as lógicas modernas do **mercado**, do **consumo** e da **individualidade**.

Assim, como fruto das transformações consumadas na segunda metade do século XX, teria desvanecido a ideia de que se deve sacrificar a satisfação pessoal em nome de algo mais elevado e incontestável. Até porque os valores desse tipo teriam perdido sua consistência, igualmente rachados pelos questionamentos das últimas décadas. Não se trata de que já não se aposte na família ou no trabalho, por exemplo, ou mesmo na pátria e até na religião; porém, todas essas instâncias se converteram em opções individuais - não necessariamente dadas a priori, mas adaptáveis e definíveis ao gosto de cada um - em vez de constituírem certezas estabelecidas com validade universal, de cunho obrigatório para todos sob o peso da norma (SIBILIA, 2012, p. 58).

Dessa forma, se na modernidade os Estados nacionais desempenhavam importante papel na construção de subjetividades vinculadas a referenciais políticos e socioculturais mais estáveis; a ética neoliberal, a globalização e as mudanças nas noções de tempo e espaço fornecem, segundo Silveira (2010), novas configurações para os campos de sociabilidade com as quais as subjetividades passam a interagir; o pertencimento cultural e a questão da

identidade na contemporaneidade passam a ser discutidas tendo como base a condição da **fragmentação**.

Diversos autores apontam os movimentos de **fragmentação, flexibilização e mutabilidade** que perpassam as construções subjetivas contemporâneas. Para Fontenelle (2017) a crítica contracultural às identidades sociais fixas do período disciplinar se transforma na flexibilização como norma, trata-se de colocar como norma a possibilidade de obedecer ao espaço interminável da flexibilização e de incorporá-la como algo desejável. Também para Sibilía (2016) o mundo contemporâneo exige flexibilidade em todos os âmbitos da vida e em todos os mercados; nesse sentido, a capacidade de adaptação às novidades recorrentes se tornou essencial para que cada um se torne compatível com as novas dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas. Ao abandonar a ilusão de fixidez e estabilidade, o eu atual passa a se configurar na mudança, em uma subjetividade mutante, capaz de desafiar os impedimentos que tendiam à permanência.

As subjetividades contemporâneas, que se produzem e são produzidas a partir de processos mais mutáveis e fluidos, podem encontrar dificuldade em estabelecerem ressonâncias com as missões das bibliotecas nacionais - na medida em que elas, historicamente, se associam ao projeto político de produção das subjetividades a partir de parâmetros mais fixos, institucionais e disciplinares. Por isso, entende-se a necessidade dessas instituições considerarem as políticas de seleção a partir de perspectivas multiculturais.

Os processos de mutabilidade e flexibilidade atingem também as instituições - o capital estaria alterando profundamente as representações estáveis, a ponto de nada parecer escapar ao circuito de comodificação e da própria cultura tornar-se um bem de consumo (FONTENELLE, 2002). Nesse circuito de comodificação, os movimentos de **descartabilidade e aceleração** se destacam, o que leva a compreender a “obsolescência como processo” e a “fuga de formas” que está na base da dinâmica do capital. A vida cotidiana estaria entremeada por essa condição de descartabilidade em diversos níveis, e atingiria as instituições, em função de um “capital impaciente” pelo retorno imediato que comanda agora uma forma de vida “volátil”.

Se esses processos atingem também as instituições, é possível relacioná-los com a própria dispersão e fragilização conceitual das bibliotecas nacionais enquanto categoria, assim como, com a acumulação funcional dessas instituições. Realmente, se as bibliotecas nacionais desempenhavam, primordialmente, no início do século XX duas funções - depositária e de preservação - elas começaram a **acumular funções**, mais notavelmente, a partir da década de 50. No cenário de crise, as ‘novas’ funções pareciam se estabelecer como alternativas e

oportunidades para que essas instituições sincronizassem suas atuações com os projetos políticos e socioculturais em andamento que demandavam flexibilidade e inovação. Dessa forma, a análise do anexo A indica que, aparentemente, diante dos regimes de informação que pressionavam para que as bibliotecas nacionais reestruturassem suas funções mais clássicas, as discussões foram caminhando para estratégias de **acumulação** e não efetivamente para reformulações profundas dessas funções.

Até a década de 70 as funções que as BN's acumulam são prioritariamente técnicas e voltadas ao **acervo**, como as bibliografias nacionais e os catálogos coletivos. Entretanto, conforme apontado por Tyulina (*apud* FUENTES, 2003) a discussão sobre a democratização de acesso ao público intensificada na década de 70 inicia uma mudança **funcional e conceitual**. De fato, é a partir dessa década que funções menos técnicas e mais voltadas ao **acesso** começam a ser apontadas, como as exposições (HUMPREYS, 1987 *apud* FUENTES, 2003), atividades educativas e de entretenimento (LINE, 1989), atividades de investigação (LINE, 1989), serviços para pessoas com deficiência (CORNISH, 1991); participação no desenvolvimento econômico e social a níveis pessoais como nacionais (CORNISH, 1991).

O acúmulo funcional parece gerar controvérsias para essas instituições. Para Campello (2006) as atividades mais clássicas de conservação e preservação já se tornam mais onerosas e diversificadas à medida que são mais variados os tipos de materiais a serem preservados. Nesse sentido, a necessidade de exercerem outras funções pode causar uma sobrecarga orçamentária e de pessoal.

Cornish (1991 *apud* FUENTES, 2003) vai dizer em relação às numerosas funções atribuídas às bibliotecas nacionais que são poucos os casos que elas chegam a desenvolver todas essas funções - algumas são desenvolvidas por outras agências e outras não chegam sequer a serem executadas ou são executadas de maneira parcial. A análise contínua das funções exercidas por uma biblioteca nacional é essencial para que elas não executem tarefas desnecessárias, ou que não tenham adesão no país em que se situam (argumentação recorrente na literatura do final do século XX e também do século XXI).

Importante que as instituições repensem suas funções em diálogo com a sociedade em que estão inseridas, nesse caso, o conceito de regime de informação pode ser muito relevante para as bibliotecas nacionais estabelecerem suas políticas de informação. Se a não rigidez conceitual e funcional pode ter alguma 'vantagem' talvez seja essa: que as funções desempenhadas sejam as que politicamente e afetivamente tenham ressonância. Entretanto, parece que essa possível 'vantagem' é também uma fonte central de problemas, visto que está vinculada à fragilidade e a dispersão conceitual dessas instituições. Toda essa abertura e

multiplicidade de atuação acabam aparecendo nos discursos analisados como um elemento que afasta as bibliotecas nacionais enquanto categoria, e não como um elemento que provoca conexão e diálogo entre elas. Além disso, a multiplicidade funcional parece ‘abrandar’ a urgência das bibliotecas nacionais afirmarem qual é, efetivamente, seu papel político na contemporaneidade. As problemáticas dessas abordagens amplamente conciliativas foram analisadas também na seção 3.1.3.2.

A aceleração capitalista e os consequentes processos de descartabilidade e comodificação da cultura são fatores que também podem ser relacionados à complexificação da acumulação bibliográfica.

Conforme visto, as bibliotecas nacionais mais clássicas se estabelecem a partir do ideal de “tudo acumular”, de constituírem o “arquivo geral de uma cultura”; entretanto, com o aumento, a aceleração e a volatilidade da produção intelectual dos países, os problemas espaciais de armazenamento dessas organizações se agravam. No pós-guerra, as formações de coleções tão amplas foram se tornando cada vez mais difíceis (FUENTES, 2003), dessa forma, muitas bibliotecas nacionais passaram a investir grande parte dos seus recursos em novos locais de armazenamento e em novos processos de conservação que se tornaram cada vez mais onerosos. Para agravar a situação, Fuentes (2005) indica que a partir da década de 50 essas instituições passam a conviver com recursos públicos mais escassos.

Até meados da década de 70, é possível identificar (anexo A) que a perspectiva dominante era que, mesmo diante da dificuldade de execução, a função depositária deveria ser **exaustiva**, termos como “toda a publicação”, “a maior amplitude”, “todas as publicações” são recorrentes nas descrições funcionais até então. Já nas descrições bibliográficas posteriores a 1975 as expressões que se referem à aquisição podem ser consideradas mais amenas - “a notável e central coleção”, “manter a coleção”, entre outros. Entretanto, Brault (1998) ao escrever no final do século XX ainda utiliza a expressão **aquisição exaustiva** como a grande obrigação das bibliotecas nacionais:

Tudo isto se resume na enorme obrigação das bibliotecas nacionais: **aquisição exaustiva** da coleção documentária do país, conservação, inventário da bibliografia nacional para difundi-la, tanto no seu território como no conjunto de países que participam do programa proposto pelas instituições internacionais. As bibliotecas nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco (BRAULT, 1998, p. 64, grifo nosso)

Em Sylvestre (1987) a exaustividade também tem bastante força porque o autor tem como referência a definição da Unesco (1970): “a tarefa primordial das bibliotecas é que são

responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de **todas** as publicações impressas no país (SYLVESTRE, 1987, p. 9, tradução nossa)”; em outro ponto - “não se pode considerar que se trata de uma biblioteca nacional se não reconhece a **maioria** do patrimônio impresso no país (SYLVESTRE, 1987, p. 9, tradução nossa)”.

Tanto Tyulina (1976) quanto Wainwright (1993) listam a missão de acumulação bibliográfica dentre os fatores de crises dessas instituições. De acordo com Wainwright (1993): o aumento da riqueza econômica dos países se relaciona com o aumento do número de publicações - a ampla produção de publicações impossibilitava o crescimento adequado da coleção, além disso, o valor da informação como recurso econômico gerava um debate sobre a acessibilidade das coleções. A questão da propriedade intelectual obrigava as bibliotecas nacionais a considerarem de que maneira elas poderiam seguir mantendo seu papel histórico no aumento das coleções e na preservação dos materiais para uso público.

Para Campello (2006) a adoção de **políticas de seleção** tem sido apontada como uma alternativa para a resolução da problemática do excesso de material captado pelas bibliotecas nacionais. Efetivamente, na literatura mais atualizada, Stephens (2016) e Landry (2017), utilizam o termo **desenvolvimento de coleções** para se referirem à função patrimonial. Em Stephens (2016) o desenvolvimento de coleções é descrito como o responsável pela notável e central coleção de literatura de uma nação, **a tarefa fundamental** de uma biblioteca nacional e, aquela que, mais do que qualquer outra, dá o caráter de **identificação** dessas instituições. Também em Landry (2017) o desenvolvimento de coleções (recolhimento da produção nacional de documentos impressos e eletrônicos, assim como de documentos cartográficos, audiovisuais, musicais) e o gerenciamento de coleções (catalogação, indexação) são apontados como **tarefas fundamentais e principais** das bibliotecas nacionais. Ou seja, em Stephens (2016) e Landry (2017), o desenvolvimento de coleções é vinculado ao caráter de **identificação dessas instituições**.

Também Jacob (2000) no prefácio do livro ‘O poder das bibliotecas’ destaca a importância da missão patrimonial para essas instituições. O autor afirma que no limiar do século XXI a França acrescentava ao seu patrimônio uma nova biblioteca nacional, que deveria corresponder aos **desafios do pensamento e da cultura contemporâneos** e, ao mesmo tempo, **perpetuar sua missão patrimonial**. Jacob (2000) via a necessidade absoluta de um projeto inovador e benéfico: oferecer um lugar de leitura e trabalho adaptado às novas demandas da pesquisa, aos novos vetores da informação científica e aos novos suportes. Para o autor, a biblioteca deve ser um lugar de diálogo com o passado, de criação e de inovação.

De modo análogo, Fuentes (2003) indica que apesar de todas as diferenças identificadas entre as bibliotecas nacionais, há um traço peculiar e comum a todas elas, ao menos nos países economicamente mais ricos, as bibliotecas nacionais se estabelecem como macrobibliotecas - comportam uma extensa história, possuem uma **coleção de materiais de tamanho surpreendente** e ocupam prédios imponentes (FUENTES, 2003).

Diante das análises realizadas no decorrer da pesquisa, é possível indicar que as bibliotecas nacionais - a partir da dificuldade em executarem sua função mais clássica (patrimonial) e diante dos regimes de informação que pressionavam por mudanças - foram caminhando para estratégias de **acumulação de funções** (aspecto que pode estar relacionado aos processos de flexibilização e mutabilidade que atingem as instituições) e não, efetivamente, para uma desvinculação identitária da missão patrimonial. Dessa forma, essas instituições chegam ao século XXI envolvidas na seguinte controvérsia: a **missão patrimonial**, apesar de ser repetidamente associada aos fatores de crise, ainda se destaca como um importante elemento ‘agregador’ das narrativas referentes às bibliotecas nacionais enquanto categoria institucional. Além disso, parece que essa missão vai sendo, no decorrer do século XX e XXI, desvinculada do discurso da cultura nacional, desvinculada do papel político e social mais clássico das bibliotecas nacionais - instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais. A função permanece essencial e ‘identificadora’, mas desassociada do apelo político (questão analisada no capítulo 2).

Destacando a persistente importância da missão patrimonial como elemento identificador das bibliotecas nacionais - por meio da abordagem mais contemporânea do desenvolvimento de coleções - e considerando as complexidades relacionadas à execução dessa missão, se estabelece a questão: é possível pensar a missão patrimonial a partir de uma perspectiva política mais contemporânea, multicultural e participativa na coleta e reagregação desse **social** fragmentado e disperso, assim como, mais participativa na própria reagregação da categoria institucional ‘bibliotecas nacionais’?

Se as instituições de preservação, como afirma Aguiar (2015), sempre estiveram envolvidas nos processos de atribuição de valores, estabelecendo o que é significativo, insignificante, o que deve ser preservado e o que é passível de destruição; parece que, diante de um cenário em que a produção e o uso informacional - assim como as identidades institucionais e as subjetividades - são vinculadas aos ritmos acelerados da produção e descartabilidade capitalista, torna-se ainda mais urgente discutir as práticas sociais documentárias e as políticas de seleção das bibliotecas nacionais a partir de abordagens críticas que relacionem informação, política e poder. Assim como, a partir da perspectiva de

uma memória que carrega um atributo ético e reflete sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais. Esse é o objetivo das discussões desenvolvidas nas seções seguintes.

4.1 PRÁTICAS SOCIAIS DOCUMENTÁRIAS: CIRCUITOS DE AFETOS

Uma instituição social é uma máquina a afetos; ela preenche vosso poder de ser afetado (DELEUZE, Cours Vincennes 14/01/1974).

Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as idéias dessas afecções. Explicação. Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão (SPINOZA, 2008, p. 163, grifo do autor).

Principalmente no âmbito das instituições de memória, parece recorrente a vinculação do acervo ao mundo dos signos, ao passado, ao futuro e não ao que tem potencial de afetar ou agir sobre o presente. Dessa forma, a seção estabelece um diálogo entre Latour, Frohmann e outros autores que estimulam a leitura das práticas sociais documentárias como possivelmente transformadoras, conectoras e mobilizadoras de afetos. Entende-se que essa abordagem poderia contribuir para a resignificação da missão patrimonial no cenário político contemporâneo em que, segundo Latour (2012), o senso de integração entrou em colapso.

Frohmann no seu *Cyber ethics: bodies or bytes* (2000) trata de como a abordagem material ou imaterial da informação pode ser determinante para os desdobramentos éticos da questão. Para ele, a discussão de ética na informação precisa trazer o **corpo** para o debate, não sendo possível ignorar os **contextos de geração** e de **circulação das informações**.

A questão da materialidade da informação em Frohmann é abordada a partir do que Foucault desenvolve sobre a materialidade dos enunciados. O enunciado é analisado pelo ponto de vista de seu funcionamento e existência, não de seu significado ou da informação que carrega. Dessa forma, entende-se a necessidade da análise do enunciado de modo a considerar todos os seus processos, desde o seu surgimento, passando por suas transformações, ampliações e relações entre eles. A materialidade gera efeitos de informação - poder de afetar - que são variáveis e inscritos em uma rede de poderes e saberes, em um **dispositivo** (FERRANDO, FREITAS, 2017).

Todo dispositivo tem sua historicidade, que deve ser observada ao avaliarmos as relações que se inscrevem em sua rede. As redes de saber, poder e seus efeitos são instrumentos teóricos para a compreensão e para análise das noções de **práticas documentárias** (ou práticas sociais com documentos). Ao desenvolver a ideia de práticas

documentárias, Frohmann estabelece uma concepção relacional do documento - as relações entre a sociedade e os documentos nela produzidos, diante de um efeito de informação gerado pela **agência do documento** (FERRANDO, FREITAS, 2017).

A partir dessas visões, entendemos **que o poder de afetar do documento**, ou os efeitos de informação que os documentos possuem, **vão variar de acordo com a posição que ele se encontra em um dispositivo** - ou dispositivos - na perspectiva foucaultiana. Frohmann usa as ideias de peso, massa, inércia e estabilidade para conferir ao documento, para além das características físicas, ontológica. E é a partir dessas categorias que desenvolve a ideia de agência documentária, ou ainda, o poder de afetar do documento, que pode reposicionar formas e pensamentos de acordo com seus contextos de uso, ou ainda, a partir das práticas sociais documentárias (FERRANDO; FREITAS, 2017, p. 12-13, grifo nosso).

Os efeitos de informação do documento - o poder de afetar dos documentos a partir das práticas documentárias - estão em movimento porque variam de acordo com sua posição em uma rede de poder e saber, de um dispositivo (FERRANDO, FREITAS, 2017).

Por fim, precisamos salientar a importância do Dispositivo de poder e saber na constituição do sujeito. Segundo Fanlo, dispositivo é um “regime social produtor de subjetividade ou ainda, produtor de sujeitos pertencentes a uma ordem do discurso cuja estrutura sustenta um regime de verdade” (FANLO, 2011, p.7). Assim, os Dispositivos constituem formas de assujeitamento, inscrevendo nos sujeitos um conjunto de práticas sociais, estabelecendo saberes, mantendo instituições, delimitando, orientando e organizando modos e maneiras de ver e conhecer a realidade, dentro das condições de possibilidade existentes (FERRANDO, FREITAS, 2017, p.8).

Frohmann ao teorizar sobre **como** os documentos produzem efeitos nas vidas individuais e como as práticas institucionais conferem competências performativas aos documentos, pode contribuir para recolocar em evidência o **papel político da missão patrimonial das bibliotecas nacionais**.

Frohmann (2011, p. 59) critica a visão ingênua que aborda o documento como mero condutor de informação. O pesquisador desenvolve o conceito de “documentalidade”, que se refere à capacidade e ao poder do documento em seus arranjos com outros elementos de redes, ou *assemblages*, “to generate marks, signs, or traces”. Segundo Frohmann (2011), seu foco na materialidade dos documentos é inspirado nos movimentos documentalistas, especialmente nos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet, que, segundo sua visão, insistiram no foco dos objetos materiais como documentos, citando o famoso exemplo do antílope de Briet. (FROHMANN, 2011, p. 57). (SALDANHA, 2013, p. 79).

Parece possível e pertinente estabelecer um diálogo entre a abordagem de Frohmann e a abordagem de Latour (2000a), que afirma que o foco das bibliotecas não deve se estabelecer nos signos ou na acumulação dos signos, mas, na **ligação dos signos aos mundos que os cercam**.

Os que se interessam pelas bibliotecas falam frequentemente dos textos, dos livros, dos escritos, bem como de sua acumulação, de sua leitura e de sua exegese [...]. Plena e sólida enquanto nos interessamos somente pelas glosas da exegese, ela

parece vazia e frágil a partir do momento em que procuramos ligar os signos aos mundos que os cercam (LATOURE, 2000a, p. 21).

Para Latour (2000a) ao falar de livros e signos não devemos esquecer sua **conéctica**: “após quarenta anos de trabalhos sobre a intertextualidade e o esplêndido isolamento do mundo dos signos, convém lembrar que **os textos agem sobre o mundo, e circulam em redes práticas e instituições que nos ligam a situações**” (LATOURE, 2000a, p. 26).

Ela [a biblioteca] serve antes de estação de triagem, de banco, representando para o universo das redes e dos centros o papel de Wall Street ou da City para o capitalismo. Para dar outro exemplo, ela se apresenta, nessa descrição, como um grande instrumento de física, como os aceleradores do Centro Européu de Recherche Nucléaire (CERN), obtendo em seu interior condições extremas, que redistribuem as propriedades dos fenômenos submetidos a provas que não existem em nenhum outro lugar, e que detectores gigantes expressamente construídos para isso sabem colher, localizar, amplificar (LATOURE, 2000a, p. 37).

Latour (2000a) alerta que se as bibliotecas desejam participar ativamente dos ciclos de acumulação da informação elas devem circular continuamente as inscrições; não devem permanecer isoladas, como se acumulassem de modo maníaco, culto e erudito milhões de signos. **As inscrições mobilizam o mundo**, criam idas e vindas, mas é essencial que esses caminhos não sejam interrompidos (ODDONE et al, 2000).

Dessa forma, em Latour (2000a), as bibliotecas se estabelecem como instituições fundamentais para a circulação do conhecimento científico. O caráter cumulativo da ciência se vincula a essa repetição incansável do movimento entre o centro e a periferia, a reprodução incessante do trabalho de transporte de inscrições. Ao produzir o acúmulo de informações, os ciclos de acumulações geram força e poder (ODDONE et al, 2000).

Não existe ciência, rígida ou flexível, quente ou fria, antiga ou recente, que não dependa dessa transformação prévia, e que não acabe por expor os fenômenos pelos quais ela se interessa numa superfície plana de alguns metros quadrados, em volta da qual se reúnem pesquisadores que apontam com o dedo os traços pertinentes, discutindo entre eles. O controle intelectual, o domínio erudito, não se exerce diretamente sobre os fenômenos - galáxias, vírus, economia, paisagens - mas sim sobre as inscrições que lhes servem de veículo, sob condição de **circular continuamente, e nos dois sentidos, através de redes de transformações – laboratórios, instrumentos, expedições, coleções** (LATOURE, 2000, p. 32, grifo nosso)

Compreender um instituto de pesquisa, um laboratório, um centro de cálculo (acrescenta-se aqui as bibliotecas) é falar em inteligência distribuída, pois a inteligência não se refugia em um único lugar, não se encontra nem no cérebro, nem nas máquinas, nem no grupo social, nem no conhecimento tácito, nem nos conceitos: ela se distribui (ODDONE et al, 2000).

Compreende-se então que as instituições como as bibliotecas, os laboratórios, as coleções não são simples meios que se poderiam dispensar facilmente, sob pretexto de que os fenômenos fariam por si mesmos à simples luz da razão. Adicionados uns aos outros, eles compõem os fenômenos que só têm existência por essa exposição através da série das transformações (LATOURET, 2000, p. 40). [...] É por que os laboratórios, as bibliotecas e as coleções estão ligados num mundo que, sem eles, permanece incompreensível, que convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão (LATOURET, 2000, p. 43).

Nesse contexto, destaca-se outra controvérsia no cenário das bibliotecas nacionais: são instituições ligadas à pesquisa e que ressaltam esse vínculo com a figura do pesquisador, mas que não se consolidaram/consolidam como instituições ‘de pesquisa’, instituições ‘científicas’²³. Pelo contrário, um dos fatores relacionados à crise no pós-Segunda Guerra é justamente esse afastamento da figura do pesquisador que encontrava nas bibliotecas especializadas fontes mais pertinentes.

Os apontamentos de Latour (2000a) sobre as bibliotecas serem fundamentais para a circulação do conhecimento científico são importantes para refletirmos sobre a participação das bibliotecas nacionais na atividade científica de forma mais abrangente, por exemplo, pela popularização e divulgação científica - chegando a um público que historicamente não é considerado ‘cativo’ para essas instituições. Essa tendência de atuação das bibliotecas nacionais em direção ao público em geral e não apenas ao público ‘acadêmico/leitor’ é identificada por Stephens (2016) e também na atuação contemporânea de bibliotecas nacionais, que a partir da classificação de Lor e Sonnekus (1997) seguiam no final do século XX, a orientação de atuação clássica, voltada ao acervo, como a Biblioteca Nacional da França (questão abordada no capítulo 2).

Aqui é possível se referir também à Mostafa (1985) que afirma que a biblioteca não deve apenas refletir o elitismo das ciências - deixar sem solução ‘o silêncio dos vencidos’ - mas, **promover a socialização do saber**. Não deve ser só influenciada pela sociedade, mas também influenciar. A autora compreende que a saída para a biblioteconomia se constituir como **prática social transformadora** tem a ver com a socialização do saber e com a prática educativa. Enquanto prática social a biblioteconomia colabora na transformação social quanto mais ela estiver a serviço da disseminação de informações para todo o conjunto da sociedade de forma a possibilitar que a sociedade em seu conjunto se aproprie de informações - produzindo-as e reproduzindo-as. Como a sociedade não é um todo harmônico sem determinações, mas, ao contrário, ela se constitui a partir de determinações precisas, a

²³ Essa questão foi pontuada por Gustavo Saldanha em conversa sobre a presente pesquisa.

disseminação de informações e de conhecimento só terá sentido se for efetiva o suficiente para atingir aquelas determinações de forma a transformá-las. Se o papel da CI for somente agilizar os mecanismo elitistas das Ciências, qual será então seu papel transformador como prática social? (MOSTAFA, 1985).

Também de acordo com Saldanha (2017), para que as bibliotecas²⁴ cumpram um papel potencialmente estratégico nos modos de apropriação, revalidação e construção do conhecimento, é necessário que elas estejam amparadas “[...] em um ponto de partida **social**, antes de epistêmico; **coletivo**, antes de cognitivo-isolacionista; **transformador**, antes de reprodutor do ponto de vista epistemológico estabelecido em suas coleções” (SALDANHA, 2017, p. 6).

Para Joaci Furtado (2015) a instituição biblioteca, se não quiser insistir na postura perigosa de apenas cultivar acervos para um restrito grupo de usuários, deverá **aprender a afetar os que não são seus frequentadores**. Sem mobilização de afetos, o discurso positivo em relação à importância da leitura torna-se inócuo, assim como, diante da presente pesquisa, é possível refletir que sem a mobilização de afetos, torna-se inócuo o discurso positivo em relação à importância das bibliotecas nacionais enquanto instituições responsáveis pela missão patrimonial.

Ainda refletindo sobre o potencial de afetar dos documentos e das instituições, é possível remeter também à Safatle (2015) e sua indicação de que as sociedades são, em um nível mais fundamental, **circuitos de afetos**. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades atribuem formas de força de aderência ao produzir afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida em detrimento de outras. Formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, elas precisam de determinados afetos para continuarem a se repetir, a imporem através dos modos de ordenamento o campo dos possíveis. É nesse sentido que, quando as sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outras formas, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos.

Para Safatle (2015) compreender o poder é uma questão de compreender seus modos de construir os **corpos políticos**, seus **circuitos de afetos** com regimes de implicações extensas, assim como, compreender o modelo de individualização que esses corpos produzem, a forma como ele nos implica. Se desejamos mudá-lo, é necessário começar a

²⁴ O autor aborda, especificamente, as bibliotecas especializadas, entretanto, a consideração parece pertinente para o caso das bibliotecas nacionais.

perguntar como podemos ser afetados de outra forma, é necessário estar disposto a forçar a produção de outros circuitos e de novas formas de individualização.

Mostafa (2012) apresenta a possibilidade de entrelaçar o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guatarri à Ciência da Informação (CI), a autora entende que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação teriam muito a ganhar ao se aproximarem da filosofia da diferença proposta por esses autores - possibilidade de novos mapas, novos percursos e novos encaminhamentos. Os autores, inspirados em Spinoza e Nietzsche, valorizam o **corpo** e o **encontro de corpos**; esses encontros acontecem no mundo em que vivemos, nesse sentido, quebra-se a visão platônica de mundo ideal e verdadeiro. Para a autora, trazendo o conceito de corpo e geofilosofia²⁵ para a CI, seria possível pensar a “informação” e o “documento” como corpos em movimento. Essa visão poderia contribuir, conforme ressaltado por Mostafa (2012), para que uma nova ética da informação não seja focada nos sujeitos ou na própria informação e suas agências institucionais, mas nos **encontros**, nos **movimentos** e nos **afetos**.

Diversos pensadores indicam que a modernidade é marcada por processos de individualização e alienação dos indivíduos em relação à dimensão coletiva e à própria dimensão política da existência. Sobre a individualidade, lembramos Walter Benjamin que ao abordar a experiência da agonia na modernidade se referia às consequências do modo de vida instaurado pelo capitalismo urbano e industrial, que abalaram as condições necessárias para uma experiência coletiva e compartilhada. Destruíram-se as tradições sedimentadas no grupo; o distanciamento das tradições comunitárias fortaleceu o individualismo moderno e contemporâneo, afunilando outras possibilidades de construções subjetivas (SIBILIA, 2016).

A experiência da mobilidade, até o final do século XIX, foi tornando o homem cada vez mais afastado dos demais, aprofundando uma “ética da indiferença” que revelava os impasses desse homem moderno - ao mesmo tempo em que precisava do outro para se constituir como sujeito, as condições do mundo em que vivia o afastava cada vez mais dessa relação com esse outro, com a cultura. A experiência da solidão e do desamparo marca o advento da modernidade e do sujeito moderno em todos os níveis: econômico, social, cultural e político (FONTENELLE, 2002).

²⁵ Geofilosofia: pensar a história a partir da relação entre o território e a Terra. Os autores sugerem que desloquemos nosso olhar da imagem dogmática do pensamento fundada na conhecida divisão entre “sujeito” e “objeto” - que supõe objetos fixos e uma consciência também fixa e que pode criar uma vontade de verdade capaz de enrijecer o pensamento e nossa relação com a vida. Pensar a relação entre o território e a terra permitiria pensar sobre os movimentos que esse encontro promove na terra, os constantes processos que os autores chamam de “territorialização”, “desterritorialização” e “reterritorialização”. Nietzsche, ao pensar pelo lado de fora do sujeito e do objeto teria criado essa geofilosofia trabalhada por Deleuze e Guatarri (MOSTAFA, 2012).

Silveira (2010) afirma que, nesse contexto, o conflito que começa a abater o homem gira em torno da sua capacidade de construir laços de sociabilidade que liguem sua história individual à história do grupo a qual ele se relaciona, estabelecendo configurações de interações que localizem ressonâncias na vida social. Tudo isso estaria associado ao questionamento do que significa pertencer culturalmente a uma coletividade e como esse sentimento nos determina enquanto sujeitos socialmente localizados e vinculados a um determinado contexto espaço-temporal.

Interessante trazer a definição de Latour (2012) para a noção de **social**. O autor remonta ao seu significado primitivo - *socius* - e capacitando-o a **rastrear conexões novamente**. A sociologia é definida como a busca de associações e conexões entre coisas que não são, em si mesmas, sociais. O social é, portanto, um ponto de chegada e não de partida para a compreensão dos fenômenos coletivos. **Nosso futuro político residiria na tarefa de decidir o que de fato nos une, na nossa capacidade de nos reassociar e reagregar**. De acordo com a ANT, dispersão, destruição e desconstrução não são objetivos a atingir e sim obstáculos a superar; todos os elementos heterogêneos precisariam ser reunidos de novo em uma dada circunstância. O mais importante seria descobrir novas instituições, conceitos e procedimentos capazes de **coletar e reagrupar o social** (LATOUR, 2012).

Ainda de acordo com Latour (2012), para registrar a percepção da crise dessa integração e acompanhar as novas conexões, outra noção de social precisaria ser descoberta: mais ampla do que a usualmente chamada por esse nome, ao mesmo tempo, estritamente limitada à busca de novas associações e ao esboço de seus agregados.

Curiosamente, em Latour (2000a) a potência das bibliotecas se vincula exatamente ao fato delas serem lugares **conectores** e **estruturadores**. Elas não estão isoladas, se ligam por mil fios ao vasto mundo, cujas propriedades e dimensões movimentam: são **redes de transformação**. Servem de intérpretes, intermediárias, encruzilhadas, *dispatcher*, distribuidoras, centrais telefônicas que regulam as relações e fazem chegar aos centros de

cálculo²⁶ por uma série de deslocamentos - redução e amplificação - uma quantidade cada vez maior de inscrições²⁷.

Diante do colapso do senso de integração do coletivo e das narrativas de crise das bibliotecas nacionais, o diálogo entre Latour, Frohmann e outros autores citados na seção, estimulam pensar a ressignificação da 'categoria bibliotecas nacionais' a partir da capacidade delas estabelecerem - mesmo diante das diferenças sociais, econômicas e políticas que apresentam - **mais conexões** e **novas associações**: entre si - enquanto categoria a ser **reagregada** e conectada; com o pensamento biblioteconômico-informacional - que possui importantes contribuições teóricas contemporâneas; com as subjetividades contemporâneas - cada vez mais multiculturais, dispersas e fluidas; e também com os diversos ambientes que atuam e que apresentam singularidades a serem consideradas.

Do mesmo modo, se existe uma adesão social construída pelas afecções, também é possível pensar, a partir do diálogo entre os autores, que as bibliotecas nacionais - por meio das práticas sociais documentárias - produzem e reproduzem circuitos de afetos. Dessa forma, ao voltarem a missão patrimonial menos para a acumulação dos signos e mais para a circulação e **conexão** dos mesmos ao mundo, as bibliotecas nacionais poderiam, potencializando encontros e afetos, participar ativamente na reassociação e reagregação do social.

Destacando a importância do desenvolvimento de coleções para as bibliotecas nacionais no contexto contemporâneo, a seção seguinte procura dar continuidade à discussão, abordando a importância das políticas de seleção serem pensadas, em um cenário informacional marcado pelo excesso, como transformadoras e mobilizadoras de afetos.

²⁶ Os centros de cálculo são como nós de uma rede extensa e se tornam pontos de convergência, passagem obrigatória, de inscrições vindas de diferentes periferias. O conceito de centro de cálculo se relaciona com o conceito de informação, já que é justamente a informação aquilo que nos permite conservar a forma sem nos embarçarmos com a matéria – os móveis imutáveis (ODDONE et al, 2000). A compreensão de um centro de cálculo está vinculada ao entendimento de um conjunto de redes de transformações que ligam cada inscrição ao mundo, e que ligam em seguida cada inscrição a todas as que se tornaram comensuráveis a ela pela gravura, desenho, relato, cálculo ou, mais recentemente, pela digitalização (LATOUR, 2000).

²⁷ A informação não é um signo, e sim uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição (LATOUR, 2000, p. 22). [...] Como elas devem ao mesmo tempo permitir a mobilidade das relações e a imutabilidade do que elas transportam, eu as chamo de 'móveis imutáveis', para distingui-las bem dos signos (LATOUR, 2000, grifo nosso, p. 36).

4.2 POLÍTICAS DE SELEÇÃO

Assmann (2011) mostra que no âmbito da memória cultural novos problemas se apresentam, entre eles, dois são importantes para pensar as bibliotecas nacionais e a missão patrimonial na contemporaneidade. O primeiro questiona onde acaba a coleta necessária e onde começa o esquecimento legítimo; o segundo questiona se a própria política conservadora de arquivamento é apropriada na era da eletrônica, em que tudo parece se relacionar com o princípio do permanente morrer e vir a ser. Mais do que responder essas questões, o que parece fundamental é provocá-las e, a partir disso, considerar a importância de políticas públicas que pensem a memória, também, como transformadora da realidade, como aquilo que leva à ação e não apenas como aquilo que devemos admirar enquanto olhamos para trás, soterrados pela sobrecarga de passados insuperáveis.

Lariviere (2000) no seu estudo sobre o depósito legal para a Unesco, afirma que em princípio todo material impresso é passível de conter um valor contemporâneo ou histórico. Mas, sem dúvida, é necessário reconhecer que a aquisição de todos os impressos poderia ser um processo incontrolável que impossibilitaria a gestão de tudo o que é recebido e conduziria a inclusão, do que Lariviere denomina de material “trivial e carente de valor”. Nesse sentido, é importante que nas etapas iniciais se determinem e se definam adequadamente os tipos de materiais passíveis de serem depositados e as consequências práticas dessas decisões. As disposições relativas à amplitude do material a ser coletado devem ser tomadas levando em consideração diversos fatores, como questões jurídicas e filosóficas (LARIVIERE, 2000).

Weinrich (2001) ao lembrar o conto “O rejeitador” de Heinrich Böll traz a figura de Ubia, personagem bastante ilustrativo da própria história das bibliotecas nacionais. Ubia tinha como tarefa selecionar a correspondência que chegava a uma firma de seguros e jogar fora o material supérfluo antes que ele chegasse às mãos dos funcionários da firma. O personagem era inicialmente um **coleccionador entusiasta**, até que um dia chegou a crise, e Ubia se transformou em um **seleccionador e rejeitador**. Em uma retrospectiva para os anos 50, entende-se como a parábola do rejeitador traz perspectivas para os problemas da informação enfrentados na atualidade. Vivemos em uma sociedade super-informada e parece que a sabedoria não consiste mais em adquirir informações, mas em saber quais delas rejeitar. Esse movimento exigiria o que Weinrich (2001) chama de uma arte do esquecimento.

Para pensar esse cenário, que Weinrich (2001) chama de super-informação, é interessante trazer a diferenciação entre dois tipos de memórias em Nietzsche (1998): uma que se vincula ao não-mais-querer-se-livrar e outra que se vincula ao não-mais-poder-livrar-

se. A memória do não-mais-querer-se-livrar se relaciona ao que Nietzsche chama de memória da vontade e ao esquecimento ativo, nesse caso, existe um desejo pelo não esquecimento, trata-se de “um prosseguir-querendo o já querido”. Já a memória do não-mais-poder-livrar-se, gera esse homem dispéptico, o homem do ressentimento - por não conseguir “dar conta” ele não consegue se livrar e acumula vivências e dores mal digeridas. A memória da vontade não gera ressentimento porque é algo que se faz ativamente, envolve o desejo pela lembrança.

Nietzsche ao explorar a imagem da digestão, desenvolve a tese da força positiva do esquecimento, se opondo assim, a uma consciência histórica excessiva que predominava no fim do século XIX. Digestão é uma imagem para o alívio da consciência e também para o escoamento de uma carga de memória que cresce a níveis abissais. A pessoa que vive com uma carga de memória sempre crescente e que não dá vazão periodicamente a essa carga é comparada por Nietzsche a alguém que sofre de dispepsia - pessoa com dificuldade de atingir objetivos, de dar conta das coisas. Historicismo, ociosidade e tédio são para o autor o resultado de distúrbios digestivos culturais (ASSMANN, 2011).

Além de Nietzsche, Bergson, Proust e Bachelard também ressaltam o caráter atualizador da memória e seu vínculo com a ação. Nesse sentido, é útil considerar que uma das funções da memória é a de atualizar as lembranças agindo - a memória constrói o real mais do que a resgata. Lembramos mais para agir do que para conhecer. Bergson é insistente nesse aspecto e afirma que a memória tem um destino prático, realiza a síntese entre passado e presente visando ao futuro, a memória contrai os momentos passados para deles se servir e para que isso se manifeste em ações interessadas. Nesse viés, **a memória carregaria um atributo ético, e refletiria sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais**. Não que essa interferência seja direta e voluntária sobre as ações e seus objetivos, fixando-os ou calculando-os previamente, mas atua no sentido essencialmente ético de induzir condutas, de interferir nas im(possibilidades) das ações (SEIXAS, 2001).

A memória vista como ligada à ação e à capacidade de construção do real parece ser exatamente a memória que nos afasta do ressentimento, que segundo Ansart-Dourlen (2004), nos suscita sintomas recorrentes, repetitivos, de natureza comumente obsessiva, onde o sujeito se torna incapaz de exteriorizar seus afetos. O ressentimento, ao nos remeter a um tempo repetitivo, gerador de pensamentos hostis, fantasmagóricos e vividos na impotência, nos afasta da possibilidade de uma memória imanente.

Segundo Huyssen (2014), o esquecimento ativo não tem sido objeto de desejo na cultura contemporânea. Pelo contrário, estaríamos contextualizados na obsessão pelo trauma e pela memória. O mundo estaria sendo **musealizado**, como se o objetivo fosse uma recordação

total, e as próprias estruturas da memória pública midiaticizada ajudam a compreender que nossa cultura está de algum modo tomada pelo medo do esquecimento (HUYSSSEN, 2000).

Também para Todorov (2000), o elogio incondicional da memória e a difamação ritualística do esquecimento se tornam problemáticos. É comum ouvirmos críticas às democracias liberais da Europa Ocidental ou da América do Norte, reprovando-as por contribuírem ao perecimento da memória e ao reinado do esquecimento. Inseridos no contexto em que o consumo de informações é cada vez mais desenfreado, estaríamos fadados à eliminação delas com igual rapidez; de maneira menos brutal, mas mais eficaz porque não provocaria nossa resistência. Nesse sentido, os Estados democráticos poderiam conduzir suas populações ao mesmo alvo dos regimes totalitários.

Para Fontenelle (2002) a necessidade de tudo arquivar e contar, a busca por uma permanência fetichizada das coisas, poderia ser pensada como uma outra face da descartabilidade provocada pelo excesso de objetos e informações a que nosso tempo chegou. A autora, pensando sobre o museu do McDonald's, questiona como a marca publicitária poderia ter se tornado um lugar de memória. A indicação é que a marca forneceria uma "ilusão de forma" em uma cultura que se tornou descartável. Não importa se acreditamos ou não na marca, basta sentirmos a existência do vazio que ela promete preencher, vazio provocado pela própria incapacidade dessa cultura ser o outro do sujeito, sem o qual é inviável pensar nas condições de possibilidade para a constituição desse próprio sujeito.

Apesar das inúmeras possibilidades de uso para a memória e para o esquecimento, Todorov (2000) fala de algo que parece relevante para a discussão da missão patrimonial: a memória não se opõe ao esquecimento, a memória é, na verdade, uma interação entre conservação e esquecimento; uma seleção: certos detalhes do acontecimento serão conservados, outros, afastados e esquecidos. Ressaltar a importância da seleção e a determinação dos critérios políticos com que ela é feita poderia nos levar em direção ao estabelecimento de políticas públicas de memória menos ressentidas.

Para Jacob (2000) Alexandria já havia nos deixado essa lição: as políticas de domínio da acumulação infinita, as tentativas de resumir, condensar, estruturar a memória e reforçar sua visibilidade são em si mesmas produtoras de seleção e de esquecimento.

Nesse contexto a colocação de Assmann (2011) é fundamental: os estados democráticos, que combateram a censura e que submeteram às leis do mercado o controle dos bens culturais, estão diante de uma nova tarefa e uma nova responsabilidade. Ao estado é atribuída a obrigação de conservação, mas, não necessariamente a de **seleção**; nesse sentido, o processo deve ser acompanhado de **discussões públicas** e deve ressaltar as necessidades de

uma sociedade cada vez mais **multicultural**. A seleção, a partir desses critérios multiculturais, parece fundamental para que as bibliotecas nacionais se adaptem ao contexto contemporâneo em que as subjetividades se constroem mais a partir de parâmetros mutáveis e flexíveis do que a partir de parâmetros fixos.

É nessa conjuntura que a figura de Ubia, o rejeitador, é tão pertinente - as escolhas do esquecimento são escolhas políticas, e cabe a nós provocar a discussão do que é necessário constar nas instituições de memória, quais são os esquecimentos desejados, quais nos direcionam à ação e à transformação do real, e quais nos soterram diante do excesso e da sobrecarga. Conforme Huyssen (2000, p. 37) “Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva [...]”.

Aqui, ao abordar as políticas de seleção e a tendência contemporânea de musealização das instituições, nos remetemos novamente à leitura das práticas sociais documentárias como mobilizadoras de afetos. Políticas de memória voltadas apenas para a acumulação compulsiva, que não consideram a importância da seleção, da circulação e da conexão dos documentos com o mundo, podem fazer com que afetos políticos como o ressentimento se expandam ainda mais em uma sociedade paralisada pelo excesso, pelo que deposita, não circula e, conseqüentemente, não encontra vazão afetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, estudar é sempre fazer política no sentido de reunir ou compor aquilo de que é feito o mundo comum. A questão delicada é decidir que tipo de reunião e que tipo de composição é necessário (LATOURE, 2012, p. 364)

A partir da leitura de Latour (2012) entende-se que o social é o que emerge das associações e, se existe a necessidade de estabelecer novas associações para que esse social seja reagregado, a pesquisa buscou provocar e realizar exatamente isso ao analisar a ‘crise’ das bibliotecas nacionais, instituições conceitualmente dispersas, a partir da ‘conexão’ da literatura referente a elas com a literatura referente à epistemologia do pensamento biblioteconômico-informacional.

Mediante esse diálogo e esse pensar em rede, é possível especular sobre movimentos de repercussão e encadeamento. O paradigma custodial do pensamento biblioteconômico-informacional, voltado para o acervo, dominante desde finais do século XVIII até meados do século XX, desempenha papel tão marcante na construção funcional e identitária do modelo mais clássico das bibliotecas nacionais - instrumentos e signos de poder dos Estados nacionais - que a dificuldade de ‘desligá-lo’ dessas instituições parece ser uma das principais fontes de controvérsias. A missão patrimonial é identificada, de modo recorrente, como um dos principais elementos de crise, ainda assim, aparece na literatura do século XXI, por meio da abordagem mais contemporânea do desenvolvimento de coleções, como a missão principal e ‘identificadora’ dessas instituições. A análise indica que a partir da dificuldade em executarem a função patrimonial e diante dos regimes de informação que pressionavam por mudanças - as bibliotecas nacionais foram caminhando para estratégias de acumulação de funções e não, efetivamente, para uma desvinculação identitária da missão patrimonial. Além disso, apesar dessa missão aparecer como essencial e ‘identificadora’, nos discursos do século XX e XXI, ela vai sendo desvinculada do seu caráter político.

A literatura referente às bibliotecas nacionais no século XX é marcada por discussões identitárias e funcionais fundamentais, entretanto, essas discussões não aparecem de modo progressivo e resolutivo; os discursos, conforme afirma Foucault, são descontínuos. Dessa forma, compreende-se que as movimentações de repercussões e encadeamentos entre as bibliotecas nacionais e o pensamento biblioteconômico-informacional são especulativas, visto que tanto a ciência quanto as instituições são perpassadas por diversas relações complexas que extrapolam o ‘corte’ da rede proposto na pesquisa.

Entre as possíveis repercussões das movimentações do pensamento biblioteconômico-informacional no cenário das bibliotecas nacionais, destaca-se a Documentação de Otlet e La Fontaine, que pode estar relacionada com a ampliação, a partir da década de 50 do século XX, das discussões relativas ao **papel social** das bibliotecas nacionais, assim como, à necessidade de cooperação/coordenação das atividades bibliotecárias. Entretanto, novamente, essas movimentações são descontínuas, por exemplo, a definição da Conferência Geral da Unesco de 1970 reafirma que a identidade ‘adequada’ às bibliotecas nacionais era a clássica ‘biblioteca depósito’ em oposição aos questionamentos fomentados no Congresso de Viena (1958) que propunham uma posição mais aberta e participativa para essas instituições - essa significativa alteração na abordagem talvez já esteja relacionada com a repercussão de outro paradigma; nesse momento, do paradigma físico da CI, quando a epistemologia social dá lugar às abordagens teóricas orientadas para o mecanismo informacional.

A partir da análise do cenário do pós-Segunda Guerra, a pesquisa indica uma possível vinculação entre os elementos relacionados ao estabelecimento da CI e os elementos relacionados às narrativas de crises das bibliotecas nacionais, entre eles: o aumento da produção qualitativa e quantitativa de profissionais no campo das ciências e tecnologia; a maior aderência dos pesquisadores às bibliotecas especializadas e aos centros de documentação e o crescimento exponencial das publicações científicas.

A perspectiva de abertura das bibliotecas nacionais para um público mais amplo, na década de 70 até o final da década de 90, é bastante complexa; talvez essa complexidade esteja relacionada com a influência do paradigma cognitivo da CI. As críticas de importantes autores a esse paradigma, que indicam que ele, por não abordar aspectos sociais, segue interesses restritos de grupos particulares e individuais - encontram ressonância na literatura fomentada pela IFLA, no final do século XX, referente às bibliotecas nacionais. Por um lado, os discursos de Sylvestre (1987), Line (1989) e Cornish (1991) ressaltam a importância das bibliotecas nacionais se dirigirem aos seus usuários e considerarem as necessidades informacionais dos mesmos; por outro lado, as prerrogativas de limitação do acesso a essas instituições são ‘compreendidas’ como estruturais. Dessa forma, as contradições do processo de produção social não são problematizadas e reverberam as críticas feitas por Mostafa (1985) a uma biblioteconomia não crítica.

A partir da análise desenvolvida, indica-se que as controvérsias que ligam as bibliotecas nacionais a narrativas de crises repercutem com problemáticas da própria CI, identificadas por relevantes autores, principalmente até o final do século XX: a visão dualista entre a pesquisa prática e a reflexão epistemológica; o afastamento do debate político e a

priorização dos aspectos técnicos; deslocamento das questões informacionais do âmbito político-estatal em direção ao âmbito da economia e do mercado.

Também a partir do diálogo com a epistemologia do campo, a pesquisa sinaliza que a produção teórica contemporânea, principalmente o paradigma pragmático social, por meio do conceito de regime de informação - utilizado para articular a pesquisa - pode trazer importantes contribuições nas análises das questões políticas, econômicas e socioculturais que perpassam as bibliotecas nacionais e as associam às crises.

Aliás, a pesquisa identifica que esse tipo de abordagem - das questões políticas, econômicas e socioculturais que afetam as bibliotecas nacionais - não recebe destaque no recorte da literatura analisada da IFLA sobre as BN's (final do século XX e início do século XXI). Pelo contrário, as pesquisas que vêm sendo fomentadas e que foram analisadas, avançam em caminhos prioritariamente pragmáticos e técnicos. Da mesma forma, as classificações das bibliotecas nacionais são desde o século XX (pós-Guerra) até o século XXI predominantemente funcionais e 'conciliativas'. Como afirma Frohmann (1995), o foco em problemas instrumentais desvia a atenção sobre como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como a dominação da informação é alcançada e mantida por grupos específicos. No caso das bibliotecas nacionais isso parece ocorrer e gerar consequências, o foco em problemas instrumentais deixa questões políticas sem respostas substanciais na literatura analisada: "para que servem as bibliotecas nacionais?" e "para quem elas servem?": para um público seletivo de pesquisadores, para o público em geral (como alguns governos demandam) ou são para elas mesmas - estão lá porque estão lá e nenhuma outra justificativa se faz necessária?²⁸

Em uma análise mais ampla, as narrativas de crises das bibliotecas nacionais se vinculam às narrativas de crises do próprio projeto modernizador e de suas instituições, ao declínio das engrenagens disciplinares. Se as bibliotecas nacionais pareciam cumprir papéis condizentes com o projeto de sociedade civilizatória e disciplinar em vigência até meados do século XX - se estabeleciam como dispositivos consideravelmente coerentes e funcionais, aderentes à formação identitária cidadã, estatal ou pedagógica - elas passam, a partir do pós-Segunda Guerra, juntamente com outras instituições modernas, a terem suas funções e importância constantemente questionadas.

Com a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e a consequente alteração das relações entre estado nacional e mercado, as bibliotecas nacionais lidam

²⁸ Essas questões são persistentes na obra de Maurice Line (2001)

diretamente com a influência dos interesses mercadológicos nas políticas informacionais. Dessa forma, se nas pesquisas mais recentes da IFLA, por meio dos estudos de Stephens (2016) e Landry (2017), é possível identificar que as tecnologias digitais são apostas centrais das bibliotecas nacionais para se ressignificarem na contemporaneidade, a análise indica a necessidade das abordagens irem além dos aspectos técnicos - que predominam na literatura analisada - e discutir questões políticas relativas aos impactos do crescimento do poder dos monopólios de comunicação e informação de base econômico-tecnológica, assim como, as relações de poder envolvidas no acesso à informação em ambientes digitais. A tecnologia que promete ressignificar muitas bibliotecas nacionais de países economicamente desenvolvidos pode ser também a responsável por aumentar ainda mais as disparidades funcionais e de poderio entre essas instituições. Dessa forma, torna-se necessário que as bibliotecas nacionais, ao estabelecerem suas políticas de informação, considerem as barreiras envolvidas no acesso ao digital, identificadas por Capurro (2001). É preciso digitalizar, mas é preciso também discutir democratização de acesso em um contexto político e econômico em que interesses privados e públicos estão, em múltiplas relações de poder, sendo constantemente negociados.

É possível relacionar os processos de comodificação, aceleração, descartabilidade e dispersão - aprofundados a partir dos avanços da globalização e da ética neoliberal - com diversos elementos identificados nas narrativas de crise das bibliotecas nacionais: acumulação funcional; dispersão e fragilização conceitual; e a dificuldade em executarem a missão patrimonial.

A partir da identificação da permanente importância da missão patrimonial para as bibliotecas nacionais, a pesquisa indica que diante de um cenário em que a produção e o uso informacional - assim como as identidades institucionais e as subjetividades - são vinculadas aos ritmos acelerados da produção e descartabilidade capitalista, torna-se ainda mais urgente discutir as políticas de seleção e de desenvolvimento de coleções nessas instituições a partir dos enfoques críticos dos regimes de informação que relacionam informação, política e poder. Assim como, a partir da perspectiva de uma memória que carrega um atributo ético e reflete sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais.

Também nesse contexto, destaca-se a afirmação de Assmann (2011) de que os processos de seleção devem ser acompanhados de discussões públicas e devem ressaltar as necessidades de uma sociedade cada vez mais multicultural. As possibilidades das políticas de desenvolvimento de coleções incluem discussões públicas e perspectivas mais multiculturais se vinculam também ao entendimento do ciclo documentário, a partir de Frohmann e González de Gómez, como algo mais abrangente - ele não está restrito ao âmbito de uma

unidade de informação e as relações entre documento e informação não podem ser entendidas isoladamente.

Os diálogos entre Latour, Frohmann e outros autores que abordam os aspectos éticos da memória, estimulam uma leitura das práticas sociais documentárias como transformadoras, conectoras e mobilizadoras de afetos, dessa forma, a pesquisa indica que essa abordagem poderia fornecer uma visão mais potente para a missão patrimonial e para o desenvolvimento de coleções no cenário político contemporâneo em que, segundo Silveira (2010), o conflito que abate o homem se relaciona com a sua capacidade de construir laços de sociabilidade que liguem sua história individual à história do grupo a qual ele se relaciona.

Para Gerolami (2009) não existiria uma biblioteca ideal para a qual retornar, ao contrário, deveríamos desenvolver novas ferramentas para resistir às novas formas de dominação que crescem no século XXI. A biblioteca é uma instituição que pode ser melhor entendida não pelas normas que reproduz, mas pelas formas de resistência que sustenta ao longo do tempo. Nesse sentido, para sustentar formas de resistência, torna-se fundamental inserir as bibliotecas nacionais em discussões políticas, que as desafiem a participar mais ativamente na construção e reagregação do **social** - conectando e afetando amplamente pessoas, lugares e documentos. As perspectivas das redes e da 'conéctica' advertem que ciência, memória e sociedade devem ser reagregadas, e que as bibliotecas nacionais podem desempenhar papéis fundamentais nessa reagregação ao ressignificarem sua clássica missão de depositária - ao voltá-la menos à acumulação dos signos e mais à circulação e conexão dos mesmos ao mundo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005.

AGUIAR, Leila Bianchi. Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais. **Conhecimento & Diversidade**, v. 7, n. 13, p. 79-89, 2015.

ALESSI, Gil; ROSSI, Marina. O descaso que corrói o patrimônio, de parque arqueológico à casa de Santos Dumont: equipamentos culturais e científicos são vítimas preferenciais da crise. Veja exemplos pelo país. **El país**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/politica/1536002917_439429.html>. Acesso em: 4 set. 2018.

ANSART-DOURLEN, Michèle. O Ressentimento: as modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP, p. 351-369, 2004.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da informação**, v. 32, n. 3, 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação em Pauta**, v. 2, n. 2, p. 9-34, 2017.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. **Apropriações de Bruno Latour pela ciência da informação no Brasil**: descrição, explicação e interpretação. Belo Horizonte, 2009. 139f. Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

BARROS, Moreno. A imagem da biblioteca: lobby e relações públicas para bibliotecas. *In*: **BIBLIOTECÁRIOS sem fronteira**. Disponível em: <<https://bsf.org.br/2010/04/12/bibliotecas-lobby-hannelore-vogt-ufrrj-goethe/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BENITES, Afonso. Orçamento para lavar carros de deputados é quase três vezes maior que o do Museu Nacional: nos últimos cinco anos, gastos da União com o Museu Nacional caíram seguidamente. Agora, gestão Temer promete ajuda de 10 milhões. **El País**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/politica/1536015210_491341.html>. Acesso em: 4 set. 2018.

BEZERRA, Emy Pôrto et al. **Regime de informação**: abordagens conceituais e aplicações práticas. *Em Questão*, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL (França). Missions et projets de la BnF. **Contrat de performance**. 2017. Disponível em:
<http://www.bnf.fr/fr/la_bnf/missions_bnf/s.contrat_performance.html?first_Art=non>.
Acesso em: 31 maio 2018.

BOFF, Adelaide Bersch. Da norma à vida: a violenta padronização do ethos. *In*: MARTINS, Jasson da Silva (org.). **Ética, política e direito: inflexões filosóficas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008. p. 189-204.

BOURGEOIS, Pierre. Introduction to the Symposium on National Libraries in Europe. *In*: UNESCO. UNESCO SYMPOSIUM ON NATIONAL LIBRARIES IN EUROPE, Vienna, 8-27 September, 1958: final summary report. Paris: 1958.

BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan Leigh. **Sorting things out: classification and its consequences**. Massachusetts, MA : MIT, 2000. 377 p.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; LOUREIRO, José Mauro Matheus; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma reflexão histórico-epistemológica da perspectiva social no campo da Ciência da Informação. **Investigación bibliotecológica**, v. 29, n. 65, p. 137-159, 2015.

BRAULT, Jean-Rémi. A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 1998.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, v. 11, n. 1, 2010.

CAPURRO, Rafael. Contribuições para uma ontologia digital. *In*: ____ **O que é metafísica**. Oscar Federico Bauchwitz e Jaimir Conte (Orgs.) 2011, p. 321-337.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. *In*: FLORIDI, L. Ethics in the Infosphere. **The Philosophers' Magazine**, v. 6, p. 18-19, 2001. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *IN*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003.

CAPURRO, Rafael. **Digital ethics**. Texto apresentado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da UFRJ, Rio de Janeiro (Brasil), 24 de março de 2010. Disponível em:
<<http://www.capurro.de/korea.html>>. Acesso em: jun. 2017.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information as we use in everyday. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CASTAÑO, Cecilia. La segunda brecha digital. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 125 (Jan./mar., 2009), p. 175-179.

CAZELOTO, Edilson et al. **A inclusão digital e a reprodução do capitalismo contemporâneo**. 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2007.

CORNISH, Graham P. **The role of national libraries in the new information environment**. Paris: Unesco, 1991. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000088675>>. Acesso em 15 jan. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Editora Companhia das Letras, 2010.

DAY, Ronald E. **The modern invention of information: discourse, history, and power**. SIU Press, 2001.

DE MATTOS, Fernando Augusto Mansor; SANTOS, Bruna Daniela Dias Rocchetti. Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. *Information society and digital inclusion: a critical analysis*. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 1, 2009

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In: CONVERSACÕES: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Cours Vincennes 14/01/1974**. Acesso em: 18 maio de 2019. Disponível em: <<https://www.webdeleuze.com/textes/175>>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs-vol.1**. Editora 34, 2000.

DODEBEI, Vera; GRINGS, Luciana. Bibliotecas nacionais: memória, história, conceitos. 2015. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 16, 2015. João Pessoa, PB.

FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 208-226, 2011.

FERRANDO, Thays Lacerda; DE FREITAS, Lidia Silva. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB)*, 18, 2017.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável.** Fapesp, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder:** organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE*, 23, 1995, Edmond, Alberta. Proceedings... Alberta, 1995. Disponível em: <<http://faculty.fims.uwo.ca/frohmann/BFhome/Documents/TAKING%20INFORMATION%20POLICY%20BEYOND%20INFORMATION%20SCIENCE.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FROHMANN, Bernd. Cyber ethics: bodies or bytes? **The International Information & Library Review**, v. 32, n. 3-4, p. 423-435, 2000.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7, 2006.

FUENTES ROMERO, Juan José. Bibliotecas nacionales y sociedad del conocimiento: perspectivas de futuro. **Revista Interamericana da Biblioteca de Medellín**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 135-156, jul./dic. 2005.

FUENTES ROMERO, Juan José. **Las bibliotecas nacionales:** un estado de la cuestion. Madrid: Trea, 2003.

FURTADO, Joaci Pereira. A morte da biblioteca? O lugar do livro e do leitor na era da dispersão. **Visualidades**, v. 13, n. 2, 2015.

GEROLAMI, Natasha. **The Library in the Society of Control.** University of Western Ontario, London, ON. 2009. Disponível em: <<http://www.caisacsi.ca/ojs/index.php/cais/article/viewFile/121/516>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GONÇALVES, Daniel Luis Cidade. **Foucault:** da resistência ao poder à prática refletida da liberdade. 2012. 216 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 2, p. 01-21, 2009a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. In: ENANCIB, João Pessoa, 2009. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3133/2259>>. Acesso em: jun. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**. Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 22, n. 3, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: _____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. pp. 155-176.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IFLA. **About the National Libraries Section**. 2018. Disponível em: <<https://www.ifla.org/about-the-national-libraries-section>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). Telecommunication Development Bureau. **ICT facts and figures 2016**. Geneva, June 2016. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

JACOB, Christian. Introdução. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, Celso Pereira de. **Imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Recuando as fronteiras das origens da documentação no Brasil: o papel de Manoel Cícero Peregrino da Silva na Biblioteca Nacional**, 2016. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2016.

JUVÊNIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 184-204, 2015.

LANDRY, Patrice. **National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions**. Paper presented at: IFLA WLIC 2017 – Wrocław, Poland – Libraries. Solidarity. Society. in Session 223 - National Information and Library Policy Special Interest Group. Disponível em: <<http://library.ifla.org/1722/1/223-landry-en.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LARIVIERE, J. **Legislación sobre depósito legal: directrices**. Edición revisada, aumentada y actualizada de la publicación de 1981 de la Dra. Jean Lunn. Paris: Unesco, 2000. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/national-libraries/publications/guidelines-for-legal-deposit-legislation-es.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, c1994. 149p.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000a. p.21-44.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2000b.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LINE, Maurice B. Changing perspectives on national libraries: a personal view. **Alexandria**, v. 13, n. 1, p. 43-49, 2001.

LINE, Maurice B. **National library and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries**. Paris: Unesco, 1989. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000083426>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOR, Peter Johan; SONNEKUS, Elizabeth, A.S. **Guidelines for legislation for national library services**. Paris: Unesco, 1997.

LUCRO do facebook cresce 177% em 2016. **Tele.sintese**: portal de telecomunicações, internet TICs, [São Paulo], 01 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/receita-facebook-cresce-57-em-2016/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Interciência, 2000.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

MOSTAFA, S. P. Gilles Deleuze e a Ciência da Informação. In: José Eduardo Santarem Segundo; Marcia Regina da Silva; Solange Puntel Mostafa. (Org.). **Os Pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2012, p. 110-125.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar.1984.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Vicente. Banqueiros exigem demissão de reitor da UFRJ para dar dinheiro a museu. 2018. In: **Correio Braziliense**. Disponível em: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/banqueiros-exigem-demissao-de-reitor-da-ufrj-para-dar-dinheiro-museu/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ODDONE, Nanci Elizabeth et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. **Informare: Cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação**, v. 6, n. 1, p. 29-43, 2000.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; PORTO, Cristiane de Magalhães. **Educação e teoria ator-rede: fluxos heterogêneos e conexões híbridas**. Ilhéus (BA): Editus, 2016.

P., Fernando. O Lobby na biblioteca pública. In: **Tecnologias e Ciências da Informação**. Disponível em: <<http://tci.fernandop.info/o-lobby-na-biblioteca-publica/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

PAULA, Chico de. Entrevistas: É desrespeitoso discutir o depósito legal sem incluir a Biblioteca Nacional. In: **Biblioo**. Disponível em: <<http://biblioo.cartacapital.com.br/e-desrespeitoso-rediscutir-o-deposito-legal-sem-incluir-a-biblioteca-nacional/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

PEDRO, Rosa. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: VII ESOCITE – Jornadas Latino – Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, Rio de Janeiro, 2008. Anais eletrônicos...Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/resumos/36356.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RODRIGUES, Marcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, v. 21, n. 2, 2015.

SÁ, Fábio Teixeira de. Museu nacional: um projeto civilizatório que fracassou. **El país**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/opinion/1536019103_930470.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALDANHA, Gustavo Silva. Humano inumano pós-humano: o homem na, da e para a Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, v. 6, n. 3, p. 87-107, 2013a.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da 'neodocumentação'. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun., 2013

SALDANHA, Gustavo Silva. O que é nuvem? Cartas à biblioteca que vem. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 3-27, 2017.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SATURNINO, Rodrigo. **O capitalismo digital e a mundialização da economia**. Artigo elaborado a partir de uma aula ministrada no Curso de Atualização Comunicação, Novos Media e Práticas Online no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em:

<https://www.academia.edu/8470874/O_capitalismo_digital_e_a_mundializa%C3%A7%C3%A3o_da_economia>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível, v. 2, p. 37-58, 2001.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 51, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da. A ciência da informação e a transição paradigmática. Rendón Rojas MA, coordenador. **El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información**: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes. México: UNAM, 2013.

SILVA, Shirlene L. da. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão**: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 2007. 253f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca, memória e identidade social. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 6, n. 1, 2010.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**, edição bilíngue . Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2008.

STEPHENS, Andy. Functions, tasks and roles of national libraries in the 21st century. **Alexandria**, v. 26, n. 2, p. 145-198, 2016.

SYLVESTRE, Guy. **Guidelines for national libraries**. Paris: Unesco, 1987. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000076173>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

TODOROV, Tzvetan. **Mémoire du mal, tentation du bien**. Enquête sur le siècle. Paris: Laffont, 2000.

TONUS, Mirna; GURÃO, Bruno Fonseca; DA SILVEIRA, Diego Soares. Tecnofobia x tecnoutopia: o equívoco simétrico. **Revista ECO-Pós**, v. 20, n. 1, p. 241-255, 2017.

TRIGO, Luciano. Biblioteca Nacional: um lugar de encontro de saberes. In: **Biblioteca nacional**. São Paulo: Banco Safra, 2004.

TYULINA, Natalia. National libraries. In: **Encyclopedia of library and information science**. New York: CDC Press, 1976. v. 19, p. 94-113.

UNESCO. **Recommendation concerning the International Standardization of Library Statistics**. Paris: Unesco, 1970. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046.page=137>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

WAINWRIGHT, E .The national library in an electronic age: dinosaur or catalyst? **Alexandria**, ano 5, n. 2, p. 111–118, 1993.

WEINRICH, Harald. Armazenado, quer dizer, esquecido? In _____. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SANTOS, André Leonardo Copetti. Michel Foucault e a arqueologia/genealogia do poder: da sociedade disciplinar à biopolítica. **Revista Quaestio Iuris**, v. 9, n. 1, p. 405-424, 2016.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueo-genealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 19-22 nov. 2006, Marília. Anais... Marília, SP: Ancib, 2006. 11 p. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=262> >. Acesso em: 25 fev. 2019.

APÊNDICE A - FUNÇÕES NO SÉCULO XX

AUTORES/ENTIDADES/ EVENTOS	FUNÇÃO DEPOSITÁRIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES	OUTRAS FUNÇÕES
PANIZZI (Início do século XX)	EXAUSTIVA: A MAIOR amplitude nas aquisições de obras impressas, em todas as áreas do conhecimento, de todas as nações e de todas as línguas	
REVISTA LIBRARY TRENDS (1955)	EXAUSTIVA: Acumular a produção intelectual; captar TODOS os tipos de suportes e formatos documentários que contenham conhecimento e informação; funcionar como centros receptores do depósito legal e agências de registro das publicações nacionais; adquirir porções significativas de literatura estrangeira de cada campo e disciplina	1) cooperar com outros países; 2) gerir suas relações com outras agências de governo; 3) compilar bibliografias nacionais correntes; 4) disponibilizar catálogos coletivos
COLÓQUIO DE VIENA (1958) UNESCO	EXAUSTIVA: Coletar a literatura nacional (a MAIOR amplitude nas aquisições de obras impressas, em todas as áreas do conhecimento, de todas as nações e de todas as línguas); preservar e ampliar as coleções de livros estrangeiros	<u>Primordiais:</u> 1) editar periodicamente a bibliografia nacional; 2) estabelecer um centro de informação bibliográfica, responsável pelo desenvolvimento de catálogos coletivos de livros e periódicos; 3) disponibilizar as autoridades utilizadas para o público; 4) impressão de catálogos; 5) difusão de informação sobre a biblioteca; 6) atendimento ao público, com apoio de rádio e televisão. <u>Não primordiais:</u> 7) impressão de fichas catalográficas e índices de assuntos, 8) criação de centros de intercâmbio internacional; 9) capacitação de bibliotecários e captação dos materiais necessários a esta capacitação; 10) biblioteca deveria também abrigar uma entidade associativa dos bibliotecários em nível nacional, que deveria ser associada à IFLA. Fonte: (DODEBEI; GRINGS, 2015)
CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO (1970)	EXAUSTIVA: Aquisição e conservação de TODAS as publicações significativas impressas no país - que funcionem como bibliotecas de depósito em virtude de disposição sobre depósito legal ou outras exigências legais; posse e manutenção atualizada de uma ampla e representativa coleção de literatura estrangeira, incluindo livros sobre o país;	1) produção da bibliografia nacional; 2) centro nacional de informação bibliográfica: compilação de catálogos coletivos e publicação da bibliografia nacional retrospectiva
UNESCO (1975) - Conferencia Intergubernamental sobre Planificación de Infraestructuras [...]	COOPERAÇÃO/COLABORAÇÃO: Coordenação da aquisição de materiais por meio da cooperação com outras bibliotecas do país; participação no empréstimo bibliotecário e abertura para a possibilidade de desenvolvimento de outras formas de colaboração	
HUMPHREYS (1987)	A NOTÁVEL e CENTRAL coleção de literatura de uma nação; Depósito legal; Cobertura de literatura estrangeira;	1) publicação da bibliografia nacional; 2) Centro Nacional de Informação Bibliográfica: publicação de catálogos; 3) exposições
LINE (1989) - IFLA - National and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries.	Coleção e conservação das publicações de interesse ou relevância nacional - uma completa coleção de material publicado por/relativo ao país	1) necessidades bibliográficas (criação e acesso aos registros das publicações); 2) ACESSO às publicações (tanto acesso presencial quanto remoto); 3) Intercâmbio de publicações; 4) ACESSO à informação (tanto informação primária, processada ou guias de informação); 5) Troca de publicações excedentes 6) serviços às bibliotecas e unidades de informação (catalogação e outros serviços); 7) liderança e atenção às bibliotecas e unidades de informação; 8) planificação e coordenação; 9) Educação e treinamento para o trabalho de biblioteca e informação 10) Pesquisa e desenvolvimento de pesquisa
CORNISH (1991) - IFLA	Manter a coleção de materiais produzidos dentro ou referente ao país em que a biblioteca está situada; manter uma coleção extensa de publicações estrangeiras; receber materiais mediante legislação de depósito legal; conservar o patrimônio nacional impresso; fazer com que as coleções fiquem DISPONÍVEIS a nível nacional; atuar como arquivo da nação para materiais não publicados;	1) bibliografia nacional; 2) proporcionar uma liderança nacional para temas bibliotecários e de informação; 3) ser o núcleo da biblioteconomia e o motor mais importante do desenvolvimento bibliotecário; 4) proporcionar um sistema nacional de informação que facilite o desenvolvimento econômico e social a níveis pessoais como nacionais; 5) proporcionar um ponto central para um sistema internacional de fornecimento de documentos; 6) atuar como recurso nacional para materiais não impressos; 7) fornecer serviço nacional de referência; 8) criar um ponto central de coordenação para a investigação na área de biblioteconomia e informação; 9) prover um serviço nacional para pessoas com deficiência
LOR; SONNEKUS (1997)	1) Coleção e preservação das publicações de interesse ou relevância nacional	Tem como referência o esquema funcional de Line (1989); mas classifica as funções entre: a) funções relacionadas com o patrimônio; (b) funções relacionadas com a infra-estrutura (ou capacitação nacional para bibliotecas e serviços de informação); c) Funções relacionadas com um serviço nacional abrangente.

Fonte: Elaboração própria a partir de: FUENTES (2003; 2005); (DODEBEI; GRINGS, 2015)

APÊNDICE B - LEVANTAMENTO STEPHENS (2016)

STEPHENS, Andy. Functions, tasks and roles of national libraries in the 21st century. Alexandria, v. 26, n. 2, p. 145-198, 2016. Legenda: * = tradução nossa		
A - Desenvolvimento de Coleções: "A notável e central coleção de literatura de uma nação. A tarefa fundamental de uma biblioteca nacional, e aquela que, mais do que qualquer outra, dá o caráter de identificação dessas instituições. Adquirir, preservar e tornar acessíveis todas as publicações significativas de um país e também os documentos não publicados (como manuscritos) que possuem interesse e importância nacional (há registros públicos que são da responsabilidade dos arquivos nacionais)".*		
	Depósito legal	"Os governos nacionais devem idealmente garantir que, através do depósito legal, publicações de diversos assuntos, formas e línguas - a impressão nacional total - sejam adquiridas, preservadas e acessadas por meio da Biblioteca Nacional. O depósito legal garante a coleta e a preservação do patrimônio cultural e assegura o acesso a ele em perpetuidade".*
	Depósito legal de material eletrônico	"Sistemas legais de depósito legal existem na maioria dos estados para trabalhos impressos. No entanto, recursos de produção intelectual e expressão criativa estão sendo cada vez mais produzidas, distribuídas, acessadas e mantidas em formato digital. Sem as devidas disposições legais, técnicas e estruturas institucionais para garantir a proteção desse patrimônio digital, ele corre o risco de ser perdido para sempre. Na era digital, a fim de evitar um "buraco negro digital" nos arquivos, é imperativo que o depósito legal se estenda às publicações eletrônicas para garantir a preservação da memória do século 21".*
	Literatura estrangeira	"Algumas bibliotecas nacionais têm a tarefa de coletar material estrangeiro relacionado ao seu país de atuação. Na maioria dos países desenvolvidos, a biblioteca nacional adquire e mantém grandes coleções de literatura estrangeira - em vários campos de pesquisa - para fornecer serviços de referência para os pesquisadores da nação ou para complementar as coleções de outras bibliotecas. O mandato das aquisições de bibliotecas nacionais é influenciado pelas prioridades de pesquisas nacionais, a disponibilidade de outras coleções no quadro de provisão nacional, e a disponibilidade de material através de fontes alternativas, por exemplo, online".*
B - Gerenciamento de coleções (Collection management): Não há definição específica no artigo		
	Catalogação/criação de metadados	"Segue-se da tarefa fundamental das bibliotecas nacionais de criar a excepcional e central coleção da literatura de uma nação, que elas (as BNs) carregam uma igualmente fundamental obrigação de fornecer um histórico nacional dos feitos intelectuais e criativos de uma nação e de assegurar a preservação da cultura nacional documentada para a posteridade e para a transmissão da herança nacional pelo seu armazenamento e tornando-a disponível agora e para as gerações futuras".*
	Preservação e conservação	"As bibliotecas nacionais devem desenvolver e implementar programas de conservação para garantir a preservação de suas próprias coleções, e deve apoiar e sustentar a capacidade e especialização de outras bibliotecas. As bibliotecas nacionais devem tomar medidas para reconciliar as necessidades dos leitores e pesquisadores atuais e das gerações futuras".*

C - Making collections accessible (Possibilitando o acesso às coleções): Não há definição específica no artigo		
	Bibliografia nacional	"Todos os países devem ter uma agência bibliográfica nacional - geralmente uma divisão da biblioteca nacional. Sua primeira prioridade deve ser a compilação da bibliografia nacional atual - os recursos devem possibilitar a compilação de uma bibliografia nacional retrospectiva. A agência bibliográfica nacional deve promover e monitorar o uso de ISBN, ISSN, ISNI e outros sistemas de numeração bibliográfica padrão, também deve manter o controle de autoridades, assuntos e nomes . A agência bibliográfica nacional deve distribuir os metadados produzidos em outros países e distribuir no exterior os metadados relativos à impressão nacional ”.*
	Catálogo coletivo nacional	"As bibliotecas nacionais devem facilitar o acesso aos recursos da biblioteca do país, criando e mantendo um catálogo coletivo nacional com vista a agilizar o empréstimo entre bibliotecas (interlending)".*
	Serviços de leitura no local	"Os serviços locais prestados pelas bibliotecas nacionais devem se assentar em instalações adequadas, como salas de leitura, serviços de cópia, catálogos, materiais de referência, acesso à Internet, acesso a bases de dados etc., e receber apoio de profissionais qualificados para auxiliar os usuários no uso otimizado das coleções da biblioteca, das coleções complementares e outros recursos".*
	Interlending (Empréstimos entre bibliotecas) e remote document supply services (serviços remotos de fornecimento de documentos)	"As bibliotecas nacionais devem emprestar de suas coleções itens adequados para empréstimos. Também devem emprestar para bibliotecas estrangeiras e devem pegar emprestado de bibliotecas estrangeiras materiais necessários aos seus usuários nacionais ”.*
	Digitalização em massa	Não há definição específica no artigo
	Digitalização especializada	Não há definição específica no artigo
	Website	Não há definição específica no artigo
D - Interpreting the collections (Interpretando as coleções): Não há definição específica no artigo		
E - Serviços e suporte para pesquisadores: Não há definição específica no artigo		
F- Serviços e suporte para negócios: Não há definição específica no artigo		
G - Serviços para outros grupos: Não há definição específica no artigo		
	Serviços para pessoas com deficiências	“As bibliotecas nacionais devem fornecer serviços individualizados para leitores com deficiências; elas devem, pelo menos, tentar coordenar esses serviços quando eles estiverem disponíveis em outras bibliotecas ou instituições especializadas dentro do país ”.*
	Serviços para editores	Não há definição específica no artigo
	Outros	Não há definição específica no artigo
H - Exibições, eventos e outras atividades culturais: "As bibliotecas nacionais devem organizar exposições permanentes e especiais para ilustrar as conquistas e realizações científicas do país e do mundo".*		
I - Atividades educacionais: Não há definição específica no artigo		

J - Atividades comerciais: Não há definição específica no artigo		
	Publishing (Editoração)	Não há definição específica no artigo
	Licenciamento, livrarias e outros varejos	Não há definição específica no artigo
<p>K - Liderança, parceria e cooperação dentro do sistema nacional de bibliotecas: "As bibliotecas nacionais não devem funcionar isoladamente; elas devem desenvolver boas relações de trabalho com outras bibliotecas, grandes e pequenas, se quiserem desenvolver e coordenar serviços nacionais eficientes. Em alguns países, a biblioteca nacional tem a responsabilidade estatutária por outras bibliotecas e exerce um grande controle sobre sua gestão e operações. Na maioria dos países, outras bibliotecas gozam de grande autonomia e independência e a biblioteca nacional exerce sua liderança pela persuasão e pelo desenvolvimento de um consenso sobre melhores maneiras de atender seus usuários".*</p>		
	Bibliotecas públicas	Não há definição específica no artigo
	Bibliotecas acadêmicas	Não há definição específica no artigo
	Outras bibliotecas	Não há definição específica no artigo
	Advice to Government (Aconselhamento governamental)	Não há definição específica no artigo
	Coordenação de pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Não há definição específica no artigo
	Educação e treinamento	Não há definição específica no artigo
<p>L - Relações internacionais e atividades colaborativas: "As bibliotecas nacionais devem apoiar e participar de programas internacionais de bibliotecas no nível governamental e não governamental. Ao realizar suas principais funções de desenvolvimento e gestão de coleções, as bibliotecas nacionais apóiam e contribuem para metas internacionais, como o controle bibliográfico universal, a disponibilidade universal de publicações e a disponibilidade universal de informações".*</p>		

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C - LEVANTAMENTO LANDRY (2017)

<p>LANDRY, Patrice (2017). National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions. Paper presented at: IFLA WLIC 2017 – Wrocław, Poland – Libraries. Solidarity. Society. in Session 223 - National Information and Library Policy Special Interest Group.</p>			
<p>A - Desenvolvimento de coleções: Uma das tarefas fundamentais das bibliotecas nacionais é o recolhimento da produção nacional de documentos impressos e eletrônicos, assim como de documentos cartográficos, audiovisuais, musicais – a cobertura dos documentos especificados pelas legislações diferem de país para país. Na maioria dos casos o depósito legal é o instrumento utilizado por essas instituições, mas também existem países que estabelecem acordos voluntários ou compras parciais com os editores</p>			
Coleção formada por depósito legal	93%		
Coleção formada por acordos voluntários	4,30%		
*Uma biblioteca relatou a falta de um contrato de aquisição ou legislação específica.			
	Materiais impressos	100%	
	Gravações sonoras, partituras e cartazes	entre 67,4 e 78,2%	
	Fotografias	48%	
	Materiais audiovisuais	32%	
	Material eletrônico	71,7% (63% via depósito legal e 8,7% via acordo voluntário)	
		E-books	90,90%
		Periódicos eletrônicos	81,80%
		Sites	63,60%
		Jornais eletrônicos	60,60%
	Outros tipos de documentos, incluindo mapas e atlas	21,00%	
Outros tipos de materiais como mídia social, blogs, gravações sonoras e streaming de vídeos		21,00%	
Outros tipos de documentos, incluindo mapas e atlas	58,70%		
	Cartões postais	23,90%	
<p>B: Gerenciamento de coleções/ Metadados: As bibliotecas nacionais devem garantir o acesso ao registro bibliográfico dos materiais que adquirem por meio da bibliografia nacional e de seus catálogos online. O desafio é fornecer esses dados o mais rápido possível após a aquisição dos documentos para que sejam listados na bibliografia nacional ou no catálogo on-line e assim fornecer a catalogação desses metadados para editores e outras bibliotecas.</p>			
Possui serviços próprios de catalogação / indexação	100%		
	Copram registros de metadados	34.7%	
	Usam registros derivados	0,217	
	Usam indexação automática	0,152	
	Abrem seus dados para reutilização gratuita	0,674	
	Têm a pretensão de abrir seus metadados	0,086	

C - Preservação e conservação: As bibliotecas nacionais teriam a responsabilidade de garantir a preservação de suas coleções tanto para as gerações futuras quanto para os usuários atuais das coleções. O desafio consiste em garantir que todos os formatos e tipos de documentos recebam o tratamento adequado de conservação e preservação. A preservação digital exige novos recursos e tecnologia, ferramentas e conhecimento.

	Possui serviço/local próprio para conservação	67,40%
	Possui serviço/local próprio para conservação	21,7% da Europa e América do Sul
	Possui ambiente de armazenamento controlado	95,50%
	Restauração tradicional	88,80%
	Uso de embalagens sem ácido	84,40%
	Desacidificação	57,70%
	Plano de desastre atualizado	71,10%
	Compartilha sua documentação de preservação, conservação e experiência com outras instituições	86,90%
	Realiza a digitalização dos seus documentos	95,60%
	Transfere os documentos para outros formatos (microfilme/digital):	50,00%
	Possui sistema de preservação digital	76,1% e 4,34 estão no processo de desenvolvimento de um sistema
	Possui estratégia de preservação digital publicada	45,70%
	Utiliza padrão estabelecido para certificar a política de preservação digital	36,90%

D: Acesso às coleções: Normalmente as BN's são obrigadas a terem uma agência bibliográfica nacional, geralmente como um setor responsável pela compilação das listas das aquisições atuais das publicações nacionais. A agência bibliográfica nacional deve promover e monitorar o uso de ISBN, ISSN, ISNI e outros sistemas de numeração bibliográfica. A disponibilização das coleções através de empréstimos entre bibliotecas ou catálogos sindicais também é uma atribuição

	Publica uma bibliografia nacional	87,00%	
	Controle bibliográfico	80,50%	
		ISBN	58,60%
		ISSN	60,80%
		CIP	41,30%
		Outros (ISMN, ISNI, ISAN, URN: nbn)	26%

	Produção de catálogos nacionais	58,70%
	Coordena empréstimos entre bibliotecas	47,80%
	Serviços de leitura no local	Quase todas
	Site acessível para pessoas com deficiência	52,20%
	Possui responsive web design	56,50%
	Site acessível para usuários com deficiência	52,20%
	Uso de novas mídias (Flickr, a Wikimedia para a divulgação das coleções):	67,30%
<p>E: Divulgação: As bibliotecas nacionais organizam eventos que visam à promoção de suas coleções e serviços. Normalmente as exposições visam destacar e aumentar a conscientização pública sobre a riqueza e a diversidade de suas coleções. As BN's também organizam eventos culturais e educacionais para promoverem a alfabetização e a leitura, assim como publicam documentos referentes às pesquisas de suas coleções e serviços.</p>		
	Realiza exposição física	95,60%
	Promove palestras ou leituras	91,30%
	Exposições virtuais, visitas guiadas, "open days" e workshops	67,00%
	Realiza Hackathon	28,20%
	Realiza atividades comerciais (publicação, lojas de livros / presentes (físicas e on-line) para promoção de suas pesquisas e coleções)	67,40%
<p>F: Cooperação e colaboração: Espera-se que as bibliotecas nacionais realizem atividades de cooperação e colaboração com todos os tipos de bibliotecas com o objetivo de desenvolverem e coordenarem serviços nacionais.</p>		
	Tem mandato do governo para colaborar com outras instituições de seu país	Todas exceto uma
		Livrarias acadêmicas 93,40%
		Bibliotecas públicas 91,30%
		Universidades: 91,30%
		Museus: 82,60%
		Bibliotecas regionais: 67,30%
		Arquivos audiovisuais 60,80%
		Arquivos de pesquisas de dados (research data archives): 56,50%

	Papel no desenvolvimento de uma política nacional de informação e biblioteca:	91,30%
	Mandato oficial para colaborar com outros países	86,9% (89,1% fazem parceria com outras bibliotecas nacionais e 69,5% com bibliotecas acadêmicas)
G: Funções especiais: As bibliotecas nacionais, além de exercerem suas funções tradicionais e essenciais, muitas vezes recebem a exigência de exercerem novas funções – devido a novas políticas governamentais ou ao desenvolvimento de novos serviços bibliotecários. O ambiente digital estabelece novas expectativas na criação e na prestação de serviços		
	Desenvolvimento de padrões de bibliotecas	76%
	Promoção da leitura e alfabetização informacional	61%
	Colaboração com universidades no campo das Humanidades Digitais	48%
	Fornecimento de serviços digitais para bibliotecas públicas	46%
	Vincular ativamente a coleção da biblioteca às coleções fora do domínio das bibliotecas (dados vinculados):	43%

Fonte: Elaboração própria